



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, FILOSOFIA E HISTÓRIA DAS
CIÊNCIAS

LUCAS MONTEIRO DE OLIVEIRA

JUVENTUDE, EUGENIA E HIGIENE NO GINÁSIO DA BAHIA: DA
CONSTRUÇÃO TEÓRICA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

Salvador
2024

LUCAS MONTEIRO DE OLIVEIRA

**JUVENTUDE, EUGENIA E HIGIENE NO GINÁSIO DA BAHIA: DA
CONSTRUÇÃO TEÓRICA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino,
Filosofia e História das Ciências da Universidade Federal da Bahia e
da Universidade Estadual de Feira de Santana como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre em História das Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Juanma Sánchez Arteaga

Salvador
2024

Oliveira, Lucas Monteiro de.

Juventude, eugenia e higiene no ginásio da Bahia [recurso eletrônico] : da construção teórica às políticas públicas / Lucas Monteiro de Oliveira. - Dados eletrônicos. - 2024.

Orientador: Prof. Dr. Juanma Sánchez Arteaga.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. Programa de Pós- Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, Salvador, 2024.

Programa de Pós-Graduação em convênio com a Universidade Estadual de Feira de Santana.

Disponível em formato digital.

Modo de acesso: <https://repositorio.ufba.br/>

1. Eugenia - Educação. 2. Higiene. 3. Juventude. 4. Ginásio - Bahia. I. Sánchez Arteaga, Juanma. II. Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências. III. Universidade Estadual de Feira de Santana. IV. Título.

CDD 363. 92 - 23. ed.



Universidade Federal da Bahia

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, FILOSOFIA E
HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS (PPGEFHC)**

ATA Nº 1

Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, FILOSOFIA E HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS (PPGEFHC), realizada em 08/08/2024 para procedimento de defesa da Dissertação de Mestrado EM ENSINO, FILOSOFIA E HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS no. 1, área de concentração História e Filos das Ciências e Implic p/ o Ens das Ciências, do(a) candidato(a) LUCAS MONTEIRO DE OLIVEIRA, de matrícula 2022119465, intitulada JUVENTUDE, EUGENIA E HIGIENE NO GINÁSIO DA BAHIA: DA CONSTRUÇÃO TEÓRICA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS. Às 09:30 do citado dia, Videoconferência, foi aberta a sessão pelo(a) presidente da banca examinadora Prof. Dr. JUAN MANUEL SANCHEZ ARTEAGA que apresentou os outros membros da banca: Profª. MARIA RENILDA NERY BARRETO, Prof. Dr. RICARDO FERREIRA MACHADO e Prof. Dr. VICTOR RAFAEL LIMEIRA DA SILVA. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo(a) presidente que passou a palavra ao(a) examinado(a) para apresentação do trabalho de Mestrado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo(a) candidato(a), tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo(a) presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.



Dr. RICARDO FERREIRA MACHADO

Examinador Externo à Instituição



Dr. VICTOR RAFAEL LIMEIRA DA SILVA

Examinador Externo à Instituição

MARIA RENILDA NERY BARRETO, CEFET/RJ

Examinadora Interna



Dr. JUAN MANUEL SANCHEZ ARTEAGA, UFBA

Presidente

LUCAS MONTEIRO DE OLIVEIRA

Mestrando(a)





Universidade Federal da Bahia

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, FILOSOFIA E
HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS (PPGEFHC)

FOLHA DE CORREÇÕES

ATA Nº 1

Autor(a): LUCAS MONTEIRO DE OLIVEIRA

Título: JUVENTUDE, EUGENIA E HIGIENE NO GENÁSIO DA BAHIA: DA CONSTRUÇÃO
TEÓRICA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

Banca examinadora:

Prof(a). RICARDO FERREIRA MACHADO Examinador Externo à Instituição

Prof(a). VICTOR RAFAEL LIMEIRA DA SILVA Examinador Externo à Instituição

Prof(a). MARIA RENILDA NERY BARRETO Examinadora Interna

Prof(a). JUAN MANUEL SANCHEZ ARTEAGA Presidente

Os itens abaixo deverão ser modificados, conforme sugestão da banca

1. ☐ INTRODUÇÃO
2. ☐ REVISÃO BIBLIOGRÁFICA
3. ☐ METODOLOGIA
4. ☐ RESULTADOS OBTIDOS
5. ☐ CONCLUSÕES

COMENTÁRIOS GERAIS:

Declaro, para fins de homologação, que as modificações, sugeridas pela banca examinadora, acima mencionada, foram cumpridas integralmente.

Prof(a). JUAN MANUEL SANCHEZ ARTEAGA

Orientador(a)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho. Primeiramente, agradeço à minha mãe, Cláudia, que esteve ao meu lado durante toda a jornada, sendo minha maior incentivadora e apoiadora. Também sou imensamente grato à minha companheira, Eduarda, por seu apoio incansável tanto nos momentos mais desafiadores quanto nos dias mais felizes. Por fim, agradeço a Jaquison. Sem o apoio deles, nada disso seria possível.

Ao meu orientador Juanma, que me acolheu no programa e pacientemente me guiou no percurso da pesquisa. Seus constantes estímulos para explorar diversos referenciais teóricos e para buscar elementos documentais foram fundamentais para o meu desenvolvimento acadêmico. Sou muito grato por todo o suporte que recebi.

Às professoras Renilda Barreto, Maria Fernanda Vásquez, Alessandra Santana Soares e Barros e Alessandra Carvalho da Cruz, cujas aulas e debates me ajudaram a construir esta dissertação.

Aos funcionários do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, que tanto me ajudaram a encontrar documentações essenciais para a construção deste trabalho.

Aos meus colegas de trabalho, Maira Arizi e Marco Aurélio Campos pela compreensão e suporte durante este período.

À Deborah Kelman de Lima, professora do Colégio Central, que conserva tão bem o arquivo do Ginásio da Bahia, sendo uma guardiã da história baiana. Sou muito grato pela sua ajuda na pesquisa.

Por fim, agradeço aos membros e membras da banca de qualificação, Renilda Barreto, Maria Fernanda Vásquez, Victor Limeira e Ricardo Machado, cujas críticas e contribuições foram cruciais para os ajustes e amadurecimento deste trabalho.

OLIVEIRA, Lucas Monteiro de. Juventude, eugenia e higiene no ginásio da Bahia: da construção teórica às políticas públicas. 2024. Orientador: Juanma Sánchez Arteaga. 107 f. il. Dissertação (Mestrado em História das Ciências) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

RESUMO

O início do século XX no Brasil foi marcado por condições sanitárias e sociais precárias que impulsionaram a difusão de ideais eugênicos e higienistas. O movimento eugênico brasileiro se organizou em diversos polos, e teve um impacto significativo na educação e no ideário de juventude da época. Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, houve a criação do Ministério da Educação e Saúde, refletindo a influência da eugenia nas políticas educacionais. As reformas educacionais foram impulsionadas pelo movimento da Escola Nova, que enfatizou a higiene e a educação física como meios de aprimoramento racial, além do estímulo a educação eugênica, preconizada na Constituição de 1935. Nesse contexto, o Ginásio da Bahia emergiu como um centro crucial para a implementação dessas ideias. A instituição se tornou um laboratório onde práticas educativas focadas na higiene, na eugenia e na formação física da juventude foram vigorosamente aplicadas. O Ginásio da Bahia não apenas aderiu às diretrizes nacionais, mas também desempenhou um papel ativo na disseminação desses ideais, moldando a formação de gerações de jovens e contribuindo de maneira significativa para a consolidação do pensamento eugênico no Brasil.

Palavras-chave: eugenia; higiene; educação; juventude; Ginásio da Bahia.

OLIVEIRA, Lucas Monteiro de. Youth, eugenics and hygiene in the Bahia gymnasium: from theoretical construction to public policies. 2024. Thesis advisor: Juanma Sánchez Arteaga. 107 f. s. ill. Dissertation (Master in History of Science) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

ABSTRACT

The early 20th century in Brazil was marked by poor sanitary and social conditions that spurred the spread of eugenic and hygienist ideals. The Brazilian eugenics movement organized itself in various centers and had a significant impact on education and the youth ideology of the time. With the rise of Getúlio Vargas to power, the establishment of the Ministry of Education and Health reflected the influence of eugenics on educational policies. Educational reforms, driven by the Escola Nova movement, emphasized hygiene and physical education as means of racial improvement, along with the promotion of eugenic education as recommended in the 1935 Constitution. In this context, the Ginásio da Bahia emerged as a crucial center for the implementation of these ideas. The institution became a laboratory where educational practices focused on hygiene, eugenics, and the physical development of youth were vigorously applied. The Ginásio da Bahia not only adhered to national guidelines but also played an active role in disseminating these ideals, shaping the formation of generations of young people and significantly contributing to the consolidation of eugenic thought in Brazil.

Keyword : eugenics; hygiene; education; youth; Bahia Gymnasium.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Adenir Ferreira, criança de três anos vencedora do concurso de eugenia	42
Figura 2 - Participação de Gustavo Capanema na semana antialcoólica da Liga de Higiene Mental	56
Figura 3 - Cerimônia de abertura do VII Congresso Nacional de Educação em 1935	69
Figura 4 - Diretor Clemente Guimarães com alunos e os Chefes de Ordem e Hygiene.....	75
Figura 5 - Imagem da inauguração do Gabinete Médico e de Antropometria Pedagógica do Ginásio da Bahia	76
Figura 6 - Exame médico para admissão de estudante assinado pelo Dr. Hosanah de Oliveira	77
Figura 7 - Fichas de antropometria pedagógica utilizada no Ginásio da Bahia para a prática da educação física	85
Figura 8 - Fichas de antropometria pedagógica utilizada no Ginásio da Bahia para a prática da educação física	86
Figura 9 - Fotos da reportagem sobre a apresentação esportiva no Ginásio da Bahia	90

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 EUGENIA E JUVENTUDE NO BRASIL.....	15
2.1 CONDIÇÕES SANITÁRIAS E SOCIAIS NO BRASIL DO INÍCIO DO SÉCULO XX	16
2.2 CRIAÇÃO DA EUGENIA NO CENÁRIO GLOBAL	20
2.3 ORGANIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO DO MOVIMENTO EUGÊNICO BRASILEIRO	32
2.4 IDEÁRIO DE JUVENTUDE NO BRASIL	43
3 ASCENSÃO DE VARGAS E AS REFORMAS EDUCACIONAIS	46
3.1 ASCENSÃO DE VARGAS	46
3.2 O INCENTIVO À EUGENIA NA POLÍTICA SOCIAL DO NOVO REGIME.....	49
3.3 CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE E A RELAÇÃO COM A EUGENIA	52
3.4 ESCOLA NOVA, OS REFORMADORES E A HIGIENE.....	63
4 FORMANDO A JUVENTUDE NO GINÁSIO DA BAHIA	70
4.1 HIGIENE E EUGENIA NO ENSINO SECUNDÁRIO BAIANO	71
4.2 A MATERIALIZAÇÃO DO IDEAL DE EDUCAÇÃO EUGÊNICA NO GINÁSIO DA BAHIA	73
4.3 “PARA A GRANDEZA DA BAHIA”: APRIMORAMENTO DA RAÇA E EDUCAÇÃO FÍSICA NO GINÁSIO BAIANO.....	80
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
FONTES DOCUMENTAIS	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	98

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, durante o fim do século XIX e início do século XX, foi marcado por grandes transformações. A jovem nação que havia abolido a escravidão em 1888, e proclamado a República em 1889, se via em uma dualidade muito forte. O mesmo país que almejava ser grandioso, o “Florão da América”, tinha uma população empobrecida, adoecida e mestiça (STEPAN, 2004; LIMA; HOCHMAN, 1996).

Sob a ótica da elite nacional, essas características da massa eram sinais da degeneração racial, representavam uma barreira que impediria a construção de um Brasil civilizado e moderno. Esse ponto de vista era fundamentado por cientistas viajantes como Louis Agassiz, Arthur de Gobineau, além de teóricos da degeneração americana como Cornelius De Pauw e Buffon. (SCHWARCZ, 1993; GERBI, 1960).

Apesar dessa autopercepção negativa, intelectuais brasileiros empreenderam ações coletivas fundamentadas em teorias científicas que, para eles, seriam capazes de reverter esse quadro social. A primeira dessas ações coletivas embasadas em discursos científicos foi o higienismo, movimento médico que surgiu no século XIX com o objetivo de promover a saúde pública, através de políticas voltadas para a higiene, como o combate de vetores de doenças, reformas sanitárias em área urbana, construção de saneamento básico e campanhas de vacinação (GÓIS JUNIOR, 2008).

A segunda teoria que foi recepcionada no país, como instrumento para sanar os problemas de saúde e a “questão da raça” foi a eugenia. A eugenia foi a ciência desenvolvida por Francis Galton a partir de 1869 -ano de lançamento do livro “Hereditary Genius”-, que propugnava a identificação dos “melhores” e “piores” genes para a sociedade a partir de análises de dados estatísticos e matemáticos. Por fim, incentivava que a reprodução deveria ser assistida para que fossem preservados os melhores caracteres, e que os indivíduos degenerados fossem impedidos de se reproduzir (STEPAN, 2004).

A ciência eugênica se apoiou em outras teorias que estavam sendo desenvolvidas no mesmo período, como por exemplo, a antropologia criminal, a teoria evolucionista de Darwin e os estudos sobre genética e hereditariedade baseados nas leis de Mendel e no trabalho de cientistas como Weissmann. (STEPAN, 2004).

A eugenia foi recepcionada por médicos, sendo publicados os primeiros trabalhos sobre o tema ainda na primeira década do século XX, mas o principal propagador das ideias no Brasil foi Renato Kehl, em 1917, que após uma conferência, começou sua saga para articular uma sociedade científica eugênica, ideia que atraiu diversos cientistas e pesquisadores de

destaque (SOUZA, 2008).

Apesar dos brasileiros terem estudado diversas correntes da eugenia, a que se tornou majoritária no país foi a neolamarckista, que aceitava a teoria dos caracteres adquiridos. Por conta disso, houve um grande intercâmbio entre os eugenistas e os higienistas, uma vez que eles entendiam que doenças como sífilis, gonorreia e febre tifoide eram fatores disgênicos, bem como hábitos negativos, como o alcoolismo e a falta de higiene (STEPAN, 2005).

O movimento eugênico brasileiro se estruturou em diversos polos de produção acadêmica e grupos de estudos, mas vemos que eles compartilhavam o ideal de que higienizar e eugenizar eram imperativos nacionalistas, quase como as pedras fundadoras para a construção de uma nação civilizada e moderna. Nesta perspectiva, a formação física e moral da juventude sob parâmetros eugênicos se tornou uma pauta muito importante para este grupo (MOTA, 2005).

Após a Revolução de 30, o novo regime foi terreno fértil para que esses cientistas tivessem maior espaço político para a ampliação das políticas públicas com fundamento na eugenia, uma vez que aumentou a intervenção estatal, servindo como base de apoio para a nova promessa de modernização que o governo Vargas trazia (D'ÁVILA, 2006; FAUSTO, 2006).

A ascensão de Getúlio Vargas ao poder trouxe consigo uma série de reformas na educação, o que aprofundou a interface entre educação, saúde e higiene/eugenia. Diversos intelectuais, como médicos ou educadores, estiveram envolvidos na gênese do Ministério da Educação e Saúde (1930). Influenciados por estas teorias, aqueles intelectuais buscaram ampliar o papel da escola na formação da juventude brasileira, entendendo a educação num sentido integral, como educação física, moral e intelectual.

O movimento Escola Nova, por exemplo, pautava a ideia de educação integral do jovem, e isso incluía formação higiênica e eugênica pelo bem da saúde e das gerações futuras. Diversos integrantes deste movimento flertavam com a eugenia, ou foram de fato eugenistas, à exemplo de Roquette-Pinto e Fernando de Azevedo (D'ÁVILA, 2006).

A eugenia também foi pautada na Assembleia Constituinte de 1934, contando com diversos deputados que defenderam propostas com este teor, culminando na aprovação do artigo 138, segundo o qual incumbia ao Estado garantir diversos cuidados à saúde e à higiene, bem como o estímulo à educação eugênica (D'ÁVILA, 2006; BRASIL, 1934).

No Ginásio da Bahia, um dos exemplos institucionais que abraçaram tais ideais nesse período, a higiene e a eugenia foram incorporadas ao ensino secundário como disciplinas essenciais. A educação física, por sua vez, foi promovida como um meio de aprimoramento racial, preparando a juventude para os desafios de uma nação em desenvolvimento.

Diante do fato de que diversos médicos eugenistas fizeram parte do governo e, por consequência, influenciaram os educadores brasileiros, no presente trabalho indagamos em quais formas a eugenia foi utilizada como fundamento de políticas públicas educacionais voltadas à juventude brasileira, e o caminho intelectual que essas ideias passaram até a implementação dessas propostas no Ginásio da Bahia.

O objetivo central desta dissertação de mestrado é investigar a implementação prática da "educação eugênica" no Ginásio da Bahia, identificando as políticas públicas educacionais direcionadas à juventude brasileira no contexto ideológico e científico do Brasil da época, analisando como se deu a sua execução e os objetivos das lideranças políticas envolvidas.

Entre os objetivos específicos da dissertação, em primeiro lugar busca-se analisar como se estruturou o movimento eugênico brasileiro e a participação dessas pessoas na vida pública. Analisar como a ideia de "educação eugênica" foi incluída na constituição, com quais objetivos, assim como quais foram as interpretações para esta proposta. Identificar a influência da eugenia nos discursos e na prática dos reformadores da Escola Nova e do Ministério da Educação e Saúde. Identificar as políticas públicas educacionais voltadas para a juventude brasileira que foram implementadas no Ginásio da Bahia e a sua execução. Identificar o caminho intelectual entre o discurso eugênico e a prática na Bahia.

Trata-se de uma pesquisa histórica, objetivando compreender a interface entre a eugenia, educação e políticas públicas voltadas para a juventude e a implementação dessas ideias no Ginásio da Bahia, se tratando, então, de uma história social e cultural da ciência.

A ciência, nesta perspectiva, é interpretada como obra da humanidade para interpretação e conhecimento da natureza. Todo feito científico é uma criação cultural, o que nos permite analisar como que a teoria científica se entrelaça com a sociedade, já que ambas são "culturais" (PIMENTEL, 2010).

Além disso, os cientistas não apenas pensam e teorizam as ciências; eles também as põem em prática. A prática médica, neste caso, se torna o nosso campo de pesquisa (PIMENTEL, 2010). Nesse sentido, nosso objetivo de pesquisa busca explorar a relação entre a teoria da eugenia e do higienismo, a influência social, e a prática nas políticas educacionais, focando na interação entre ciência, ideologias, políticas e práticas cotidianas.

Aqui, lançamos um olhar sobre a comunidade científica tentando compreender não só o conteúdo produzido, mas o caminho para a produção desses resultados (PIMENTEL, 2010), por isso, nosso objetivo não é só descrever a prática da educação eugênica no Ginásio da Bahia, mas compreender de que forma ciência, cultura e política se entrelaçaram neste período.

No presente trabalho, foram empregados elementos da pesquisa bibliográfica, utilizando a literatura acadêmica, composta por livros, teses e artigos publicados, como fontes para abordar e responder às questões levantadas.

Também foi empregada a pesquisa documental, analisando e interpretando como fontes primárias diversos documentos originais relacionados com a política nacional e com os estudos eugênicos desenvolvidos no período estabelecido.

Para conhecer o debate, as teses, e os membros do Primeiro Congresso Internacional de Eugenia (1912), foi realizada pesquisa no arquivo digital do Wellcome Collection.

Como fonte para a análise do debate eugênico na constituinte de 1934, foram usados os tomos dos anais da Constituinte de 1934, disponíveis no arquivo do Senado Federal.

A análise dos temas debatidos pelos membros do movimento eugenista brasileiro foi realizada com base em buscas no Arquivo Brasileiro de Higiene Mental, onde foram usados os periódicos do grupo e os anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia.

Sobre as políticas públicas voltadas para a juventude com teor eugênico, foram realizadas buscas no Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, onde foi encontrado o Relatório da Inspeção de Ensino Secundário e Profissional, no qual o Diretor do Ginásio da Bahia relata os feitos da escola e sua estrutura.

Sobre a repercussão midiática das medidas adotadas no Ginásio, utilizei os periódicos de 1935 e 1936 do Jornais A Tarde e O Imparcial, disponíveis na Biblioteca Central do Estado da Bahia.

Ainda sobre essa questão, foi usado também como fonte documental a ficha de aplicação de antropometria do Ginásio da Bahia, que era preenchida pelo Gabinete Médico e de Antropometria Pedagógica da Escola, além de Registros de Correspondências de Entrada, de Saída e de Editais do Ginásio da Bahia, disponíveis no Arquivo do Colégio Central.

Essa dissertação é composta de três capítulos. No primeiro, busco compreender como surgiu a eugenia como ciência, entendendo as outras teorias que já estavam estabelecidas e que deram suporte para ela, como por exemplo, a teoria evolutiva de Darwin, a genética de Mendel e a teoria de Weissmann. Procuro descrever o cenário brasileiro do fim do século XIX e início do XX, para compreender como se deram as relações raciais à época, e quais as condições sanitárias o Brasil vivia durante o período da recepção do higienismo e da eugenia. Busco entender também como se estruturou o movimento eugênico brasileiro, quais foram seus principais teóricos, suas propostas para educação e o ideal sobre a juventude nacional.

No segundo capítulo, farei uma breve contextualização política do Brasil durante o período republicano até a Revolução de 30 e a ascensão do Regime Vargas. Busco também fazer

uma exploração acerca dos debates da constituinte de 1934, e suas propostas eugênicas. A partir disso, procuro entender a construção do Ministério da Educação e Saúde, e como esse órgão refletia ideais de regeneração e aprimoramento racial. Identificando que parte dos membros do ministério que apresentavam esses discursos eram do movimento reformador “Escola Nova”, busco compreender em qual medida essas pessoas se apropriaram do discurso higienista e eugenista para a ideia de “educação integral”, dissecando os eventos e discursos que evocavam a higiene e educação física como mecanismo de aprimoramento racial, ideias que foram aplicadas no Ginásio da Bahia.

No terceiro e último capítulo, busco compreender como se deram as práticas anteriormente discutidas nos círculos intelectuais e pedagógicos no Ginásio da Bahia. Primeiramente, analiso o Código Sanitário da Bahia, legislação que estabelecia o controle da saúde no Ginásio da Bahia, através da inspeção médico-escolar, além de definir regras para o afastamento de alunos doentes. Analisaremos como o Gabinete Médico e de Antropometria Pedagógica foram usados como aditivos para a prática higienista na escola. Exploraremos também os planos de aulas da escola sobre higiene e eugenia. Posteriormente, veremos a participação do Diretor Clemente Guimarães no VII Congresso Nacional de Educação, onde se debateu a importância da implementação da educação física, sob metodologia francesa e com controle médico para o “aprimoramento da raça” dos estudantes. Discuto o uso do Gabinete Médico para a prática de antropometria nos alunos, os elementos da ficha antropométrica e o método da prática de educação física. Por fim, veremos como a mídia repercutiu os fatos após a adoção desses métodos.

2 EUGENIA E JUVENTUDE NO BRASIL

O início do século XX no Brasil foi um período de profundas transformações de natureza social, econômica e política. A contemporânea abolição da escravidão e a Proclamação da República colocaram a elite brasileira em profundos dilemas sobre as questões raciais e sanitárias como impasse para o tão desejado progresso.

A necessidade de reformas estruturais no país transformou a nação em terreno fértil para as teorias higienistas e eugenistas, que começaram a surgir no final do século XIX na Europa, e que tiveram ecos nas mais diversas áreas do conhecimento.

A visão majoritária da elite nacional enxergava a nação como um composto de populações degeneradas, mestiças e fisicamente débeis. Em consequência, os intelectuais e cientistas exigiam um esforço nacional para a regeneração da “raça brasileira”.

A eugenia, ciência inaugurada por Francis Galton, defendia que era possível melhorar a humanidade através da seleção reprodutiva de indivíduos que possuíssem os melhores caracteres hereditários. A teoria foi rapidamente assimilada como solução para as questões raciais do Brasil assim como para os problemas sanitários que tanto acometiam à população brasileira.

A eugenia no Brasil se organizou em diversos polos de conhecimento, mas se concentrou principalmente ao redor de Renato Kehl, que organizou a Sociedade Brasileira de Eugenia, o periódico “Boletim de Eugenia”, e foi articulador do movimento em outras organizações. O discurso eugênico no país se adaptou à realidade nacional, focando não apenas na raça, mas nas questões sanitárias das cidades, na organização da saúde pública, na profilaxia de doenças, na educação eugênica/higiênica e na formação da juventude (SOUZA, 2008, p. 38-53).

A juventude, neste contexto, foi alvo de intensa disputa para os eugenistas, porque garantir que este grupo não sofresse de moléstias degenerativas, e se certificar de que os jovens estivessem em sua plenitude física, moral e psíquica outorgaria a garantia de que as próximas gerações entrariam em processo de regeneração para alcançar a “raça brasileira eugenizada”.

Esse capítulo tem como objetivo compreender quais eram as condições sanitárias e sociais do Brasil no período, como surgiu a ciência eugênica internacionalmente, compreender quando se desenvolveu e como ganhou tanta adesão no início do século XX. Objetiva, ainda, entender como o ideário da juventude nacional na época se relacionava a uma proposta higienista/eugenista de composição física e moral para a construção de um país em progresso.

2.1 CONDIÇÕES SANITÁRIAS E SOCIAIS NO BRASIL DO INÍCIO DO SÉCULO XX

A República brasileira, instaurada em 1889, após um golpe sobre a monarquia, foi um momento de intensas mudanças e projeções do país que se desejava. De forma geral, a República foi fundada a partir da ação de alguns grupos, militares e civis, insatisfeitos com a situação do país (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 320).

Na questão social, o Brasil enfrentava uma desorganização momentânea, devido a abolição da escravidão realizada em 1888. Apesar desse movimento, percebe-se que no final do século XIX a economia brasileira ainda estava muito pautada em grandes latifúndios, que mantinham o sistema hierárquico social rígido. A maior parte dos membros dessa elite eram de brancos, ou mestiços de pele clara, e este grupo obtinha o poder econômico social e político. Já nas classes baixas, estavam os ex-escravos recém libertos e os brancos pobres (SKIDMORE, 2012, p. 80).

Skidmore (2012, p. 82) ressaltava o fato de não haver no Brasil o sistema birracial e de endogamia com base na etnia, como o aplicado nos Estados Unidos, onde relacionamentos interracializados eram absolutamente proibidos. Aqui no País, os mestiços eram tolerados com base em suas ascendências. Apesar disso, importa destacar que existia padrão quanto ao fenótipo, segundo o qual os mestiços com mais características negroides obtinham menos possibilidades de ascensão social, enquanto que os indivíduos que passavam mais sinais de brancura (não só fenotípica, mas na educação, maneiras e renda) tinham mais chances de ascensão. Por esse motivo, famílias mestiças faziam questão de ocultar sua afro-ascendência.

Apesar dessa aparente tolerância à mestiçagem, a estrutura hierárquica de classes sociais tinha um claro componente racial em sua composição, além de que a elite brasileira de origem branca via na miscigenação da população brasileira um impasse para a construção de uma nação civilizada (SÁNCHEZ ARTEAGA, 2009, p. 70).

O “problema” da raça no Brasil foi herdado do Império. O abolicionismo, ainda que lutasse pela emancipação dos escravizados, partia de princípios político-econômicos, de maneira que a ideia de superioridade biológica, moral e física dos brancos em relação às outras etnias se mantinha em voga (SÁNCHEZ ARTEAGA, 2009, 70-71).

Após a abolição da escravidão, deu-se um grande crescimento do percentual de brancos nos censos populacionais do Brasil, parte por conta na miscigenação, parte por conta da imigração de europeus para o Brasil. O percentual de brancos cresceu de 44% em 1890, para 62% até 1950 (SKIDMORE, 2012, p. 87).

A atração de imigrantes, incipiente ainda no período imperial, se intensificou no período

republicano. Atraídos através de propaganda, europeus de diversas origens, como poloneses, alemães, espanhóis, italianos idealizavam uma nova vida no Brasil, principalmente devido ao mito da abundância dos trópicos. A proposta casava muito bem com a vontade dos governos europeus, que desejavam descartar seus pobres e endividados (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 323).

Na questão sanitária, o Brasil enfrentava uma grave crise de saúde. Devido ao movimento migratório interno rumo às cidades recém-urbanizadas e a falta de saneamento básico nos rincões e interiores, o país se tornou palco de diversas doenças que se tornaram endêmicas ao Brasil.

Melhorar as condições sanitárias era algo bastante relevante para a República, pois através dessa melhora poderia manter o contingente ativo de trabalhadores, assim como a força de atração de mão-de-obra imigrante para o Brasil. A atenção à saúde ficou no controle sanitário de certas doenças, como a febre amarela, a peste bubônica, a varíola, tuberculose, sífilis etc., com bastante preocupação em medidas de higiene, na vacinação, no isolamento de enfermos e na eliminação de vetores. (RISI JÚNIOR; NOGUEIRA, 2002, p. 119-120).

De fato, a saúde pública brasileira era algo extremamente preocupante. Em Belém, de acordo com as estatísticas de Arthur Vianna, entre 1850 e 1903, a febre amarela já tinha levado a óbito 5.205 pessoas. De lá, percebe-se que a doença se alastrou por diversas regiões do país como Alagoas, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, entre outros estados (FRANCO, 1969, p. 29-31).

Na Capital Federal, Rio de Janeiro, de acordo com o levantamento ordenado por Oswaldo Cruz, e realizado por Plácido Barbosa e Caio Rezende, a doença foi devastadora. Entre 1850 e 1902 foram contabilizadas 58.063 mortes por conta da febre amarela. (FRANCO, 1969, p. 43).

Na Cidade de Salvador, por exemplo, os relatórios da Diretoria Geral de Saúde Pública descreviam uma população em condições de saúde deplorável. Os pobres viviam em estado de miserabilidade. Trabalhavam em excesso e recebiam uma remuneração bem aquém do devido. A combinação de esgotamento físico, má alimentação, moradias insalubres e ambientes de muita aglomeração como becos e vielas com pouca limpeza ou saneamento básico, transformou a cidade em palco de diversas endemias, como por exemplo, a chamada “gripe espanhola” em 1918 (SOUZA, 2005, p. 74).

Outra doença que também teve bastante impacto na saúde pública de Salvador foi a tuberculose. De 1928 até 1937, tanto em ambiente urbano quanto suburbano, somaram-se 12.679 óbitos na cidade, com uma média diária de 3,47 mortes/dia. Tão alta mortalidade se

dava, em parte, devido à má alimentação da população à época. Tal circunstância era encontrada principalmente entre as populações mais vulneráveis, demonstrando um padrão entre os bairros mais atingidos pela doença, caracterizado pela carestia e a falta de educação da população (MARTINS, 2007, p. 255-256).

Essa situação sanitária no Brasil foi tão grave, que refletia nos dados de expectativa de vida, que estimavam para os nascidos em 1900, 1910, 1920 e 1930 uma expectativa de 33,7 anos, 34,08 anos, 34,51 anos e 36,49 anos, respectivamente (RISI JÚNIOR; NOGUEIRA, 2002, p. 113). A mortalidade infantil também era preocupante. Estimava-se que iam a óbito 160 entre 1.000 natos (RISI JÚNIOR; NOGUEIRA, 2002, 135).

A sífilis fez muito mal a população brasileira. A doença era símbolo, na época, de um comportamento sexual excessivo, imoral e pecaminoso, um mal que era envolto de estigmas sociais, sendo considerado como degenerativo para a moral e para a “raça” dos brasileiros. A doença era invocada para explicar a suposta inferioridade racial e moral do Brasil. Parte desse debate surgiu da crença de que a inferioridade da população nacional estava relacionada à aclimação em climas quentes, que forçava a decadência física e a puberdade precoce, estimulando os impulsos sexuais, que foram nomeados de “frenesi tropical” (CARRARA, 2012, p. 431-433).

Frente a essa situação grave de saúde pública no Brasil, o higienismo foi abraçado na Primeira República como a resposta estatal para reverter esse quadro.

O higienismo foi um tipo de medicina social que estabelecia relação direta entre algumas doenças com o meio natural. Ganhou destaque a partir da Revolução Industrial, que tinha causado o crescimento desordenado das cidades sem a devida infraestrutura, fazendo com que a qualidade de vida se deteriorasse pelas principais cidades europeias (MACHADO, 2011, p. 4).

O pensamento higienista foi fundamentado a partir das pesquisas de Louis Pasteur, que identificou que as doenças surgiam de micro-organismos. No Brasil, o higienismo estava muito presente na interpretação dos dilemas nacionais, além de pautar as soluções que possibilitariam a construção da nação. A ideia de que essas moléstias eram os “males do Brasil”, trazia em si a carga de que as doenças eram obstáculos aos esforços do progresso e da missão civilizatória (LIMA; HOCHMAN, 2012, p. 496-497).

O higienismo neste período buscava soluções para uma limpeza total. Esta limpeza não está relacionada apenas a higiene de espaços físicos, mas também abrangia as dimensões culturais, fisiológicas e sociais das pessoas, em um esforço de restauração da saúde física, moral, e racial para alcançar o progresso e a prosperidade (MAIA; ABÁDIA, 2016, p. 118-

119).

Esse ramo da medicina tinha como proposta de intervenção na sociedade, atuando na prevenção das doenças, considerando que a origem das doenças não estava nos corpos doentes, mas no ambiente (MACHADO, 2011, p. 4).

Nessa perspectiva, a medicina saía de uma seara individual e se tornava uma medicina social, com foco na prevenção de doenças através do saneamento do ambiente, e o papel do médico se tornava o de um vigilante, atuando para eliminar tudo o que fosse prejudicial para o bem-estar físico e moral da população (MACHADO, 2011, p. 4-5).

No fim do século XIX houveram reformas sanitárias nos bairros nobres do Rio de Janeiro, realizadas ainda com base na proposta miasmática, apesar de ter sido iniciado um sistema de coleta de lixo em bairros mais afastados da Capital. (MACHADO, 2011, p. 8-9).

Após a identificação da transmissão das doenças via micro-organismos, os higienistas focaram também na vacinação da população. O principal expoente foi Oswaldo Cruz, articulador do programa de vacinação para a varíola. Após decretar a inoculação obrigatória, a população revoltada se insurgiu, no que foi conhecido como Revolta das Vacinas, ocorrida em 1904 (GÓIS JUNIOR, 2008, p. 24).

Depois do sucesso da vacinação, a campanha pró-saneamento continuou, com expedições para o interior do Brasil, nos mais diversos lugares. A campanha promovida pelo Instituto Soroterápico Federal (posteriormente nomeado Instituto Oswaldo Cruz) foi de 1907 até 1913 (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 330).

Uma das expedições mais importantes, e que gerou mais repercussão, foi a realizada pelos médicos Arthur Neiva e Belisário Penna, ao Norte e Nordeste do Brasil em 1912. O que foi relatado por eles sobre o interior do Brasil revelou uma situação extremamente precária, na qual existia uma população atrasada, doente, improdutiva e abandonada. Esse relato circulou para o restante do País através do jornal Correio da Manhã, onde eles conclamavam a população para que se unissem em um esforço pró-saneamento (LIMA; HOCHMAN, 2012, p. 498).

A partir desses relatos, a culpa do atraso do Brasil, que antes era atribuída à natureza e à raça, foi acrescido pelo abandono estatal e às doenças. As entidades públicas que abandonaram a saúde da população eram apontadas como responsáveis pela situação encontrada, e por isso, demandava-se uma maior intervenção do estado na saúde pública (LIMA; HOCHMAN, 2012, p. 501).

A frase proferida por Miguel Pereira -“o Brasil é um imenso hospital”- também teve impacto para a estruturação do movimento sanitário no Brasil. Essa assertiva reiterava a necessidade de um esforço de saneamento em todo o país, devido às más condições de vida e a

proliferação desenfreada de doenças (LIMA; HOCHMAN, 2012, p. 499).

Esse novo ponto de vista alterava a visão muito negativa sobre a natureza da população nacional que dominou o fim do século XIX, baseada em um ideal determinista que via como negativa a composição étnica do Brasil, considerada uma população bárbara como resultado da mistura de raças. O reconhecimento do adoecimento da população fez com que surgisse uma nova esperança baseada na ideia de que ações de higiene e de saneamento seriam capazes de civilizar o povo (LIMA; HOCHMAN, 2012, p. 501)

O movimento higienista brasileiro, além das propostas profiláticas para combater as doenças e promover o saneamento público, também tinha foco importante na educação sanitária, como uma forma de fortalecer esses cuidados de saúde.

A discussão higienista tinha como foco central a doença como impasse a ser superado, e essa debate foi articulado com outros temas como a natureza, o clima e a raça. (LIMA; HOCHMAN, 2012, p. 501).

É nesse ponto que o movimento higienista brasileiro e a eugenia encontraram um ponto de contato. Nas próximas seções, focaremos nessa confluência, que fez com que a higiene fosse vista no Brasil como uma forma de aprimoramento racial.

2.2 CRIAÇÃO DA EUGENIA NO CENÁRIO GLOBAL

O pensamento eugênico, surgido no final do século XIX e inícios do XX, tinha alguns antecedentes prévios na história intelectual de ocidente. Já podemos encontrar formas de pensamento muito próximas à moderna eugenia na Grécia Clássica. Esparta, por exemplo, adotava medidas de controle do nascimento, estimulando as mulheres robustas à reprodução de filhos sadios e saudáveis, cuidando inclusive de exercícios para que elas tivessem uma boa gestação. Em contraponto, as crianças frágeis ou imperfeitas eram descartadas do alto do Taygetus (MAI; ANGERAMI, 2006, p. 252; SIQUEIRA; CURTI, 2018, p. 258).

O mesmo raciocínio de aprimoramento de indivíduos “superiores” foi descrito por Platão como um princípio de ordenamento político da sociedade na sua obra “República”, livro

V. Nesse livro, considerado como a base do pensamento político ocidental até a época contemporânea Sócrates, em diálogo com Glauco, defende a necessidade da seleção entre a população dos indivíduos superiores, estimulando a sua reprodução - assim como impedindo a reprodução dos inferiores - para a manutenção da República:

- Mas então como é que hão-de ser os mais uteis? Ora diz-me lá, ó Gláucon: vejo em

tua casa cães de caça e grande número de aves de estimação. Por Zeus! Acaso prestaste alguma atenção às uniões deles e à sua procriação?

- O quê?

- Em primeiro lugar, dentre esses animais, apesar de serem de boa raça, não há alguns que são ou se prova serem melhores?

- Há.

Então fazes criação igualmente de todos, ou esforças-te porque seja antes dos melhores?

- Dos melhores.

- Pois então!

- De preferência dos mais novas, dos mais velhos ou dos que estão na flor da idade?

- Dos que estão na flor da idade.

- E, se não se fizer assim a criação, pensas que se deteriorará grandemente a raça das aves e dos cães?

- Penso, sim.

- E que pensas quanta aos cavalos e aos restantes animais? Será de outro modo?

- Seria absurdo.

-O céus!- exclamei -. Meu caro companheiro, como os nossos chefes terão de estar nos píncaros, se na verdade as coisas se passam do mesmo modo com a raça humana! [...]

- Ora parece que essas coisas não serão menos certas em questões de casamentos e procriação.

- Como assim?

- É precisa, de acordo com o que estabelecemos, que os homens superiores se encontrem com as mulheres superiores o maior número de vezes possível, e inversamente, os inferiores com as inferiores, e que se crie a descendência daqueles, e a destes não, se queremos que o rebanho se eleve e às alturas, e que tudo isto se faça na ignorância de todos, excepta dos próprios chefes, a fim de a grei dos guardiões estar, tanta quanta possível, isenta de dissensões (PLATÃO, 2002, p. 460).

Posteriormente, no século XVIII, já no contexto de expansão marítima europeia e de colonização, a perspectiva negativa sobre o Novo Mundo se tornava predominante. Quanto mais os colonizadores se enraizavam e desbravavam o “Novo Mundo”, mais a visão do “bom selvagem” dava espaço ao ideal de inata maldade do selvagem, que corroborava com o pensamento de que a terra era débil, pois não tinha animais de grande porte, e da “degeneração americana”. Os corpos dos “selvagens” também eram vistos como inferiores, uma vez que eram menores do que os europeus e sem pelos. Os principais autores dessas teorias foram Buffon e De Pauw. Essa nova visão criou um senso hierárquico da etnia entre os naturalistas e intelectuais

ocidentais (SCHWARCZ, 1993, p. 61; GERBI, 1960, p. 521).

De Pauw, por exemplo, pensava que os selvagens americanos eram bestas, que odiavam as leis da sociedade e os freios da educação, vivendo de forma inerte, indolente e aviltante. Para ele, os nativos não eram indivíduos ainda em desenvolvimento, inexperientes, como era a perspectiva de Buffon, eram degenerados, imperfeitos, decadentes, e isso se dava pela natureza corrompida da América, onde apenas insetos, cobras e animais prosperavam (GERBI, 1960, p. 50-51).

A teoria de que o calor causaria a degeneração racial e a mudança da coloração de pele já se apresentava no século XVIII, justificando que tal modificação acontecia pelo estilo de vida levado por outros povos, que seria inferior aos dos europeus. Essa ideia era corroborada por Montesquieu, escrevendo em “*De l’Esprit des Loix* (1748)” que o clima e a geografia afetariam o temperamento das pessoas. Acreditava, porém, que não era hereditário, e que poderia ser alterado se a pessoa mudasse de um clima para outro (BOK, 2010 *apud* SUSSMAN, 2014, p. 15).

Até Lineu, em sua classificação binomial, ao descrever o *homo sapiens*, colocou no mais alto grau hierárquico de desenvolvimento o branco europeu e considerava que a variedade dos seres humanos era estabelecida pelo clima (SUSSMAN, 2014, p. 15).

As teorias evolutivas também contribuíram bastante para a fundamentação da eugenia. Alfred Russel Wallace, por exemplo, desenvolveu a ideia de evolução em um sistema de árvore ramificada e de seleção natural, a partir de suas observações na Amazônia, relatado em seu livro “Uma Narrativa de Viagens no Amazonas e no Rio Negro”, de 1853 (HORTA, 2003, p. 161-163).

Charles Darwin, em “A Origem das Espécies” de 1859, revolucionou as ciências biológicas e impactou outras áreas do saber. Em seu conteúdo, descreveu como funciona a evolução das espécies, de acordo com a luta pela sobrevivência e reprodução. Ele inaugurou uma nova visão de evolução, segundo a qual as espécies mutam gerando um padrão ramificado, filtrado pela seleção natural: as formas ancestrais comuns criavam descendentes com características diversas, e estes sobreviviam diferencialmente com base na seleção natural, gerando assim a origem de novas espécies melhor adaptadas e a extinção das que não conseguiam se adaptar na luta pela existência.

No quarto capítulo do referido livro, Darwin descreveu o que ele entendia por seleção natural, explicando o seu funcionamento:

Chamei a esta preservação das diferenças e das variações favoráveis aos indivíduos,

e destruição das prejudiciais, selecção natural, ou sobrevivência dos mais aptos. As variações que não são úteis nem prejudiciais também não são afectadas pela selecção natural; poderão permanecer características flutuantes (poderá ser o que acontece em certas espécies polimórficas), ou então acabar por fixar-se, consoante a natureza de cada organismo e das condições em que vive (DARWIN, 2009, p. 86).

Através das evidências zoológicas, como o tamanho reduzido do cérebro de coelhos domésticos em relação ao dos selvagens e das lebres, o biólogo estava em compasso com a ideia da herança de caracteres adquiridos de Lamarck. Essa teoria, aceita por Darwin, foi utilizada na época como argumento para justificar a supremacia branca, já que o homem “civilizado” teria, supostamente, adquirido essa superioridade através do processo evolutivo de luta para a adaptação nos gélidos climas europeus, enquanto os nativos dos trópicos teriam restado humanos em estado primitivo, bárbaro (SÁNCHEZ ARTEAGA, 2008, p. 110).

Ainda que Charles Darwin não tenha adentrado na questão do ser humano em “Origem das Espécies”, o ideal determinista permeava a sociedade da época. Houve uma forte inclinação da medicina aos estudos de craniologia, segundo os quais o formato do crânio determinava o comportamento social do indivíduo.

Em “Descendência do Homem” de 1871, Darwin explica que a extinção de raças ou sub-raças humanas é um fato histórico. Nesta perspectiva, o desaparecimento de raças inferiores era considerado como algo natural, e justificaria o processo colonial da época (SÁNCHEZ ARTEAGA, 2007, p. 115).

Sob esse cenário, Francis Galton, que era primo de Darwin, lançou em 1869 seu livro “*Hereditary Genius*”, no qual se apropriou do discurso evolutivo de Darwin para aplicá-lo às populações humanas. Ele foi o primeiro a cunhar o termo eugenia como conhecemos hoje. O termo eugenia significa bem-nascido. A partir de Galton, eugenia passou a indicar a teoria galtoniana de desenvolvimento de uma ciência sobre hereditariedade humana que, através de instrumentos matemáticos e biológicos, pudesse identificar os melhores membros, como se fazia em animais (porcos, cães, cavalos, etc.). A eugenia visava diferenciar aos portadores de melhores características, estimulando sua reprodução, assim como detectar os elementos portadores de características degenerativas, para evitar que eles se reproduzissem (STEPAN, 1991 *apud* DEL CONTI, 2008, p. 202).

No capítulo “*The Classification of Men According to Their Natural Gifts*”, Galton sintetizou sua linha de pensamento. Ele comparava o “poder mental” de caucasianos e “selvagens”, concluindo que a diferença entre a capacidade intelectual era enorme. Para ele, havia uma continuidade natural entre o nível mais alto de habilidade até o nível mais profundo, e propunha classificar a humanidade em graus, com base no mérito dessas habilidades

(GALTON, 1870, p. 24-26).

Ele tinha desenvolvido, a partir da leitura de Darwin, que as civilizações se formaram a partir de um vasto número de aptidões adquiridas através da sobrevivência dos mais aptos e a destruição impiedosa dos inaptos, por centenas de gerações (GALTON, 1870, p. 337).

De forma geral, ele compreendia que características físicas e comportamentais tais como a preguiça, o alcoolismo, a criminalidade e a inteligência eram hereditárias, e para provar seu ponto de vista, aplicou estudos estatísticos de heranças familiares a um grande número de indivíduos. Pelos padrões de rigor e “cientificidade” da pesquisa, podia-se considerar a eugenia galtoniana como um ramo da biologia de finais no século XIX, quando foi concebida (TEIXEIRA; SILVA, 2017, p. 64).

Antes de Galton, esse tipo de pensamento era apenas baseado em meras suposições, mas após sua contribuição, foram criadas as bases para a construção de uma ciência eugênica, em virtude dele ter estabelecido dados e práticas metodológicas precisas para a biometria, buscando encontrar estatísticas que pudessem comprovar a prevalência de certas características em um conjunto populacional (DEL CONTI, 2008, p. 206).

Os escritos de Galton foram lidos por Darwin. Ao mesmo tempo que ele parecia inclinado a aceitar a proposta de algum tipo de controle eugênico sob a reprodução humana, ele relutava a abraçar o projeto, uma vez que ainda existia uma repulsa moral a esse tipo de interferência (STEPAN, 2005, p. 31).

Wallace, por sua vez, discordava da ideia de inferioridade racial, inclusive, se posicionando contra a eugenia, opondo-se a ideia de casamento eugênico, defendendo a liberdade marital (MOLINARI, 2016, p. 5).

Eric Hobsbawm (2005), em “A Era dos Impérios” elenca o cenário econômico vivido no período de 1875 até 1914. Apesar de ser um período caracterizado pela grande produtividade, apresentando aumento na produção de aço e na industrialização, o esse período desencadeou uma Grande Depressão.

A percepção de depressão econômica nascia de uma sensação generalizada de mal-estar econômico e social da época, pois até economistas e empresários contemporâneos estavam preocupados com o prolongamento da depressão dos preços, juros e de lucros. Dessa forma, a depressão se originou principalmente, na queda da lucratividade do sistema (HOBSBAWN, 2005, p. 60-61).

Sob esse cenário de depressão econômica, deu-se avanço para movimentos de orientação socialista e trabalhista, bem como o movimento feminista. A incerteza quanto a estabilidade do sistema econômico fez com que o otimismo vitoriano se esvaecesse, tomando

lugar um pessimismo profundo, que gerou um contexto social propício para o desenvolvimento de uma ciência reformista (HOBBSAWN, 2005, p. 31).

Ao analisar a eugenia em termos gerais, não restritos apenas à indivíduos, Galton procurou estabelecer um método para o controle reprodutivo que não seria uma intromissão de esfera individual, mas uma necessidade do ponto de vista da distribuição estatística das características encontradas na média da população, entendendo que a eugenia deveria se aplicar através de políticas públicas de controle reprodutivo, visando a elevação das qualidades encontradas no conjunto populacional (DEL CONTI, 2008, p. 209).

A redescoberta dos estudos de Gregor Mendel em 1900 proporcionou um alicerce teórico mais robusto para o debate eugenista sobre a dinâmica genética e hereditária, ampliando significativamente o poder explicativo da eugenia. A teoria eugênica incorporou o modelo mendeliano ao seu conjunto conceitual, o que facilitou a disseminação da teoria, juntamente com o entendimento sobre genética e hereditariedade (TEIXEIRA; SILVA, 2017, p. 67-68).

Mendel fez diversos experimentos em ervilhas da espécie *Pisum sativum*. É uma planta de fácil cultivo e que se autofecunda em um sistema fechado, já que as pétalas das flores se fecham impedindo a entrada ou saída de grãos de pólen. Por lidar com esse sistema fechado e endogâmico característico da espécie, ele pode observar e registrar como se dava o mecanismo de herança das ervilhas (SNUSTAD; SIMMONS, 2017, p. 69-70).

Em “Experimento de Hibridização em Plantas” (1865), Mendel começou a promover a fertilização cruzada dessas plantas, realizando o cruzamento entre ervilhas altas e ervilhas anãs. Após a semeadura desses tipos híbridos, ele percebeu que foram obtidas plantas altas, parecendo que havia desaparecido a característica anã no grupo. Após esse resultado, ele permitiu que as plantas fizessem normalmente a autofertilização, e desta vez, na segunda geração dos cruzamentos, obteve plantas altas e anãs, na proporção de três para um.

O resultado surpreendeu Mendel, uma vez que mostrou que plantas híbridas, ainda que fossem altas, teriam a capacidade de gerar ervilhas anãs. A partir desses apontamentos, ele afirmou que o fator latente era recessivo, enquanto o fator expresso era o dominante, explicando assim a reaparição da característica anã na geração seguinte (SNUSTAD; SIMMONS, 2017, p. 70-73).

Os estudos de Mendel foram esquecidos por muito tempo, sendo redescobertos em 1900, quando três importantes botânicos - De Vries (Holanda), Correns (Alemanha) e Tschermak (Áustria) - redescobriram independentemente as chamadas leis de Mendel. Essa redescoberta foi complementada pelos estudos sobre hereditariedade e genética de August Weismann (1834-1914), que corroboravam a ideia de seleção natural apresentada por Darwin,

ampliando a ruptura com a teoria Lamarckista. Weissman foi reconhecido por suas críticas ao princípio da herança dos caracteres adquiridos em 1882 e por seus estudos de distinção entre plasma germinativo e o plasma somático (MARTINS, 2003, p. 53).

Weismann, se baseando em estudos citológicos de Van Beneden, Oscar Hertwig, Strasburger, entre outros, concluiu que as características hereditárias eram transmitidas através do núcleo das células germinativas, e construiu uma teoria de como funcionaria o mecanismo de transmissão das características hereditárias (MARTINS, 2003, p. 60).

O mais importante aspecto da pesquisa de Weismann se deu quando ele afirmou a autonomia e inviolabilidade do plasma germinativo, sendo este responsável pelo transporte do material hereditário (STEPAN, 2005, p. 32).

Nessa senda, percebe-se que as ciências naturais se tornaram mais relevantes para a sociedade e seus anseios, absorvendo um forte elemento social e político em suas perspectivas.

Toda essa proposta do darwinismo social e da biologia atingia diretamente o homem social, uma vez que sob a forma de racismo, a biologia servia aos interesses da burguesia, que se arvorava igualitária, mas que encontraram na eugenia a justificativa da evidente desigualdade humana por um suposto determinismo natural (HOBSBAWN, 2005, p. 386).

Os pobres eram pobres por terem nascido inferiores. A ideia era enraizada no pensamento de forma tão forte, que até um pensador cético como Nietzsche refletiu em “*A vontade do poder*”, um discurso que usava a ideia de seleção natural como destinada a construção de uma nova raça dos “super-homens” que dominariam os inferiores (HOBSBAWN, 2005, p. 387).

A eugenia, como ciência aplicada, foi um movimento político composto majoritariamente por membros da classe média e burguesia, que pressionavam os governos para implantação de programas de ações visando o melhoramento da condição genética da humanidade (HOBSBAWN, 2005, p. 387).

Em 1912 ocorreu um evento que foi marco para o desenvolvimento internacional do movimento eugênico. Se deu o Primeiro Congresso Internacional de Eugenia, que aconteceu na Universidade de Londres, tendo como Presidente do evento Leonard Darwin, filho de Charles Darwin (EUGENICS EDUCATION SOCIETY, 1912, p. 15).

O Congresso contou com comitês consultivos de países como Estados Unidos, Bélgica, França, Alemanha e Itália. Além desses comitês, foram enviados diversos delegados de várias instituições e universidades, como por exemplo a Sociedade Americana de Pediatria, a Associação Médica Britânica, o Hospital para Crianças Doentes, a Sociedade da Nova Zelândia de Educação Eugênica, representantes dos estados americanos de Colorado, Connecticut,

Michigan, das Universidades de Barcelona, Bristol, Cambridge, Glasgow, Toronto, Kyoto, Oxford, entre outros. Inclusive, entre os delegados estava o ex-Primeiro Ministro britânico Arthur James Balfour, chefe do gabinete do governo entre 1902 e 1905. Não houve membros ou delegados de origem latino-americana neste primeiro congresso (EUGENICS EDUCATION SOCIETY, 1912, p. 15-21).

O congresso foi iniciado em 24 de julho de 1912. Após o jantar inaugural, teve discurso de abertura de Leonardo Darwin, seguido pelos discursos de Arthur James Balfour, Paul Doumer¹ e General Von Bardeleben² (EUGENICS EDUCATION SOCIETY, 1912, p. 7-13).

No dia seguinte, 25 de junho de 1912, se debateu o tema “Biologia e Eugenia”, no dia 26, a “Prática Eugênica”, dia 27, “Educação e Eugenia”. Dia 28, “Sociologia e Eugenia”, e por fim, no dia 30, “Medicina e Eugenia” (EUGENICS EDUCATION SOCIETY, 1912, p. 11-13).

O Congresso foi crucial para o sucesso do movimento eugenista, isso porque o evento ajudou a publicizar, legitimar, popularizar e aumentar a aceitabilidade da sociedade sobre a teoria eugênica. O impulso foi tão grande que na década de 20 haviam mais de 30 países com movimentos eugenistas, cada um dos quais interpretavam as teses eugenistas à sua própria maneira (SUSSMAN, 2014, p. 62).

Ao final desse evento, foram fixadas algumas diretrizes para o movimento, tais como: promoção da procriação seletiva, esterilização e castração dos inaptos, uso de testes intelectuais para identificar pessoas com deficiência mental, além de identificar a diferença na inteligência entre as raças e grupos étnicos. Foi defendida a limitação de imigração para várias etnias e grupos raciais. Essas pautas se tornaram a meta de maior parte dos eugenistas do mundo (DEGLER, 1993 *apud* SUSSMAN, 2014, p. 63).

Percebe-se também, que os participantes da conferência eram algumas das pessoas mais ricas, proeminentes e influentes da época, e apesar de não ser um grupo grande, tinha força para tentar pautar os Estados a aplicar as políticas públicas que julgavam necessárias para alcançar o aprimoramento (SUSSMAN, 2014, p. 64). O Primeiro Congresso Internacional de Eugenia foi um marco para o estabelecimento da eugenia como um movimento internacional, e estimulou a criação de organizações eugenistas em diversos países. O congresso impactou os países latinos a criar suas próprias instituições eugênicas tanto quanto nos países europeus (TURDA; GILETTE, 2014, p. 54).

¹ Joseph Athanase Gaston Paul Doumer foi Senador francês em 1912, e em 1931 se tornou Presidente.

² Karl von Bardeleben foi um médico alemão especialista em anatomia, focado principalmente em anatomia comparada.

A segunda conferência estava marcada para 1913, e haveria outro encontro em 1914, porém ambos congressos foram postergados devido às tensões que se tornariam estopim para a Primeira Guerra Mundial. O grupo só voltou a ter um encontro internacional em setembro de 1921, no Museu de História Natural em Nova York (TURDA; GILETTE, 2014, p. 64).

Desde que a eugenia foi entendida como uma busca pela saúde e pela constituição física das futuras gerações, em prol do nascimento de crianças fisicamente e mentalmente saudáveis, as condutas que caminhassem na efetivação dessa proposta podiam ser consideradas ações eugênicas (MAI; ANGERAMI, 2016, p. 253).

Para conseguir tal objetivo, a eugenia se dividiu em dois linhas: a eugenia positiva e a negativa. A eugenia positiva era verificada quando se controlava a reprodução humana para produzir herdeiros que se supunham geneticamente superiores. Já a eugenia negativa ocorria quando o objetivo de melhorar a humanidade se dava pela eliminação dos inaptos da população, ou quando menos, eliminando a possibilidade de reprodução, usando para isso instrumentos como a segregação, deportação, castração, proibição matrimonial, esterilização compulsória ou extermínio (SUSSMAN, 2014, p. 69).

Segundo Nancy Stepan (2005, p. 45), três fatores foram cruciais para a adoção da eugenia na América Latina: a primeira seria a Primeira Guerra Mundial. O continente europeu, que antes era visto como referência de civilização e superioridade, durante o conflito mostrou sua faceta mais brutal e destruidora, o que estimulou o surgimento de movimentos nacionalistas latinos, com intencionalidade de impulsionar esses Estados no cenário mundial, o que fez com que os latinos vissem na eugenia não o impedimento para a degeneração, como temiam os europeus, mas como uma forma de regenerar as nações e solucionar os problemas internos.

O segundo fator foi o que Stepan chamou de crise do subdesenvolvimento. O Brasil no fim do século XIX e início do século XX viu em pouco tempo a abolição da escravidão em 1888, a queda da monarquia e a ascensão da república em 1889, o maior envolvimento do país no sistema capitalista mundial como fornecedor de matéria-prima, crescimento da população urbana de forma desordenada, o que gerou grandes distúrbios sociais, crescimento da desigualdade social. Apesar de ter sido instaurada a república liberal regida pelas elites, a igreja católica mantinha sua influência social muito forte, e para parte da população, a democracia liberal era algo completamente irrelevante, ou que poderia gerar consequências negativas para o país (STEPAN, 2005, p. 46).

O terceiro fator seria a situação na qual estava configurada a ciência nas américas. A biologia darwinista e a genética mendeliana ainda eram conhecidas por uma minoria privilegiada de pessoas, não sendo de domínio popular. A eugenia na América Latina era vista

como forma de endossar a ciência, era uma forma de mostrar que essa região estava na esteira da modernidade, acompanhando a Europa, e que poderiam emergir como novas potências mundiais. (STEPAN, 2005, p. 49)

Vanderlei Souza (2019) entende que é nesse cenário que a eugenia se insere no Brasil, como uma ferramenta de construção da modernidade e de intervenção na vida social e na biologia humana, prometendo ser capaz de eliminar as imperfeições e desenvolver as habilidades físicas e mentais das pessoas (ROITBERG, 2021, p. 109).

No início do século XX, vários países da América Latina promoveram as ideias eugenistas dentro de um contexto de reformas progressistas que abarcavam a melhora das condições de trabalho, de educação, de higiene e de saúde pública. Paz Soldán, eugenista peruano, afirmava que a síntese das reformas e da eugenia iluminariam as questões raciais e constituiriam uma nova forma de patriotismo (SOLDÁN, 1919 *apud* TURDA; GILETTE, 2014, p. 145).

Em busca dos objetivos de modernização e adequação da América Latina, os eugenistas recorreram ao modelo da Europa Latina, como França, Itália e Espanha, além de beber de outras fontes como a eugenia dos Estados Unidos da América e, também, com base nos seus próprios parâmetros culturais. Neste processo, criaram-se identidades eugênicas únicas que diferenciavam os centros de estudos eugênicos de cada uma dessas nações (TURDA; GILETTE, 2014, p. 145).

Nancy Stepan (2014, p. 76-77) entende que a eugenia na América Latina se apresentou de forma diversa dos países europeus pelo fato da teoria mendeliana ainda não ser majoritária a época. Enquanto as ideias de Darwin foram adotadas como a melhor teoria para explicar a evolução, Mendel ficou por muito tempo pouco conhecido, passando apenas a ocupar uma posição central nos estudos de genética após a década de 40, quando se tornou mais predominante.

Com a repercussão da teoria evolutiva darwinista, houve uma disputa no cenário acadêmico e político. Muitos dos cientistas da época - inclusive o próprio Darwin -, e especialmente os cientistas franceses, defenderam a teoria da herança dos caracteres adquiridos, que continuava sendo aplicada e estudada em diversos setores do saber, como na antropologia, nas ciências sociais e na psiquiatria, e por isso, a teoria Lamarckista continuou a ser usado como referencial teórico nesses trabalhos científicos (STEPAN, 2014, p. 79).

Diversos cientistas como Cope³, Packard⁴ e Hyatt⁵, ainda no fim do século XIX,

³ Edward Drinker Cope foi um paleontólogo americano, fundador do neolamarckismo.

⁴ Alpheus Spring Packard foi um paleontólogo americano formado pela Brown University e um dos maiores

criticavam a seleção natural proposta por Darwin (BOWLER, 1983), pensando que já que a seleção se dava pela sobrevivência dos mais aptos, a seleção não podia explicar de que maneira estes eram gerados. Esse questionamento foi feito por Packard e Cope, que também se perguntavam como que se dava as evoluções mais céleres das espécies, um fenómeno contrário ao gradualismo evolutivo defendido por Darwin (FARIA, 2017, p. 1015).

Packard defendia que fatores ambientais físico-químicos poderiam gerar essas micro alterações, que se perpetuariam como características da espécie. Para provar tal teoria, ele publicou em 1870 um trabalho sobre o artrópode *Limulus polyphemus*, no qual usou como base as leis da aceleração e da retardação do desenvolvimento. Cope também escreveu um artigo em 1872 sobre a fauna da Caverna do Mamute, onde ele defendia que a cegueira dos peixes que viviam dentro da caverna se dava pela retardação do desenvolvimento dos nervos óticos (FARIA, 2017, p. 1015).

Esses autores faziam a defesa de que essas alterações eram causadas por conta das leis de aceleração e retardação, combinando a teoria evolutiva com as ideias de Lamarck, tais como a influência do meio, do uso e desuso, e da herança dos caracteres adquiridos (FARIA, 2017, p. 1015).

Paul Kammerer, biólogo austríaco, foi um dos maiores defensores do neolamarckismo neste período, posição essa que também foi aderida por biólogos como E. W. McBride e H. C. Cannon, além de médicos como Saleeby. (STEPAN, 2014, p. 80)

Alfredo Binbarén, pesquisador argentino, apresentou um trabalho em 1886 usando estatísticas galtonianas para concluir que os judeus teriam a propensão a ter afinidade com a riqueza, por conta de um mosaico de caracteres adquiridos (STEPAN, 2014, p. 80).

Stepan (2014, p. 81-82) entende que essa aproximação das academias latino-americanas com a França, de tradição neolamarckista, se dava por laços linguísticos e culturais. O lamarckismo gozou de muito prestígio nas academias latino-americanas, e foi muito usado para explicar a evolução e a hereditariedade. Havia também uma resistência quanto aos escritos de Weismann, que eram muito rígidos quanto a ideia de inviolabilidade do plasma germinativo, o que poderia implicar no descrédito das políticas sanitaristas que estavam em voga no período.

Politicamente, o neolamarckismo também soava mais atraente aos interesses locais das elites latinoamericanas, uma vez que justificava a força de vontade como impulso motriz, e que o melhoramento adquirido durante a vida da pessoa seria transmitido para suas descendências, o que combinava com o momento histórico sanitarista (STEPAN, 2014, p. 81-82).

defensores do neolamarckismo.

⁵ Alpheus Hyatt Foi um naturalista americano e também foi defensor do neolamarckismo.

Podemos ver um típico exemplo de eugenia com viés neolamarckista na proposta de Belisário Penna, a eugenia preventiva, que focava em construir um ambiente sadio, livre de venenos raciais como doenças (como sífilis, varíola e tuberculose) e de vícios, como o alcoolismo (CARVALHO, 2022, p. 645-649).

Nancy Stepan definiu esses “venenos raciais” como um termo usado por eugenistas neolamarckistas para se referir a fatores como álcool, nicotina, doenças venéreas e infecções. Esses “venenos” eram considerados raciais por que acreditava-se que uma vez adquiridas essas doenças ou esses hábitos, haveria uma degeneração permanente e hereditária, que ao longo do tempo poderia afetar toda a nação (STEPAN, 2004, p. 92)

Outro exemplo de proposta eugênica neolamarckista é a homicultura, ciência criada pelos cubanos Domingo Ramos e Eusebio Hernández⁶, inspirados na puericultura proposta por Pinard, que tinha como objetivo o aperfeiçoamento das pessoas desde a infância até o estágio adulto (GARCÍA GONZÁLEZ, 1999, p. 86).

A ideia de construção de raça também foi bastante diversa na América Latina. Enquanto a Argentina queria preservar sua herança da Europa Latina diante da imigração dos que eram considerados indesejados, o Brasil e o México tiveram outra abordagem, valorizando os mestiços, com exemplos paradigmáticos como a obra “La raza cósmica” de José Vasconcelos⁷, publicada em 1925 (TURDA; GILLETTE, 2014, p. 153).

No cenário brasileiro também foi construída a ideia de que a mestiçagem não seria um problema. João Baptista de Lacerda apresentou em Londres, no Congresso Universal das Raças em 1911, que ao contrário do que a corrente majoritária pensava, o cruzamento entre brancos e negros não gerou um mestiço inferior no Brasil. Ele dizia que apesar de serem pouco inclinados ao trabalho braçal e moralmente voluptuosos, os mestiços brasileiros eram intensamente inteligentes e afeitos às letras, ciências e política, e que muitos deles se tornaram importantes músicos, políticos, advogados, médicos e engenheiros. (SOUZA; SANTOS, 2012, p. 754)

No entendimento de Lacerda, a continuidade do cruzamento racial feito no Brasil apresentava uma tendência ao embranquecimento, já que segundo ele, a propensão dos mulatos seria a de buscar parceiros brancos, para trazer de volta seus descendentes para o tipo físico branco, purificando assim os traços negros. Ele previa que pouco após a virada do século XXI já não existiriam negros ou mulatos no país. (SOUZA; SANTOS, 2012, p. 754)

Essa interpretação mais elástica de pureza racial ocorrida no Brasil e no México

⁶ Eusebio Hernández Pérez e Domingos Ramos foram médicos obstetras e eugenistas cubanos, criadores da homicultura.

⁷ José Vasconcelos Calderón foi um importante escritor, ideólogo e político mexicano que foi bastante influente durante a Revolução Mexicana.

incomodava bastante os eugenistas mais alinhados com o pensamento anglo-saxão. Turda e Gilette (2014, p. 153) apontam que o biólogo Reginald G. Harris, genro de Davenport, escreveu:

“Eugenicamente”, observou Harris, “o cruzamento de raças humanas muito diferentes, como índios, negros e brancos, na América do Sul não foi bem-sucedido, e sua continuidade é indesejável”. Como solução, ele recomendou que “os híbridos [...] fossem substituídos e o estoque geral de europeus renovado por meio de abundante imigração seletiva”. Nesse contexto, “o conhecimento e a prática da eugenia” forneceram a justificativa para a renovação nacional nos “países da América do Sul onde as raças inferiores e o estoque híbrido [estavam] presentes em grande número” (HARRIS, 1922).

Nancy Stepan (2014, p. 76) também indica que o editor da revista *Eugenics Review*, K. E. Trounson sinalizava aos leitores que os brasileiros interpretavam a palavra eugenia de uma forma mais elástica do que eles, perpassando mais sobre temas que na Inglaterra seriam nomeados como higiene e sexologia elementar, e ressaltou ainda que a questão genética e a seleção natural eram bastante negligenciadas, oferecendo uma visão da eugenia mais sociológica do que biológica.

2.3 ORGANIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO DO MOVIMENTO EUGÊNICO BRASILEIRO

A visão do Brasil sobre si mesmo no final do século XIX era bastante negativa. Um país formado por uma população majoritariamente empobrecida, analfabeta, mestiça, sob um clima tropical e com forte incidência de endemias. Na perspectiva de muitos intelectuais da época, o Brasil era exatamente o que poderia ser chamado de um país disgênico (STEPAN, 2004, p. 335). Diversos cientistas viajantes que passaram pelo país apresentavam visões muito negativas do Brasil com base nas teorias científicas da época, entendendo o Brasil como um país débil e fraco. Escritores como Arthur de Gobineau, Louis Couty, Louis Agassiz e Thomas Buckle, consideravam o Brasil como um “território vazio” e “pernicioso à saúde”, tendo a perspectiva de que o brasileiro era um povo degenerado por conta da exposição ao clima e às doenças, bem como pela miscigenação que aqui era tolerada (SOUZA, 2008, p. 147).

Durante o período de 1888 a 1914, a teoria de superioridade racial dos arianos era aceita por uma parcela relevante da elite brasileira. Apesar da teoria criar uma espécie de degradê de superioridade racial, que situava os nórdicos na posição de supremacia racial, a leitura majoritária atribuía superioridade a todos os europeus. Na prática, os brasileiros entendiam arianos como sinônimo de brancos (SKIDMORE, 2012, p. 96).

Nesse contexto, os teóricos do darwinismo social tiveram grande repercussão no país. Skidmore (2012, p. 97) aponta que antes de 1914, todos os pensadores sociais do Brasil se

depararam e conheciam as obras de Spencer⁸, Le Bon⁹, e Lapouge¹⁰. Em termos gerais, o darwinismo social foi bem aceito, sendo debatida a melhor forma de sua aplicação no contexto nacional.

Neste período, era comum ver replicações de falas dos viajantes ingleses que relatavam a falta de civilidade dos africanos, que -segundo esses autores- haveriam desenvolvido uma forma de sociabilidade primitiva reiterando a inferioridade do povo. Para muitos, o negro estava condenado a sua extinção perante os mecanismos da evolução (SKIDMORE, 2012, p. 97-98).

Apesar da aceitação do darwinismo social, a configuração social brasileira era absolutamente diversa da realidade norte-americana e europeia. Enquanto nos Estados Unidos a mestiçagem era largamente repudiada, e quando ocorria, o mestiço era considerado como “negro”, no Brasil, a mestiçagem era tolerada e o país estava constituído por uma população multiétnica. Desta forma, a aversão ao mestiço observada nos Estados Unidos não caberia no panorama social brasileiro, pois tal aversão poderia criar estigma social inclusive para uma porção significativa das elites. Neste momento, vários mestiços já haviam acendido ao topo da hierarquia social (SKIDMORE, 2012, p. 98-100).

O primeiro estudo etnográfico substancial sobre as populações afrodescendentes realizado no Brasil veio da Faculdade de Medicina da Bahia, através das pesquisas de Nina Rodrigues, que publicava seus estudos sobre medicina legal e sobre a influência africana no Brasil, catalogando a origem das pessoas trazidas da África, identificando os principais grupos linguísticos e estudando a assimilação dos africanos (SKIDMORE, 2012, p. 103).

Nina Rodrigues ganhou bastante prestígio como doutrinador racista de sua época, afirmando categoricamente a inferioridade dos africanos. Admirador de Cesare Lombroso, Rodrigues propôs em 1894 a criação de um novo código penal, uma vez que a responsabilidade penal das raças inferiores não pudesse ser equiparada à dos brancos civilizados (SKIDMORE, 2012, p. 103-104).

De todo este estudo, que ainda constitui somente as premissas das conclusões cuja buscando eu para a legislação criminal brasileira, resulta, pois:

Que a cada fase da evolução social de um povo, e ainda melhor, a cada fase da evolução da humanidade, se comparam raças antropológicamente distintas, corresponde uma criminalidade própria, em harmonia e de acordo com o grau do seu desenvolvimento intelectual e moral.

Que há impossibilidade material, orgânica, a que os representantes das fases inferiores

⁸ Herbert Spencer foi um biólogo e filósofo britânico, admirador de Darwin que procurou aplicar as leis da evolução à atividade humana.

⁹ Gustave Le Bon foi antropólogo, sociólogo e psicólogo francês.

¹⁰ Georges Vacher de Lapouge foi antropólogo, sociólogo e eugenista francês que criou fundamentos teóricos para a ideia de superioridade racial de certos povos.

da evolução social passem bruscamente em uma só geração, sem transição lenta e gradual, ao grau de cultura mental e social das fases superiores; que, portanto, perante as conclusões tanto da sociologia, como da psicologia moderna, o postulado da vontade livre como base da responsabilidade penal, só se pode discutir sem flagrante absurdo, quando for aplicável a uma agremiação social muito homogênea, chegada a um mesmo grau de cultura mental média (RODRIGUES, 2011, p. 12).

Sob parâmetros deterministas, Rodrigues negava a ideia de livre arbítrio, entendendo que o comportamento humano estava pautado pela natureza sem obstáculos, de forma que se dizer “livre” era o mesmo que supor que um corpo submetido à gravidade pudesse se considerar como livre, ou pressupor liberdade num rio que corre de acordo com o leito. Para Nina, não existia liberdade nos fenômenos físicos, nem no homem (RODRIGUES, 2011, p. 15). Segundo ele, a mestiçagem brasileira tinha criado um povo degenerado, sujeito à criminalidade inata por causa da mistura racial. Apesar de compreender às raças como parte de uma única espécie e, portanto, defender que não havia hibridez humana, a mistura racial gerava, pessoas de deficiente qualidade moral e física (RODRIGUES, 2011, p. 54).

Entre as teses raciais que circulavam nesse período do final do século XIX e início do XX, estava também a do branqueamento racial. Essa teoria era bem aceita por grande parte da elite nacional, apesar de nunca ter sido aceita na Europa e na América do Norte (SKIDMORE, 2012, p. 110-111). A tese tinha como base o princípio da superioridade racial branca, e afirmava que a população negra estava em declínio, por motivos de uma taxa de natalidade negra inferior, devido a maior incidência de doenças e desorganização social. Como segundo motivo, a miscigenação estava construindo uma população mais clara, uma vez que o gene branco predominava (SKIDMORE, 2012, p. 111).

Essa ideia foi propagada fora do Brasil, no Primeiro Congresso Universal de Raças (1911) por João Baptista de Lacerda, que era diretor do Museu Nacional e foi o Delegado do Brasil neste evento. Lacerda apresentou o trabalho intitulado “*The Metis, or half-breeds, of Brazil*”, exposto na sexta sessão do encontro. Afirmava que com os africanos trazidos ao Brasil durante o período de comercialização de escravos, os portugueses transformaram escravas negras em suas concubinas, de forma que a população mestiça cresceu rapidamente (LACERDA, 1911, p. 377-378 *apud* SOUZA; SANTOS, 2012, p. 754).

Para Lacerda, o cruzamento de negros e brancos não deu origem a um mestiço de qualidade inferior, mas sim, a pessoas extremamente inteligentes e hábeis nas letras, ciências e política, apesar de serem pouco afeitos ao trabalho braçal e de moralidade voluptuosa (SOUZA; SANTOS, 2012, p. 754). Ele também afirmava que a estratégia de cruzamento racial teria como finalidade a extinção natural dos tipos negros e mestiços. Isso porque os

mestiços teriam a tendência de se relacionar sexualmente com pessoas brancas para trazer de volta seus descendentes ao tipo branco puro, e que devido à forte imigração europeia no Brasil, esse processo seria ainda mais intensificado. Além disso, diante das condições de vida dos negros após a abolição da escravatura, o tipo negro puro estaria reduzido, de forma que inevitavelmente o Brasil se tornaria uma nação branqueada (SOUZA; SANTOS, 2012, p. 754).

Simultaneamente, outras respostas eram buscadas para os dilemas brasileiros. Se o que tornava o povo brasileiro indolente, preguiçoso e improdutivo não era uma questão de raça, então qual seria o motivo? A resposta dada por alguns médicos-sanitaristas era que tais características se davam porque as pessoas estavam doentes. A redenção que tanto o Brasil buscava estava, na verdade, em sanear e higienizar o país (LIMA; HOCHMAN, 1996, p. 23).

A proposta sanitaria apresentava algum alívio, vocalizado por Monteiro Lobato na frase “O Jeca não é assim: Está assim”. Jeca Tatu foi um personagem de Monteiro Lobato que representava um caipira mestiço, pobre, ignorante e preguiçoso. Ao dizer que Jeca não é assim, ele está, Monteiro Lobato reflete a possibilidade de redenção e a possibilidade de alcançar a civilidade que tanto era esperada, através da educação sanitária, para afastar as doenças epidêmicas que afligiam aos brasileiros (SCHWARCZ, 1993, p. 325). Miguel Pereira, médico e professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro disse em 1916 que “O Brasil é um imenso hospital”. Essa frase reflete os anseios nacionalistas que emergiram no pós-Primeira Guerra Mundial e o início da campanha de sanitarismo rural. A ideia é que o Estado Brasileiro tinha a obrigação de construir a nacionalidade, e para tanto, deveria criar políticas públicas sobre temas como alfabetização, saúde, culto ao civismo, profissionalização do exército. Essa nova visão construiu o ideário de que o combate às doenças era crucial para a construção da nacionalidade (LIMA; HOCHMAN, 1996, p. 24-25).

Oriundos do Instituto Oswaldo Cruz, os médicos Artur Neiva e Belisário Penna fizeram expedições para os rincões do país, relatando a situação da saúde do brasileiro nas regiões mais remotas. Suas viagens tiveram bastante repercussão nos círculos de debates acadêmicos e ganharam destaque até na mídia comum, através de uma série de artigos publicados por Penna no jornal *Correio da Manhã*, nos quais ele conclamava que o país iniciasse uma grande campanha sanitaria, fundando *a posteriori* a Liga Pró-Saneamento (SKIDMORE, 1996, p. 26).

No contexto da Primeira República, sob o efervescente debate sobre as teorias raciais, e num ambiente médico-científico que exigia reformas sociais, a ciência eugênica foi introduzida no Brasil. Vanderlei Souza (2008, p. 149) aponta que os primeiros trabalhos acerca da eugenia

foram publicados no país, ainda na primeira década do século XX, em artigos de Erasmo Braga, João Ribeiro e Horácio de Carvalho.

Por sua vez, a primeira conferência sobre a eugenia foi realizada em Salvador, pelo médico Alfredo Ferreira de Magalhães em 1913, sob o título de Pró Eugenismo. A apresentação tratava da importância da eugenia para a educação familiar. O autor propunha que a educação moral seria capaz de impedir a propagação dos vícios e males sociais como o alcoolismo, a prostituição e as doenças venéreas, causas de degeneração da raça (SOUZA, 2008, p. 149).

O momento chave para a entrada da eugenia no Brasil se deu em 1917, quando Renato Kehl iniciou sua campanha de propagação das ideias eugenistas no meio intelectual. Ele apresentou na Associação Cristã de Moços uma conferência sobre eugenia, explicando os seus princípios, os fundamentos da hereditariedade, educação eugênica, higiene e saneamento, argumentando sobre a importância de selecionar o cônjuge com base em critérios restritivos para que fosse impedido o casamento entre inaptos, e garantindo a manutenção dos bons genes (SOUZA, 2008, p. 149). Após esta conferência, Kehl enviou um informe para os médicos da prefeitura e do estado de São Paulo, com o intuito de propor a criação de uma sociedade científica dedicada ao estudo e divulgação da eugenia, convidando seus pares a participar do grupo (STEPAN, 2014, p. 55).

No contexto da Primeira Guerra Mundial, surgiu uma onda nacionalista no Brasil. Com a nova forma de organização no mundo, diante a barbárie da guerra, muitos pensaram que o Brasil poderia encontrar finalmente seu papel de protagonismo na região, entendendo que o país era um projeto ainda em curso. Neste sentido, a eugenia serviria como importante instrumento para a construção de uma população mais saudável, forte e homogênea. Desde esta perspectiva nacionalista, a eugenia teria como papel principal elevar o vigor da raça e conduzir o Brasil rumo a civilização (SOUZA, 2008, p. 152).

Neste marco de forte nacionalismo, a Sociedade Eugênica de São Paulo foi fundada em janeiro de 1918, contando com cento e quarenta pessoas, inclusive membros honorários estrangeiros como Victor Delfino e Carlos Enrique Paz Soldán¹¹. Belisário Penna, sanitarista já citado anteriormente, ocupou o cargo de vice-presidente honorário, com o objetivo de projetar a Sociedade para além de São Paulo (STEPAN, 2014, p. 56).

Entre os membros mais proeminentes estavam Arnaldo Vieira, diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo; Vital Brazil, bacteriologista do Instituto Butantã; Artur Neiva, médico

¹¹ Victor Delfino foi o maior propagandista da Eugenia na Argentina na década de 1910 e 1920. Estudou Ciências Naturais, Física e Matemática na Universidad de La Plata. Carlos Enrique Paz Soldán um médico peruano que estudou na Universidad Mayor de San Marcos.

sanitarista e discípulo de Oswaldo Cruz no Instituto Soroterápico (atual Fundação Oswaldo Cruz); Luís Pereira Barreto, escritor e médico; Antônio Austregésilo, psiquiatra e professor na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; Fernando de Azevedo, educador e professor da Universidade de São Paulo (STEPAN, 2014, p. 56).

A Sociedade se definia como organização culta, científica e profissional, cujo objetivo era construir e sistematizar estudos, conferências e propagandas sobre o fortalecimento físico e moral da raça brasileira (STEPAN, 2014, p. 56).

A Sociedade teve seu fim em 1919, devido a morte de Arnaldo Vieira de Carvalho e a mudança de Renato Kehl para o Rio de Janeiro, com o intuito de integrar o Serviço Sanitário da Capital Federal e posteriormente o Serviço de Educação Higiênica e Sanitária (SOUZA, 2008, p. 153).

Apesar da desarticulação da Sociedade, a eugenia não perdeu a influência no debate brasileiro. Ela continuou sendo propagada na Liga Pró-saneamento do Brasil, e encontrou nova casa em outras instituições, a exemplo da Liga Brasileira de Higiene Mental (SOUZA, 2008, p. 153).

A Liga de Higiene Mental foi criada por Gustavo Reidel em 1922, com o objetivo de construir um programa prático de profilaxia mental para indivíduos mentalmente deficientes, perturbados ou delinquentes (STEPAN, 2014, p. 58). Devido a tradição da antropologia criminal de Cesare Lombroso ter tido bastante repercussão no Brasil, a exemplo das obras de Raymundo Nina Rodrigues, entendia-se que a propensão a transtornos psiquiátricos estaria associada a hereditariedade.

Partindo desta premissa, a eugenia seria útil para identificar, diagnosticar e segregar os corpos considerados inadequados (STEPAN, 2014, p. 58). A Liga Brasileira de Higiene Mental tinha a sua sede na Capital, Rio de Janeiro, onde atraiu uma gama de cientistas e médicos, chegando a contar com mais de 120 membros, entre eles Henrique Roxo, Miguel Couto, Leitão Cunha, Juliano Moreira, Roquette-Pinto, Ernani Lopes e Renato Kehl (SOUZA, 2008, p. 153).

Ao analisar a os trabalhos de divulgação científica da Liga, percebe-se que diversos temas foram tratados em suas publicações. Muitas delas tinham como fio condutor a eugenia, ou usavam termos e argumentos eugênicos. Entre os assuntos abordados pela Liga podemos destacar temas como profilaxia social das toxicomanias, profilaxia mental e delinquência, imigração e deficiência moral, esterilização dos grandes degenerados e criminosos, estudos sobre famílias hemofílicas, educação sexual e principalmente campanhas antialcoólicas.

Em certa medida, os autores que publicavam na Liga tinham também uma grande

preocupação com a questão da degeneração, higiene, educação física e formação educacional de crianças e jovens.

Em 1925, na primeira publicação da Liga, F. Esposel, professor da Faculdade de Medicina escreveu um artigo sugerindo algumas medidas de higiene para conservar a sanidade mental, indicando, inclusive, sua aplicação em escolas secundárias (ESPOSEL, 1925, p. 101).

Neste trabalho, Esposel enalteceu a puericultura como forma de evitar condições desfavoráveis para o nascituro. O autor ressaltava a importância do combate às doenças infecciosas como sífilis, tuberculose e febre tifoide, bem como a eliminação das intoxicações externas como álcool, éter, cocaína e morfina (ESPOSEL, 1925, p. 103).

Esposel sugeriu uma maior aplicação escolar da disciplina de higiene para adolescentes. Além disso, considerava que seria importante contar com uma matéria que construísse firmeza moral para os adolescentes, como por exemplo, a educação cívica e moral (ESPOSEL, 1925, p. 104).

Por sua vez, Arthur Ramos publicou nos arquivos de higiene mental as suas conferências no seio do VII Congresso Nacional de Educação, nas quais defendia a educação física como forma de higiene física e moral, além de simples auxílio ao desenvolvimento morfológico. Ele distinguiu a simples aplicação de ginástica e a prática de esporte do ensino de educação física racional e sistemática (RAMOS, 1935, p. 3).

Ao analisar os trabalhos dos membros da Liga, percebe-se que as publicações desta agremiação abordavam a formação de jovens por meio de uma “cruzada antialcoólica”. O álcool era visto como o demônio da humanidade e fator disgênico, de forma que cabia também à educação promover campanhas antialcoolismo na disciplina de educação higiênica/sanitária (BRAGA, 1930, p. 3).

Em 1929, a Liga organizou um evento intitulado “Trabalhos de Anti-alcoolismo”, que contou com a presença de membros da constituinte de 1934, inclusive na presidência da mesa. Participaram do ato homens como Miguel Couto, Afrânio Peixoto, Fernando Magalhães e Raul Leitão da Cunha, todos eles membros do parlamento no período da construção da Carta Magna. No debate, discutiram a necessidade de criar uma lei semelhante à Lei Seca aplicada nos Estados Unidos. Para eles, a medida seria nobre, um exemplo de alta cultura moral e eugênica, criando a paz na Capital e combatendo os males degeneradores da raça. Além do simpósio de 1929, a Liga de Higiene Mental organizou outros eventos para fomentar a campanha antialcoólica. Em 1934, se debateu os malefícios e efeitos disgênicos do álcool, além da necessidade de regular e proibir a sua venda. O ato contou com a ilustre presença do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, o que demonstra a influência que o grupo tinha na

política nacional.

O Primeiro Congresso de Eugenia, ocorrido Rio de Janeiro em 1929, também figurou como importante polo de discussão e divulgação dos ideais eugênicos no país. O evento foi fundado por Miguel Couto¹² e teve como Presidente o antropólogo Edgard Roquette-Pinto, e como Secretário Geral, Renato Kehl.

Neste evento, diversas correntes eugênicas foram expostas e foram debatidos os mais diversos temas, como por exemplo, biometria, educação, estatísticas dos assim chamados tarados no Brasil, consaguinidade, casamento, maternidade e imigração.

Naquela ocasião, o Presidente do Congresso, Edgard Roquette-Pinto, apresentou o trabalho intitulado “Nota Sobre os Typos Anthropologicos do Brasil”. Ele tinha publicado em 1927 o livro “Seixos Rolados. Estudos Brasileiros”, texto que contém um capítulo intitulado “As leis da eugenia”, no qual autor deixava clara a sua perspectiva eugênica. Roquette-Pinto era opositor à corrente que associava eugenia e higiene.

Para ele, a eugenia estava ligada ao aperfeiçoamento das gerações futuras, com base na proteção da herança biológica. Já a higiene, estava associada ao melhoramento do meio em que as pessoas viviam, dando melhor condição de vida, porém, o meio não construía novos caracteres para o indivíduo. (TAMANO, 2022, p. 37).

Em “Seixos Rolados”, o autor lembrava que, para entendermos a eugenia, se fazia necessário compreender as ideias de Galton e nessa perspectiva, explicava de forma sintética as suas propostas e as medidas que deveriam ser adotadas para poder alcançar os resultados pretendidos pela eugenia (ROQUETTE-PINTO, 1927, p. 169-171).

Roquette-Pinto entendia que a base da eugenia galtoniana eram a genética e a biometria. Na genética, ele se associava aos estudos mendelianos, negando valor científico à corrente neolamarckista, ressaltava as evidências contrárias à hipótese da herança de caracteres adquiridos (ROQUETTE-PINTO, 1927, p. 172).

Pela tradição mendeliana, ele entendia que a transmissão dos caracteres não era global, não havendo mistura dos caracteres ancestrais. Ele parte de três princípios para fazer tal afirmação. O Princípio da Unidade dos Caracteres, que diz que cada indivíduo, em relação a herança genética, comporta-se como um agregado de características independentemente transmitidos; Princípio da Dominância, para o qual cada caractere do indivíduo depende de dois determinantes. Quando os dominantes são iguais, o descendente é homozigoto, e quando o

¹² Médico brasileiro, eugenista e deputado constituinte de 1934. Notório defensor da restrição migratória de japoneses.

caractere é diferente, é heterozigoto, e um deles será o dominante, enquanto o outro é recessivo; e por fim, o Princípio da Segregação, que anuncia que dois determinantes de cada caractere unitário permanecem unidos durante o desenvolvimento do indivíduo, mas nas células reprodutivas separam-se e podem ser transmitidos de forma independentes para a próxima geração (ROQUETTE-PINTO, 1927, p. 178).

No Primeiro Congresso de Eugenia, Pinto manteve as ideias que tinha exposto no livro *Seixos Rolados*, reiterando a inexistência de indícios da degeneração do tipo mestiço no Brasil, fundamentando sua tese em dados antropométricos (ROQUETTE-PINTO, 1927, p. 123-124).

Assim, a partir desses dados, dividia o país em quatro grupos: os leucodermos (brancos), phaidermos (branco x negro), xanthodermos (branco x índio) e melanodermos (negros). O autor apresentou dados estatísticos de cada uma dessas populações, incluindo os antropométricos como a altura, índice cefálico, índice nasal, linhas faciais, espirometria, perímetro torácico, etc. (ROQUETTE-PINTO, 1927, p. 125-127). No trabalho concluía que os tipos mestiços eram tipos normais, salvo nos casos em que os progenitores eram portadores de morbidades hereditárias (ROQUETTE-PINTO, 1927, p. 136).

Os mestiços, nessa medida, não eram nem física e nem intelectualmente inferiores aos europeus. O autor chegava, inclusive, a reconhecer brilhantismo em alguns deles, porém ressaltava, que a herança escravagista ainda constituía uma chaga aberta no país, atingindo as famílias mestiças pobres descendentes de escravos, uma vez que tinham poucos filhos que alcançavam a maturidade, já que a mortalidade infantil ainda era grande nesse grupo. Dessa forma, a educação e a higiene entravam como um modo de auxiliar à natalidade dos mestiços. Para Roquette Pinto, o homem brasileiro deveria ser educado, não substituído (ROQUETTE-PINTO, 1927, p. 137).

Além dos trabalhos de Roquette Pinto, outros participantes do Congresso também defenderam a tradição galtoniana a partir da antropometria. Entre estes, outro exemplo de destaque é o de Bulhões de Carvalho¹³. Este autor apresentou no Congresso o trabalho intitulado “Estatística dos Tarados no Brazil: Cegos, surdos-mudos, débeis mentaes (*sic*) e atrasados, epilépticos, toxicômanos, alienados, vagabundos”. Em sua exposição, o autor realizou observações sobre a coleta de dados estatísticos da população em 1872, 1890, 1900 e 1920, sinalizando a falta de sistematização dos inquéritos, o que prejudicaria a comparação de resultados quanto ao número de indivíduos com enfermidades aparentes e outras “taras”

¹³ José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho foi médico sanitário, formado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi comissário na Inspetoria Geral de Higiene Pública. Foi chefe do setor de demografia da Diretoria Geral de Saúde Pública.

(CARVALHO, 1929, p. 226).

Mesmo com o destaque para esses cientistas que estavam mais alinhados à corrente mendeliana e galtoniana da eugenia, o Congresso também abarcou a apresentação de teses de viés neolamarckistas.

Neste sentido, por exemplo, Jorge de Moraes publicou as conclusões da sua tese intitulada “Da Educação Physica como Factor Eugenico”. Nesse texto, Moraes fazia um apelo em nome do Congresso, pedindo pelo bem da saúde e do desenvolvimento da raça, que a classe médica comesse a escolher o método de educação física apropriado para os brasileiros, com base em orientações científicas. Pedia também que fosse criado um conselho consultivo de educação física para orientar o grande problema eugênico (MORAES, 1929, p. 309).

Sob a mesma corrente eugênica, Motta Rezende apresentou seu trabalho sobre os fatores de degeneração que acometiam as praças da Polícia Militar. Nele afirmava que, apesar dos esforços para o combate da tuberculose, sífilis, doenças venéreas e verminoses, a Polícia Militar não conseguia atingir os resultados esperados, e atribuía a culpa disso à falta de médicos na corporação (REZENDE, 1929, p. 311).

Segundo Rezende, por conta dessas doenças, a Polícia Militar afastou um total de 766 praças entre 1920 e 1926. A aparência máscula e robusta dos policiais era apenas uma quimera, pois na verdade, a tropa estava infestada de verminoses, tuberculose, sífilis e outras doenças venéreas. O autor afirmava que sem o melhoramento do quadro de profissionais de saúde da polícia, estes homens não poderiam concorrer para a formação eugênica da raça brasileira (REZENDE, 1929, p. 313).

Rezende lembrava que, segundo o Instituto de Eugenia de Berlim, para o aperfeiçoamento do animal homem seria necessário um verdadeiro culto à saúde, pois este seria o alicerce para a hegemonia das raças. Assim, ressaltava a importância do saneamento, instrução, educação física e higiene militar (REZENDE, 1929, p. 313).

Em síntese, o primeiro Congresso de Eugênia brasileiro funcionou como um grande polo agregador de cientistas e médicos pesquisadores com interesse na eugenia, independente da corrente teórica que fosse adotada. Esse evento foi importante para a convergência dos pesquisadores e para alavancar a divulgação da eugenia pelo Brasil.

Nesse mesmo sentido, como instrumento de propagação da educação eugênica para um público mais amplo, foi iniciada em 1929 a publicação do periódico *Boletim de Eugenia*, sob o comando de Renato Kehl e vinculado ao Instituto Brasileiro de Eugenia (ROCHA, 2010, p. 34).

A partir de julho de 1929, o boletim foi anexado a outra revista que tinha uma boa circulação nacional na área da saúde, a *Medicamenta*. O convite de anexação foi feito por

Theophilo de Almeida a Kehl, que aceitou no intuito de popularizar a eugenia e torná-la conhecida pelos principais intelectuais do país (ROCHA, 2010, p. 35-36).

O Boletim de Eugenia foi publicado até 1933, sendo produzidos quarenta e dois números, compilados em cinco volumes, contendo artigos, resenhas, anúncios, com publicações de autores brasileiros e estrangeiros, estes últimos com o texto traduzido, tangendo os mais diversos assuntos como educação, genética, higiene, matrimônio, nutrição, puericultura, natalidade etc. (JOTA, 2023, p. 217).

O objetivo da publicação era atingir o público urbano de classe média das mais diversas profissões, então tinha uma linguagem mais simples e objetiva, facilitando o entendimento de pessoas leigas sobre a eugenia (JOTA, 2023, p. 218).

Outra marca de identidade do Boletim foi a realização de concursos eugênicos, seguindo uma moda já implantada em países como os Estados Unidos. Sob o título “Aperfeiçoamento da Nacionalidade”, Renato Kehl (1929, p. 1) comemorou a “primeira brasileira eugenizada”.

Nesse texto, Kehl ressaltava a importância da boa escolha do cônjuge, e defendia que a união conjugal deveria sempre ser realizadas entre pessoas bem-dotadas, para a garantia da preservação genética. No concurso, poderiam concorrer crianças de três a cinco anos, e os critérios de análise compreenderiam uma avaliação da condição de saúde física e mental das crianças, assim como da ascendência do indivíduo. Ao fim, venceu uma garota chamada Adenir Ferreira de Carvalho, a cujos pais Renato Kehl dedicou uma congratulação que se estendeu também à Sociedade Médica e ao Serviço Sanitário de São Paulo, pela iniciativa.

Figura 1 - Adenir Ferreira, criança de três anos vencedora do concurso de eugenia



Fonte: Kehl, 1929.

Na mesma edição, Kehl (1929, p. 4) discorria sobre a importância dos concursos de beleza. Ele diz que a beleza é um dos elementos do ponto de vista eugênico, mas não é só isso. Ele ressaltou que a eugenia requer também, sob critério galtoniano, o justo equilíbrio físico e do mental.

A beleza estava associada a padrões de beleza europeus e americanos. Para Kehl, a eugenia era considerada a “normalidade” somatizada. O belo era expresso em corpos dotados de saúde, vigor e robustez, apresentado pela compleição física. (KEHL, 1923, p. 5 *apud* VALDÍVIA, 2023, p. 112)

Recapitulando o que até agora tem sido exposto, pode-se afirmar que o movimento eugênico brasileiro não estava unificado. Ele se dividia em diversos grupos, núcleos de estudos, correntes teóricas, e contemplou numerosas figuras importantes para a ciência, para a medicina, e para a política nacional. Por sua vez, como exemplifica o caso de Renato Kehl, houve uma preocupação entre os primeiros eugenistas em promover a divulgação da ciência galtoniana para o grande público, com o objetivo de atingir grupos fora da comunidade médico-científica.

2.4 IDEÁRIO DE JUVENTUDE NO BRASIL

A juventude ainda é um conceito em disputa. O termo refere-se a um período que não é delimitado exatamente pelo critério etário, mas abrange uma série de fatores como a intensificação das transformações biológicas, psicológicas, sociais e culturais, o que varia muito com base nas classes sociais, na cultura do indivíduo, no tempo em que se analisa, no gênero e na etnia (SOUZA; PAIVA, 2012, p. 353).

O limite inferior de idade que é quase consenso no ocidente geralmente é de 15 anos, isso porque é a idade em que se inicia o desenvolvimento biológico e psicológico relacionado ao desenvolvimento das funções sexuais e reprodutivas. Porém, não existe consenso quanto ao limite superior (SOUZA; PAIVA, 2012, p. 354).

A preocupação com a juventude no âmbito global é influenciada pelas teorias racistas e pela eugenia na segunda metade do século XIX, se apresentando com um caráter de tutela e de repressão. O olhar sobre os jovens era disciplinador, vez que havia uma grande preocupação com comportamento considerados desviantes. O que exigia que fossem postos em ordem (SOUZA; PAIVA, 2012, p. 354).

Vale lembrar que o início do século XX, com base nos discursos e práticas deterministas, que permeavam a eugenia e o higienismo, se construiu a ideia de que marginais eram deste jeito de nascença, atrelando a juventude pobre a periculosidade (SOUZA; PAIVA,

2012, p. 354).

Por conta do florescimento da maturidade sexual período da vida, e com a ideia de que jovens deveriam ser disciplinados para uma prática higiênica e eugênica, percebe-se que parte das políticas públicas com este teor foram destinadas a este grupo social, tanto em ambiente escolar, quanto na seara médica.

Podemos ver a preocupação que o Estado passou a ter com o cuidado à infância e a juventude, por exemplo, em um artigo publicado em abril de 1941, pela revista Cultura Política, que figurou como um meio de comunicação institucional do regime com a população.

No artigo “A Organização da Juventude Brasileira”, publicado por Oldegar Vieira, professor de Psicologia do Ginásio da Bahia, ele fez uma análise da importância da instituição recém-criada pelo Ministro Gustavo Capanema com o intuito de ser uma educação extraescolar e pré-militar.

No texto, ele afirmava a importância da iniciativa, dizendo que na organização deveriam estar todos os jovens das escolas e das oficinas em centros cívicos de fomento ao amor à pátria, a prática de bons costumes, o desenvolvimento físico da raça, da disciplina, e da hierarquia (VIEIRA, 1941, p. 155-156).

Na perspectiva da Juventude Brasileira, os jovens eram divididos entre a infância, de 7 a 11 anos, e a juventude, que compreendia entre os 11 aos 18 anos. Para o psicólogo, entre os 11 e 17 anos, não eram indivíduos uniformes, por ser um período de transformação, por ser um período de puberdade e de desenvolvimento físico, razão pela qual não tinham identidade nem afinidade com a disciplina e neste vácuo, a instituição deveria atuar (VIEIRA, 1941, p. 157).

O medo do autor era que, por causa desse momento de crescimento e contestação, os jovens a partir dos 12 anos estavam mais suscetíveis a andar com pessoas mais velhas, e por consequência, se entregarem a “vícios sociais” como os apontados anteriormente (VIEIRA, 1941, p. 157).

Além dos vícios, Vieira também apontava que além dos impulsos do crescimento, os jovens supostamente apresentavam um comportamento sexual reprovável. Isto porque devido ao acúmulo de energia, os jovens brasileiros iniciavam suas vidas sexuais cedo demais, e que suas capacidades viris ainda eram imaturas, precisando que eles se tornassem mais sábio, com um desenvolvimento mais pleno, desenvolvido pelo atletismo, pelos esportes, pela vida ao ar livre e por consequência, pela preservação de sua saúde (VIEIRA, 1941, p. 158).

Apesar do texto de Oldegar Vieira ser de 1941, percebe-se um senso de continuidade entre o que fora construído no Estado Novo e no período do Governo Provisório Constitucional quanto a construção de uma juventude mais sadia moralmente, fisicamente, e que fosse mais

robusta, para “servir a pátria”. Essa seria uma resposta à visão apresentada do “brasileiro débil, frágil e fraco” da década de 20.

Os médicos do período pensavam que pela forma física e a aparência do corpo, as pessoas demonstravam as suas qualidades intelectuais e morais, assim como demonstravam seus defeitos e vícios, seja por doenças infecciosas, como pelo uso abusivo de álcool ou práticas criminais. É nesta senda que os higienistas e eugenistas propõem a ideia de regeneração racial com base nos cuidados à saúde e ao corpo (MOTA, 2005, p. 182).

De fato, a preocupação com a juventude parecia focada na formação moral, cívica e de saúde nos jovens. A lei que institui o grupo acima referido diz:

Art. 4º A educação física, a ser ministrada de acordo com as condições de cada sexo, por meio da ginástica e dos desportos, terá por objetivo não somente fortalecer a saúde das crianças e dos jovens, tornando-os resistentes a qualquer espécie de invasão mórbida e aptos para os esforços continuados, mas também dar-lhes ao corpo solidez, agilidade e harmonia.

Parágrafo único. Buscará ainda a educação física dar às crianças e aos jovens os hábitos e as práticas higiênicas que tenham por finalidade a prevenção de toda a sorte de doenças, a conservação do bem-estar e o prolongamento da vida. Será, neste particular, objeto de especial atenção o esclarecimento do papel que, na manutenção da saúde, desempenha a alimentação, e bem assim dos preceitos que sobre ela devam ser continuamente observados. (BRASIL, 1940).

Como vimos anteriormente, morbidades eram considerados “venenos sociais”, e que supostamente degeneravam a raça do indivíduo, de forma que a preocupação com a constituição corporal dos jovens, e a manutenção de sua plena saúde eram uma garantia de que a raça brasileira se tornaria forte e “eugênica”.

Esse ideal era tão consolidado, que vemos, nas páginas da Revista Educação Physica, por exemplo, havia um fomento especial para a prática de educação física para as jovens mulheres, sobre o pretexto de que a prática desta seria capaz de auxiliar na formação física e moral da juventude, na formação da raça, no cuidado da saúde e a beleza na construção da identidade nacional (GOELLNER, 2008, p. 19).

Assim, era idealizado uma juventude que pudesse levar o país para o progresso, e para isso, ela deveria ter uma boa formação moral e cívica, em harmonia a um corpo robusto, forte, saudável e eugênico.

3 ASCENSÃO DE VARGAS E AS REFORMAS EDUCACIONAIS

A ascensão de Vargas ao poder, após a Revolução de 30, foi um marco na história brasileira. Seu governo se caracterizou por diversas reformas, que redefiniram o papel do Estado e a suas estruturas. Entre essas reformas estava a educacional, que já tinha sido iniciada no período da Primeira República, mas que foi aprofundada após a sua presidência.

Getúlio Vargas não teve só o papel de romper com as antigas oligarquias, mas se implantar um novo modelo de Estado, saindo de um estado liberal para um estado com maior intervenção na economia e na sociedade. Para alcançar esse objetivo, uma das primeiras ações do governo foi a criação do Ministério da Educação e Saúde.

Neste contexto de ampliação do papel da União, diversos médicos e educadores passaram a compor os cargos mais altos do Ministério, que levaram propostas de teor eugênico/higienista para a construção de políticas públicas.

No primeiro tópico desse capítulo buscamos entender como ocorreu a ascensão varguista após a revolução de 30, fazendo uma contextualização do cenário sociopolítico e econômico. Buscamos compreender em que contexto surge a Constituinte de 1934, destacando os debates entre os deputados acerca da eugenia.

No segundo tópico, busca-se compreender como se deu a formação do Ministério da Educação e da Saúde, identificando os ministros que atuaram no período, analisando suas conexões com o discurso eugênico. Procuramos evidenciar o objetivo do Ministério de “eugenizar” a população através da educação eugênica, estabelecida no artigo 138 da Constituição Federal de 1935. Como o termo não obteve definição institucional, buscamos compreender quais eram as ideias que permeavam esse termo.

No terceiro tópico, pretende-se entender como os ideais de eugenia e higiene influenciaram as propostas dos reformadores educacionais da Escola Nova, o pensamento dos principais assinantes do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, e sobre os debates e conclusões do VII Congresso Nacional de Educação, evento que serviu de inspiração para a implantação da educação física no Ginásio da Bahia, que será o objeto do último capítulo da presente dissertação.

3.1 ASCENSÃO DE VARGAS

O período do final do século XIX e início do século XX foi marcado pelas mudanças sociais no Brasil. O golpe militar que instaurou a República foi uma cisão da classe dominante

que se estabeleceu ao longo do segundo reinado. Os grupos da elite que resultaram hegemônicos após o Golpe Republicano não viam mais a instituição da monarquia como algo que os pudesse representar. O republicanismo foi, em parte, fruto da crise do sistema escravista, que instigou as elites a resolverem o cenário econômico, sem mexer nas estruturas e na hierarquia social brasileira. (NAPOLITANO, 2016, p. 9-11; PATTO, 1999, p. 167-168).

A Primeira República esteve dividida em três grandes períodos. A consolidação da ordem republicana, ou República das Espadas (1889-1899), a institucionalização da política liberal-oligárquica, ou Condomínio de Fazendeiros (1899-1922) e, por fim, a crise da hegemonia liberal-oligárquica (1922-1930), que teve seu fim em 1930 com a Revolução de 30, com a ascensão de Getúlio Vargas e o início do Governo Provisório (NAPOLITANO, 2016, p. 21).

Socialmente, o Brasil também passava por transformações. Entre 1877 e 1903, entraram no País cerca de 71 mil imigrantes anualmente. Majoritariamente, os imigrantes eram italianos, espanhóis e portugueses, mas também houve imigração de outros países e de outras etnias, como por exemplo, os japoneses, que começaram a imigrar em 1908 (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 323)

Já entre a população negra, o pós-abolição foi visto com desconfiança e medo. Sob os libertos recaíam fardos pesados. A maior parte dessa população continuava vivendo na pobreza e sofrendo com preconceitos sociais. A justificativa da elite para o insucesso socioeconômico dos negros foi atribuída a ditames biológicos e raciais (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 342-343), negligenciando o peso de quatro séculos de escravidão.

Após décadas de consolidado o revezamento de poder entre as oligarquias estaduais de Minas-São Paulo, as eleições de 1930 causaram um abalo político que trouxe Getúlio Vargas ao poder.

O último presidente do “Condomínio de Fazendeiros” foi Washington Luís. Ainda que seu governo tenha sido de tranquilidade, os rumos do país mudaram quando este insistiu que para sua sucessão, ao invés de um mineiro, como preconizava o pacto, o indicado deveria ser Júlio Prestes, um paulista. Esse posicionamento do presidente fez crescer uma grande insatisfação por parte dos mineiros, que irredimidos, fizeram acordo com os gaúchos, indicando Getúlio Vargas, então Presidente do Rio Grande do Sul, para a presidência nacional, e João Pessoa, então Presidente da Paraíba, para a vice-presidência, sob o nome de Aliança Liberal (FAUSTO, 2006, p. 319).

A Aliança Liberal refletia os anseios das elites que não faziam parte do eixo cafeeiro, e parte das classes médias. Pautavam o desenvolvimento econômico nacional para além do café

e demandavam por uma regulação das questões trabalhistas e previdenciárias, o que agradava e atraía as classes média e baixa, além de novas regras para garantir a veracidade das urnas, que à época eram tão contestadas (FAUSTO, 2006, p. 320).

Dessa vez, a contestação não ficou apenas no âmbito institucional. Os vencidos se rebelaram junto com setores das forças armadas, e parte dos tenentes que tinham retornado para o Brasil do exílio. O posterior assassinato de João Pessoa impulsionou ainda mais a revolta. Grande parte do país aderiu à revolta, e quando guarnições militares já estavam em marcha para São Paulo, em 24 de outubro de 1930, uma junta militar depôs Washington Luís, na intenção de negociar com os rebeldes, o que não logrou êxito (NAPOLITANO, 2016, p. 89-90).

Getúlio Vargas, que participara do governo de Washington Luís como Ministro da Fazenda, em 31 de outubro, chegou ao Rio de Janeiro como líder da Revolução, apoiado pelo clamor popular, pelas elites industriais urbanas e pelos tenentes, foi empossado como chefe do Governo Provisório (NAPOLITANO, 2016, p. 90).

Uma das primeiras medidas do Governo Provisório foi uma marca de todo o período varguista: a centralização de poder. O executivo dissolveu o parlamento, anulou o poder de todos os governadores e estabeleceu interventores nos estados, inclusive criando uma lei para garantir a subordinação destes ao Governo Federal (FAUSTO, 2006, p. 333).

As consequências da crise econômica de 1929 fortaleceram o argumento econômico dos que desejavam maior centralização de poder no governo federal. Aproveitando o apoio que tinha dos generais do exército, Getúlio Vargas passou a governar por decretos federais (SKIDMORE, 1998, p. 154).

Em 1932, a Frente Única Gaúcha rompeu com Getúlio Vargas, o que animou grupos políticos paulistas, que já conspiravam pela derrubada do governo, vendo nessa ruptura a chance de fazer uma revolução armada contra a capital. Essa tentativa foi abortada por diversos motivos, como a falta de apoio dos outros estados e de mais militares, e os conspiradores foram confinados em São Paulo, com o fechamento do porto de Santos por parte da Marinha. Enquanto os paulistas contavam com 8.500 militares, as tropas federais contavam com 18 mil, só no setor sul (FAUSTO, 2006, p. 343-350).

Apesar do fracasso, a Revolução Constitucionalista de 1932 forçou o subsequente cumprimento da promessa feita por Vargas, de que haveria eleições para a assembleia constituinte para construir a nova Carta Magna (SKIDMORE, 1998, p. 157).

A Constituição de 1934 foi promulgada em 14 de julho, tendo como inspiração a Constituição de Weimar, legislação que imperou na Alemanha no período posterior à Primeira Guerra Mundial e que se encerrou com a ascensão Nazista. A nova constituição tinha como

fundamento a manutenção da federação. Apesar de preservar pilares do liberalismo político, possuía um caráter reformista econômico. Essa Constituição tinha três títulos que não foram contemplados na anterior, que tratavam da ordem econômica e social, da família, educação e cultura, bem como da segurança nacional (FAUSTO, 2006, p. 351; SKIDMORE, 1998, p. 157).

Enquanto a Constituição Americana de 1788, que inspirou a Carta Magna Brasileira de 1891, é marcada pela consagração dos direitos de primeira geração, ou seja, aqueles associados a liberdades individuais, direitos relacionados a propriedade privada e limitação do poder estatal (MENDONÇA, 2009, p. 9), a Constituição da República de Weimar de 1919 consagrava os direitos fundamentais de segunda geração, associados à igualdade e a direitos sociais. Nesta se estabelecia, por exemplo, o direito a educação, à saúde, à proteção da infância e da maternidade e da dignidade da relação trabalhista (AUAD, 2008, p. 339).

3.2 O INCENTIVO À EUGENIA NA POLÍTICA SOCIAL DO NOVO REGIME

Acerca do nosso tema, o que mais interessa é a influência que a eugenia teve no debate da constituinte, figurando como corrente teórica para a discussão de temas como puericultura, imigração, matrimônio, saúde pública, higiene e educação.

Nos anais da Assembleia Nacional Constituinte de 1934, no volume 4, no N. 781, acerca do debate sobre assistência social, se propõe como responsabilidade de todos os entes federados (União, Estados e Municípios) incentivar a educação eugênica e sexual; amparar a maternidade e infância; proteger a juventude contra toda exploração, bem como o abandono físico, moral e intelectual; adotar medidas de higiene social, visando impedir a propagação de doenças transmissíveis; e cuidar da higiene mental, incentivando a luta contra venenos sociais. O seu parágrafo único previa que os problemas relativos à saúde deveriam ser estudados por um conselho técnico e por órgãos que visassem o aperfeiçoamento racial (ASSEMBLÉA NACIONAL CONSTITUINTE, 1935, p. 175).

Como justificativa da introdução dessa obrigatoriedade do Estado Brasileiro com as questões e ações sociais, o grupo que discutia o assunto se inspirou na República de Weimar, justificando que a Alemanha tinha uma velha tradição de responsabilizar o poder público com a obrigatoriedade de cuidar dos problemas sociais, prevenir os flagelos sociais, mitigar a miséria, melhorar as condições sociais e a elevação do nível de existência (ASSEMBLÉA NACIONAL CONSTITUINTE, 1935, p. 176).

A leitura do grupo era a de que um país das dimensões do Brasil, que possuía uma população tão heterogênea, tanto em relação a raça, quanto nas condições higiênicas, requeria

a adoção de medidas para a remediação desses males coletivos, com bases científicas e racionais (ASSEMBLÉA NACIONAL CONSTITUINTE, 1935, p. 176).

Assim sendo, a proposta era que a educação eugênica e sexual construiria boas condições para a reprodução, afastando os fatores disgênicos que pudessem degenerar a espécie, responsabilizando as pessoas na formação da raça (ASSEMBLÉA NACIONAL CONSTITUINTE, 1935, p. 176).

Para tanto, a adoção das medidas legislativas e administrativas para a higiene social e mental deveria obedecer a uma uniformidade nacional, dando eficiência ao combate de venenos raciais, que poderiam ser exemplificados por males como o alcoolismo, impaludismo (nomenclatura anterior para se referir a malária), tuberculose, lepra, doenças venéreas e câncer (ASSEMBLÉA NACIONAL CONSTITUINTE, 1935, p. 176).

Ainda no volume 4, no Nº 1.101, o Deputado Ruy Santiago apresentou o projeto de emenda para que fosse acrescentado ao artigo 111 mais um inciso, que preconizava: “4º - A educação física ou exercícios desportivos são de utilidade pública, ficando, todas as organizações sociais nesse sentido constituídas, isentas de quaisquer impostos, desde que possuam mais de mil sócios” (ASSEMBLÉA NACIONAL CONSTITUINTE, 1935, p. 336).

Apesar de parecer uma simples minuta de teor tributário, na realidade a sustentação apresentada como fundamento para essa isenção era o incentivo eugênico. Santiago aduziu que o aperfeiçoamento da raça era uma preocupação constante dos povos civilizados. Como a prática de exercícios físicos fortalecia o homem e aumentava a sua capacidade laborativa, instigar essa prática era uma forma de reforçar a economia da nação (ASSEMBLÉA NACIONAL CONSTITUINTE, 1935, p. 336).

Observa-se, entretanto, que os redatores do texto não se limitaram a considerar apenas a eugenia preventiva, interpretação da teoria eugênica que perpassava pela eliminação dos vícios, mas também formularam propostas de eugenia positiva, mais focado no controle reprodutivo dos indivíduos com características “desejadas” e no estímulo a esse tipo de reprodução, como por exemplo, o exame pré-nupcial.

A eugenia negativa também esteve presente nos discursos da Constituinte. O Deputado Alfredo de Matos no púlpito da Câmara defendeu a emenda, fazendo alusão à Júlio Dantas¹⁴ ao afirmar que “a geração atual tem a obrigação de proteger e defender as gerações futuras. Criar a dor é um crime perante a humanidade; criar a monstruosidade é um crime perante a raça.” Ele dizia que o casamento de pessoas doentes deveria ser proibido, e que pessoas enfermas com

¹⁴ Júlio Dantas foi um médico e diplomata português, foi membro da Academia de Ciências de Lisboa e serviu como Embaixador de Portugal no Brasil.

possibilidade de transmitir a infecção para sua prole deveriam ser excluídas do direito de constituir família (ASSEMBLÉA NACIONAL CONSTITUINTE, 1935, p. 189).

Apesar da aderência que parte da assembleia teve com a ciência eugênica, alguns deputados demonstravam resistência com as suas correntes mais radicais.

Leitão da Cunha¹⁵, por exemplo, se mostrava contrário às medidas mais extremadas, dizendo que era na mistura do bom e do mal que estava a mola impulsora das forças latentes da humanidade. Ele também aduzia que Fischer e Rodenwaldt¹⁶ observaram boas qualidades dos mestiços de Rehoboth e Kizar, resultantes da mistura de sangue africano e asiático com holandeses, alemão, inglês e francês. Também fundamentou a sua opinião nos estudos de Franz Boas, que negava a existência de superioridade das raças puras (ASSEMBLÉA NACIONAL CONSTITUINTE, 1935, p. 34).

Leitão da Cunha também apontou que não adiantava realizar uma seleção dos indivíduos ou fomentar a educação física, se previamente não fosse solucionada a questão da desnutrição e da má alimentação, visto que a falta de nutrição fazia com que as pessoas não fossem funcionais e apresentassem produtividade laboral aquém do que seriam capazes (ASSEMBLÉA NACIONAL CONSTITUINTE, 1936, p. 35).

Mesmo a eugenia permeando o debate durante a assembleia constituinte, apenas um artigo da constituição foi explicitamente eugenista, preconizando o seguinte:

Art 138 –“Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas:

- a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar;
 - b) estimular a educação eugênica;
 - c) amparar a maternidade e a infância;
 - d) socorrer as famílias de prole numerosa;
 - e) proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual;
 - f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a moralidade e a morbidade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis;
 - g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais”
- (BRASIL, 1934, n.p.).

O artigo refletia claramente uma das principais características da eugenia à brasileira que

¹⁵ Raul Leitão da Cunha foi um médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, se tornando posteriormente professor de bacteriologia. Foi diretor dos Serviços Sanitários do Rio de Janeiro e entrou para a política em 1933 quando se tornou deputado da Constituinte pelo Partido Democrático.

¹⁶ Eugen Fischer foi um médico, antropólogo e eugenista. Ele realizou um estudo na África do Sul sobre o cruzamento dos colonos holandeses (boers) e das mulheres Hotentotes. Fischer era nazista. Ernst Rodenwaldt foi um eugenista e higienista que estudou os mestiços de Kizar em 1928, acompanhando o cruzamento de homens europeus com mulheres indígenas ao norte do Timor, não encontrando indícios de inferioridade racial dos mestiços.

foi aprovada na Constituição do Governo Provisório: a aproximação entre a perspectiva do melhoramento da raça com a perspectiva higienista, visando a eliminação dos venenos sociais.

Após essas considerações acerca do papel da eugenia da Constituição de 1934 e dos argumentos de teor eugênico utilizados pelos deputados, ressalta-se que essa legislação teve uma vida útil curta (1934-1937), de forma que convém retornarmos para a conjuntura política da Ascensão do Governo Varguista.

Por uma conjuntura política que via no autoritarismo uma forma eficaz de governar, e ainda por medo do “perigo vermelho” após a Intentona Comunista (1935), três anos após a ascensão do Governo Provisório, Getúlio Vargas sob o pretexto de mais uma insurgência comunista, deu um autogolpe de Estado, fundando então o Estado Novo (FAUSTO, 2006, p. 357; p. 361).

Nesta conjuntura, em novembro de 1937, o Ministro da Justiça, Francisco Campos redigiu a nova Constituição, que ficou conhecida como Constituição Polaca, com características autoritárias (FAUSTO, 2006, p. 364).

A nova constituição não tinha nenhum artigo que fizesse menção à eugenia ou higiene mental, porém isso não significava que esses objetivos não continuaram nos objetivos do novo governo, o pensamento de aprimoramento racial, como indicam diversos membros do poder estatal ou simpatizantes que escreviam no periódico Cultura Política, bem como por funcionários da educação que indicavam em seus relatórios a manutenção da lógica eugênica para o ensino e práticas educacionais.

Observando que a Constituição de 1935 fala explicitamente em “educação eugênica”, vale compreender como que foi construído o Ministério de Educação e Saúde, e como a teoria eugênica emergiu nesta repartição.

3.3 CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE E A RELAÇÃO COM A EUGENIA

O Ministério da Educação e Saúde foi criado no mesmo ano da Revolução de 30. O Decreto nº 19.402/30, assinado por Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha estabelecia o novo Ministério, cujo objetivo era “o estudo e despacho de todos os assuntos relativos ao ensino, saúde pública e assistência hospitalar” (BRASIL, 1930, n.p.).

Era a primeira vez que o Brasil contava com uma pasta federal destinada à questão da educação e saúde do País. Antes disso, esses temas tinham sido destinados à política local dos estados federados (SILVA, 2017, p. 292).

A proposta de gerenciar conjuntamente a saúde pública e a educação remontavam ao movimento sanitarista no início do século XX, assim como às discussões sobre eugenia. Muitos intelectuais na área da educação estavam cientes desses debates e viam nessas ideias uma forma de resolver os problemas nacionais.

Acreditavam que a solução seria possível através da promoção de hábitos saudáveis de higiene e alimentação, juntamente com orientações sobre questões sexuais e matrimoniais para crianças e jovens, implementadas por meio de abordagens educacionais (RECH, 2017, p. 71).

Os reformadores educacionais que se envolveram na criação do novo Ministério tinham como objetivo a expansão da educação, e como compartilhavam das teorias raciais que estavam circulando no início do século XX, tinham uma visão que privilegiava a aparência, comportamentos, hábito e valores brancos, tanto de forma deliberada quanto inconsciente, criando um sistema escolar que espelhava seus próprios valores (D'ÁVILA, 2006, p. 32).

Na década de 30, os reformadores viram a oportunidade de aplicar suas ideias através do projeto de expansão e reformas na educação. Esses reformadores também tinham como objetivo a construção de uma nova massa de trabalhadores capacitados para uma indústria que começava a crescer no país. Alinhados ideologicamente com a eugenia, esses pedagogos reformistas propunham uma espécie de racionalização sistemática da educação (D'ÁVILA, 2006, p. 34).

O grupo que fez a revolução de 30 prometeu um novo começo para o Brasil. Ao romper com a estrutura da Primeira República, eles almejavam e se sentiam capazes de construir uma nova política, e principalmente, um novo homem brasileiro (HOCHMAN, 2005, p. 128).

O Novo Ministério de Educação e Saúde não centralizou a educação pública. Apesar dos líderes das reformas educacionais fossem membros do órgão, o centro do debate ainda estava entre os educadores, médicos e cientistas sociais que compunham movimentos eugenistas e de educação pública, de forma que o Ministério servia mais para a coordenação desses esforços, levando as reformas aos estados mais distantes (D'ÁVILA, 2006, p. 64).

O primeiro Ministro da Educação e Saúde foi Francisco Campos, jurista e simpatizante do fascismo mediterrâneo (RECH, 2017, p. 75), tendo sido o responsável pelo primeiro conjunto de medidas reformadoras da educação, um projeto que ficou conhecido como Reforma Francisco Campos, realizada em 1931 (DALLABRIDA, 2009, p. 185).

Esta reforma concretizou a modernização do ensino secundário, ideal surgido no início da década de 20. Ela teve a marca de seu idealizador, na medida em que realizou um papel de coordenação e homogeneização do ensino secundário, inédita em nível nacional, tonificando o Estado educador (DALLABRIDA, 2009, p. 190).

Esse conjunto de normas promoveram medidas inovadoras, como o aumento da duração do curso secundário, a regulação do sistema de avaliação, a seriação do currículo nacional, ou o estabelecimento de uma frequência obrigatória para os alunos, assim como uma reestruturação do sistema de inspeção federal (DALLABRIDA, 2009, p. 185).

Em termos de relação com o projeto eugênico brasileiro, a norma mais relevante foi o Decreto nº 19.890/31, que tratava sobre a organização do ensino secundário e, pela primeira vez no Brasil, estabelecia a obrigatoriedade de cursar uma disciplina de higiene e outra de educação física (BRASIL, 1931, n.p.).

Esse decreto apresentava aspectos importantes que o vinculavam às propostas da eugenia neolamarckista, não só em relação às disciplinas escolares, mas também aos pré-requisitos da matrícula. Para realizar o exame de admissão, era necessária a apresentação de um atestado de vacinação antivariólica e para realizar a matrícula, era necessário apresentar outro atestado de sanidade mental (BRASIL, 1931, n.p.).

Em 1931, Anísio Teixeira foi nomeado diretor do Departamento de Educação do Distrito Federal e concentrou ao seu redor cientistas, médicos e educadores que estavam focados no esforço eugênico nacionalista. O grupo imaginava que a degeneração da população era adquirida através da falta de cultura e saúde, e que a reforma educacional no Rio de Janeiro seria uma boa oportunidade de pesquisa para alguns eugenistas. Roquette Pinto, Arthur Ramos e Afrânio Peixoto também se envolveram nas pesquisas sobre a degeneração, bem como foram convidados para desenvolver programas de saúde e educação capazes de tratar dessa questão (D'ÁVILA, 2006, p. 67).

Para esse grupo do Departamento de Educação do Distrito Federal, a degeneração era adquirida por meio da falta de cultura, de saúde e de educação, de forma que a situação poderia ser revertida a partir de educação e políticas públicas para a saúde. Para a eliminação dos fatores degenerativos, se fazia necessário mapear e identificar em que medida os fatores culturais e ambientais geravam esta condição (D'ÁVILA, 2006, p. 67).

Vale destacar que Anísio Teixeira tornou-se Secretário da Educação do Rio de Janeiro em 1931 através da influência do notório defensor da eugenia Monteiro Lobato, que garantiu a sua indicação para o cargo (D'ÁVILA, 2006, p. 60). Na sua gestão, o sistema educacional carioca virou uma espécie de laboratório, devido a quantidade de unidades escolares que havia na Capital.

O Departamento dirigido por Teixeira criou o Instituto de Pesquisas Educacionais, que era responsável por pesquisas nas áreas da eugenia, sociologia e psicologia com base em teste,

medidas, ortofrenia¹⁷, higiene mental e antropometria (D'ÁVILA, 2006, p. 67).

Nessa perspectiva, os alunos se tornavam objeto de pesquisa científica, já que passavam por uma bateria de exames e medições de desenvolvimentos psicológicos e físicos. Esses dados eram usados para a classificação biométrica e posterior classificação (D'ÁVILA, 2006, p. 80).

Esses dados eram levantados em fichas antropométricas escolares que registravam o desenvolvimento fenotípico e físico dos alunos, enquanto uma ficha de higiene mental registrava a evolução psicológica. Esses dados eram enviados para o Instituto de Pesquisas Educacionais, onde se buscava analisar as informações para o afinamento das propostas eugênicas nas escolas, quanto para a expansão dos programas que supostamente funcionariam para o Brasil, com suas características peculiares de raça (D'ÁVILA, 2006, 70).

Bastos D'Ávila, biométrico-chefe do sistema escola do Distrito Federal, utilizava as fichas antropométricas para refinar o “Índice de Lapique”, medida usada, supostamente, para detectar a existência de características africanas latentes entre os indivíduos que pareciam ser brancos. A fórmula relacionava o tamanho do osso radial do braço com o osso etmoidal da concha nasal superior (D'ÁVILA, 2006, 70-71).

Ávila utilizou os dados calculados através do índice de Lapique para comprovar a dinâmica de mestiçagem que ocorreu no País, demonstrando tanto indivíduos negros quantos os aparentemente brancos apresentavam traços dessa mistura, sem que tivesse ocorrido qualquer degeneração (GONÇALVES; MAIO; SANTOS, 2012, p. 674),

Campos criou uma rede de inspetores escolares que credenciavam escolas secundárias para permitir a seus estudantes o acesso à educação superior, além de instituir a educação física como obrigatória (D'ÁVILA, 2006, p. 109).

Em setembro de 1931, Belisário Penna entrou de forma interina no Ministério da Educação e Saúde. Figura central do sanitarismo e do debate eugênico no Brasil, Penna assumiu por três meses a pasta (SANTOS, 2008, p. 12). Isso aconteceu porque Francisco Campos se demitiu após a tentativa de deposição do governador mineiro Olegário Maciel, que desencadeou uma crise política, e depois, retornou ao seu cargo. (ALVES, 2015, p. 6893).

Um ano depois, em 1932, Francisco Campos foi substituído por Washington Ferreira Pires, que foi o titular da pasta entre 1932 e 1934, dando lugar ao mais longo Ministro da Educação e Saúde de Vargas, Gustavo Capanema.

Capanema era um mineiro de Pitangui, jurista formado na Faculdade de Minas Gerais. Iniciou sua vida política a partir da interlocução com Francisco Campos no intuito de derrubar

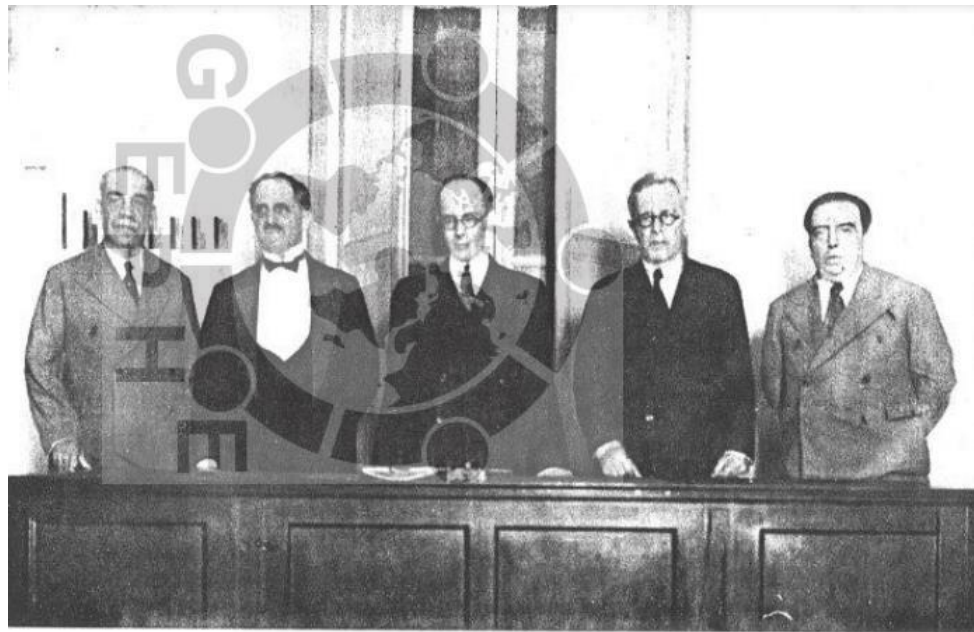
¹⁷ Ortofrenia era um método de “normalizar” crianças que apresentavam comportamento atípico.

Arthur Bernardes¹⁸ (SILVA, 2017, p. 296).

Capanema foi ministro por um período de onze anos, tendo conduzido diversas iniciativas, como por exemplo o Inquérito sobre a Educação Nacional (1936), o Plano Nacional de Educação (1937) e a Lei Orgânica de Ensino Secundário (1942) que ficou conhecido como Reforma Capanema (RECH, 2017, p. 75).

Capanema demonstrava conhecer a teoria eugênica no Brasil, e se propôs a desenvolvê-la. Ele mantinha interlocução com o grupo de cientistas da Liga Brasileira de Higiene Mental, inclusive participando ativamente na última semana antialcoólica da Liga de Higiene Mental no Distrito Federal e em seis Estados do Brasil (ARCHIVOS BRASILEIROS DE HYGIENE MENTAL, 1934, p. 29).

Figura 2 - Participação de Gustavo Capanema na semana antialcoólica da Liga de Higiene Mental



A mesa que presidiu, nesta capital, a sessão de encerramento da Setima Semana Anti-Alcoolica, vendo-se ao centro o Exmo. Senhor Doutor Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde Publica.

Fonte: Archivos Brasileiros de Hygiene Mental, 1934

Em 1935, Capanema escreveu um documento sobre o programa inicial do Ministério de Saúde e Educação que ele buscava cumprir. No texto, ele analisava a criação do ministério em 1930 e afirmava que a Constituição de 1934 veio a aumentar as atribuições e responsabilidades do ministério. Para ele, os princípios constitucionais tinham como conteúdo, de forma

¹⁸ 12º Presidente do Brasil (1922-1926). Seu governo enfrentou o movimento tenentista e a Revolta dos 18 do forte.

resumida, a cultura nacional (CAPANEMA, 1935, p. 1).

Sob sua ótica, cultura era a valorização do homem, a construção integral e harmônica do ser humano, tanto no que concernia ao corpo, quanto ao espírito. A cultura aparecia onde o homem entrava e dominava os elementos, onde seu corpo surgia e se projetava sadio, sólido e belo, com destreza da inteligência e pela disciplina da vontade (CAPANEMA, 1935, p. 1).

Quanto à saúde, ele reiterava o pacto federativo, afirmando que respeitaria o Plano Nacional de Educação. Entre as prioridades estava, segundo Capanema, o incentivo ao desenvolvimento do saneamento básico, o combate a males como a lepra e a tuberculose, e a promoção da educação sanitária das massas populares. Também se preocupava com a puericultura, destinando parte do orçamento do ministério para a realização de serviços de proteção à maternidade e à infância (CAPANEMA, 1935, p. 1).

Ainda em 1935, a Diretoria de Estatística, órgão do MES, cria um parecer intitulado “Política da Família. Quais as medidas a serem adotadas pelo Estado para a conservação, fortalecimento e florescimento das famílias?”. O departamento aponta preocupação quanto a queda de natalidade, e fala dos perigos que isso pode trazer tanto para a sociedade, quanto para a economia do país. É sustentado que as famílias não apenas promovem o setor econômico, como também o aprimoram, já que o valor do trabalhador está em qualidades como “raça forte, paciência, sobriedade e capacidade superior” (ARQUIVO GUSTAVO CAPANEMA, 1935, p. 2).

Gustavo Capanema, em 1942, escreveu uma carta para a revista Cultura Política, no qual ele comemora o quinquênio do Estado Novo, bem como rememora os feitos do Ministério desde a revolução de 1930.

Ele fala que em 1930, durante o discurso de Getúlio Vargas para os militares da Junta Pacificadora, é dito que seu governo tem como urgência o saneamento moral e físico da população por todos os meios adequados para criar uma campanha de defesa social e de educação sanitária (CAPANEMA, 1942, p. 21).

Quanto aos objetivos da educação escolar, Capanema diz:

No setor da educação, extenso e variado panorama se desdobra aos nossos olhos nestes últimos cinco anos, multiplicando-se as perspectivas e os planos reveladores do carinho e da segurança com que o Estado Nacional soube encarar e resolver muitos dos graves problemas ligados à formação da infância e da juventude, assim como ao aperfeiçoamento intelectual, moral e físico da nossa população, em geral (CAPANEMA, 1942, p. 21)

Capanema (1942, p. 25) comemorava o fato de que a Constituição do Estado Novo tornava obrigatório a educação física nas escolas. Para ele, o aperfeiçoamento dos estudos na

área e a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos era um grande aliado para a solução de problemas ligados à saúde e ao avigoramento da raça brasileira.

A confiança de que o Ministério seria capaz de aperfeiçoar a raça brasileira era tão certa, que ele pensava que os livros didáticos deveriam ter como função o estímulo ao nacionalismo, o amor à pátria, assim como a confiança e otimismo quanto ao poder e destino da raça brasileira e de sua brasilidade (CAPANEMA, 1942, p. 30).

O Ministério encomendou um parecer para a criação de uma Divisão de Higiene Mental no Departamento Nacional de Educação. O parecer foi escrito por Waldemiro Pires, no qual afirmava ser inegável que a higiene mental era um problema ligado à educação, sendo a “psicopatia” um problema escolar e hospitalar (PIRES, 1938, p. 1).

Pires apontou, ainda, que a educação na higiene mental tem um papel importante, como o de identificar os “anormais”, bem como ensinar a prevenção de males somáticos e de promover a higiene (PIRES, 1938, p. 4).

Apesar disso, ele atentou o Ministro que não é possível reduzir a higiene mental à uma questão educacional, uma vez que também é um problema médico-social, envolvendo flagelos como a tuberculose, a lepra, verminoses, malária, entre outros (PIRES, 1938, p. 4).

Podemos perceber, dessa forma, que a eugenia foi utilizada como argumento para as políticas públicas do ministério, tanto nas questões de saúde, quanto nas questões de educação, e que, de certa forma, ambas as questões se confundiam.

Em síntese, é perceptível que a construção do Ministério da Educação e Saúde remonta a uma série de interesses dos grupos que participaram da Revolução de 30, ou que viam no novo governo a oportunidade de efetivação dos seus interesses. Em um período fértil para as teorias eugênicas, grande parte do alto escalão do Ministério congregava com essas ideias e viam na eugenia uma forma de nacionalismo, de maneira que algumas políticas públicas estavam fundamentadas em argumentos eugênicos.

Com base nisso, percebe-se que entre os objetivos do Ministério da Educação e Saúde estava a promoção da educação eugênica. Ocorre que a Constituição de 34 não estabeleceu nenhuma definição para o termo “educação eugênica”, de forma que a interpretação do artigo 138, alínea b era subjetiva.

Apesar da vagueza do termo usado, alguns doutrinadores, tanto do campo da medicina, quanto do campo da educação podem nos ajudar a compreender melhor sobre o que a ideia de educação eugênica significava na primeira metade do Século XX.

Segundo foi defendido nos “Annaes de Eugénia”, publicados pela Sociedade Eugênica de São Paulo em 1919 na Revista do Brasil, a educação eugênica seria uma das formas mais

efetivas de promover a profilaxia dos “venenos raciais”. De acordo com essa premissa, era importante vulgarizar os conhecimentos da eugenia para o grande público para que eles incorporassem esses conhecimentos em suas próprias práticas (KERN, 2020, p. 310).

A promoção da educação eugênica teria um papel determinante para a materialização da aplicação da eugenia como o movimento imaginava, uma vez que seria de suma importância à conscientização dos futuros pais e mães sobre os cuidados que deveriam ser tomados, para evitar que os fatores disgênicos fossem transmitidos para as próximas gerações (KERN, 2020, p. 310- 311).

Renato Kehl, por sua vez, entendia que era de suma importância o ensinamento do melhoramento humano, através dos preceitos galtonianos, de forma que a educação eugênica figuraria como uma forma de ajudar os “ignorantes” a evitarem os males que seriam perfeitamente evitáveis (KERN, 2020, p. 311).

Outro cientista que defendia a importância da educação eugênica foi Octávio Domingues¹⁹, que via na educação o papel de convencer as pessoas daquilo que não poderia ser imposto. Já que os eugenistas não poderiam interferir diretamente na escolha de casais, os educadores teriam o papel de viabilizar e incentivar as pessoas a optarem por casamentos eugênicos (ROITBERG; GOMES, 2023, p. 5).

Domingues reiterava a importância de não confundir educação eugênica com a mera educação higiênica, pois ele entendia que a ótica neolamarckista não era capaz de fazer os males hereditários desaparecerem, sendo forte crítico dessa corrente, que chamava de “pseudo-eugenia” (ROITBERG; GOMES, 2023, p. 5).

Levi Carneiro²⁰, na primeira conferência do Congresso Eugênico Brasileiro (1929), considerou que a educação seria a melhor arma para divulgação e implementação de políticas higienista-eugenistas no País, explicitando a importância de uma intervenção eugênica através da educação e da necessidade de construir uma estratégia pedagógica para que a eugenia fosse possível no Brasil (SILVA, 2014, p. 914).

Roquette-Pinto também valorizava o papel da educação e do saneamento para a sociedade. Em seu discurso de abertura, ele destacou a seção "Educação e Legislação" como o único tópico verdadeiramente eugênico, argumentando que somente por meio da instrução da eugenia e da higiene seria possível alcançar o aprimoramento da raça (BONFIM, 2017, p. 166-167).

¹⁹ Octávio Domingues foi um engenheiro agrônomo, zootécnico e diretor do Boletim de Eugenia. Foi pioneiro no ensino de genética no Brasil. Foi professor catedrático da Escola Nacional de Agronomia, no Rio de Janeiro.

²⁰ Levi Fernandes Carneiro foi um jurista carioca adepto da eugenia. Ele foi deputado na Assembleia Constituinte de 1934.

Nos anos 20 e 30 havia a ideia de que a educação sanitária tinha importância para a saúde pública, e esta deveria estar sob parâmetros eugênicos e moralistas. A higiene teria o papel de preservar uma raça sadia e hígida, auxiliando no combate às “taras sociais” e na construção do tipo físico desejado, a robustez do indivíduo e a virtude da raça (GARCIA, 1993, p. 191).

A educação eugênica sob a perspectiva neolamarckista, associada à educação sanitária, pode ser amplamente observada na Primeira Conferência Nacional de Educação, evento que foi realizado em 1927, em Curitiba.

A Conferência foi o primeiro encontro realizado pela Associação Brasileira de Educação. A instituição foi fundada no Rio de Janeiro em 1924 e tinha como objetivo reunir um grupo de pessoas com interesse na reforma educacional e na transformação do país através da educação. O grupo era composto não só por pedagogos, mas também por engenheiros, advogados, médicos e intelectuais notáveis como Roquette Pinto, Belisário Penna e Fernando de Azevedo. O grupo foi definidor dos rumos que a educação no Brasil tomou de 1924 até 1935 (ALVES; PIZOLATI, 2019, p. 428).

Essa Primeira Conferência contou com a presença de eugenistas e higienistas, demonstrando como havia uma forte visão de que a interface entre a educação e a eugenia seria capaz de construir um novo indivíduo brasileiro e afastaria o suposto motivo para o atraso do País (ALVES; PIZOLATI, 2019, 429).

A Tese Nº1, apresentada por Belisário Penna, foi intitulada de “Por que se Impõe a Primazia da Educação Higienica Escolar”. Nesta, o autor afirmou que tal qual as plantas e os animais, que passam por todo um processo de cultura e criação, focando no melhoramento, seleção e profilaxia, o mesmo deveria ser feito em pessoas. (PENNA, 1997, p. 29).

Afirmava que existia um tríplice finalidade biológica do homem que é a defesa da própria vida, da vida da família e da sociedade, e por fim, defender a vida da espécie. Partindo desse pressuposto, o povo brasileiro teria descaso por essas finalidades, de forma que era de importância crucial a educação higiênica e eugênica popular, devendo essas e que estas deveriam ser iniciadas na escola primária para o fim de formar uma “consciência sanitária nacional” (PENNA, 1997, p. 29)

A educação moderna teria como objetivo final ensinar os preceitos da biologia, da higiene e da eugenia, para que resultasse em um novo homem consciente dos seus deveres individuais e interindividuais, como a manutenção da ética familiar e a constituição eugênica do casamento, focado na criação de uma prole melhorada (PENNA, 1997, p. 32)

Outro traço importante da ideia de educação eugênica foi a proposta de que a prática de

educação física racional seria capaz de promover a eugenia nos corpos das pessoas, de forma que militava-se pela implementação dessa disciplina nas escolas. Fernando de Azevedo, educador escolanovista, foi um dos principais entusiastas da institucionalização da educação física.

Azevedo defendia que a educação deveria ser obrigatória, laica e gratuita para a maioria da população, de forma que a educação não deveria ser elitista. Ele era propagandista do higienismo sanitário, que o aproximava dos médicos eugenistas, aduzindo que a educação popular deveria se iniciar na proteção higiênica e na formação física dos estudantes (AZEVEDO, 1958, p. 50 *apud* ROSA; NUNES, 2022, p. 6).

Em sua perspectiva, a raça brasileira ainda estava em formação, portanto, garantir que o povo tivesse uma condição melhor de vida adquirida através de hábitos saudáveis, criaria uma genética superior, que transmitida para as gerações posteriores, se perpetuaria (GÓIS JUNIOR; LOVISOLO, 2005, p. 325).

Azevedo partia de um entendimento eugênico com forte inspiração no neolamackismo, de forma que se aproximou de intelectuais ligados a medicina sanitaria na Sociedade Eugênica. A visão dele é a de que a educação era o meio para aprimorar a “raça” brasileira, produzindo uma sociedade robusta e saudável, e que a prática de uma cultura física ao longo de gerações, afastaria as morbidades das pessoas, construindo progressivamente indivíduos mais fortes. É sob esse prisma que a educação física entraria como fator eugênico (AZEVEDO, 1960, p. 216 *apud* ROSA; NUNES, 2022, p. 13).

O processo de legitimação da disciplina Educação Física no Brasil está ligado ao movimento higienista e eugenista, contando com a defesa dos seus atributos para a melhoria da população (SILVA, 2014, p. 915).

Na Primeira Conferência Nacional de Educação, a tese nº31, escrita por Ambrósio Torres, de título “Metodologia do Ensino da Educação Física”, ao falar sobre a ginástica pedagógica, afirmou que os jovens apresentavam maior agilidade, destreza, aumento de peso e na capacidade pulmonar. (TORRES, 1997, p. 175)

Ele destacou a importância de que no início do ano letivo fossem realizados exames médicos nos alunos para encontrar e remover causas que pudesse, se opor a prática de ginástica ou esportes, e apontou também a importância da antropometria escolar (TORRES, 1997, 182).

O mapa antropométrico deveria servir como um termômetro para o professor. Com base nos dados antropométricos é que seriam organizadas as turmas para a prática de exercícios físicos (TORRES, 1997, 182).

A prática da educação física estava ligada à ideia de aprimoramento do indivíduo e de

melhoramento da raça, e para tanto, usava-se instrumentos associados à eugenia e à antropometria cujos dados eram enviados para o gabinete do Ministério da Educação e Saúde.

Na tese nº 100, “A Escola Nova”, Deodato de Moraes fez uma exaltação ao movimento reformista. Ele fundamenta que a Escola Nova seria a escola da saúde. Ele afirma que esta promove a saúde, não só fiscalizando e prevenindo doenças infectocontagiosas, mas provocando o melhoramento das condições físicas dos alunos, ensinando preceitos de saúde, a rápida identificação e correção de defeitos físicos e criando um ambiente saudável para as crianças (MORAES, 1997, p. 615).

Os alunos deveriam ser avaliados pelo médico escolar e liberados, ou não, para a prática de exercícios, vez que os alunos que passassem um tempo razoável praticando jogos esportivos moderados, que tem como benefícios como robustecimento físico e por consequência, a regeneração da raça (MORAES, 1997, 616).

Para Deodato de Moraes, a escola era um ambiente privilegiado para a difusão de conhecimentos de cidadania. Em sua perspectiva, o papel do professor deveria ir além de ensinar as habilidades básicas, abordando também temas cotidianos como higiene, cultura cívica, nacionalismo, cidadania, doenças e epidemias (SILVA; CORREIA, 2020, p. 65).

Após o autogolpe que deu origem ao Estado Novo, Vargas queria controlar a narrativa do país e difundir a ideologia oficial do regime para a sociedade. É nesse contexto que é lançado o Cultura Política, periódico atrelado ao DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) que circulou de 1941 até 1945 (GOMES, 2017, p. 34).

Na edição de nº 9 da revista em 1941, Deodato de Moraes, que já havia se tornado chefe do 10º Distrito Educacional da Prefeitura do Distrito Federal, publicou um artigo nomeado “Educação e Estado Novo”. No texto, ele enalteceu o 10 de novembro (dia do autogolpe) traçando planos e ideias para o futuro da educação no regime.

Ele ressaltou que no Estado Novo, a educação não seria percebida sob uma ótica individualista e egoísta, entendendo que a educação deveria ser destinada às massas, e que as pessoas deviam se integrar de corpo e alma ao idealismo renovador da pátria. (MORAES, 1941, p. 28).

Ao falar sobre o culto da nacionalidade, ele fundamentou que nacionalizar significava a reintegração do Brasil aos brasileiros com a formação de uma juventude sadia, forte e obediente (MORAES, 1941, p. 30)

Moraes dissertou sobre o culto à saúde, afirmando a importância de valorizar a mocidade e sua energia viril. Saúde, sob essa perspectiva, não é somente o cuidado físico, mas também o cuidado com a alimentação, exercícios físicos e a vitalidade psíquica (MORAES, 1941, p. 32)

Isto posto, a educação sob bases biopsíquicas, afastaria as repercussões do ambiente exterior, firmando-se nos preceitos eugênicos que protegiam a saúde dos sãos, orientavam-se também aos incapazes e estabeleciam os princípios positivos da nacionalidade sadia e forte (MORAES, 1941, p. 32).

Podemos concluir, então, que a ideia de educação eugênica não era um conceito único, variando a depender da corrente eugênica que o cientista seguia. Porém, podemos identificar que, na interface entre a eugenia e a educação, a educação entrava como uma forma de aplicação de parâmetros eugênicos para aprimoramento da raça.

Para os cientistas da corrente mendeliana, a educação deveria incluir o ensino básico de hereditariedade, genética e de eugenia. Já para os neolamarckistas, a educação deveria associar-se à ideia de higiene, eliminação dos “venenos sociais”, e fortalecimento do indivíduo através de atividades físicas sistemáticas.

Pelo que foi observado, percebemos que parte dos educadores reformadores da primeira metade do século XX vincularam os seus ideais de expansão da educação pública com as ideias de formação plena do indivíduo, incluindo a formação física e sanitária.

Por tal motivo, devemos entender mais sobre o movimento Escola Nova, identificar alguns dos seus pioneiros e entender em qual medida esse ideal de renovação progressista de ensino se associou a ideia do higienismo e do aprimoramento racial.

3.4 ESCOLA NOVA, OS REFORMADORES E A HIGIENE

Sob o panorama de modernização do Brasil, e de sua tardia industrialização, a educação sofreu um processo profundo de mudança. Foi iniciado um processo de abertura do acesso às escolas para as massas, visando que as instituições de ensino fossem instrumento de ajuda no desenvolvimento do país. Essa visão se espelhava em modelos aplicados em lugares considerados desenvolvidos, como Estados Unidos e alguns países da Europa (CAMBI, 1999, p. 512-513 *apud* DARIUS R.; DARIUS F., 2018, p. 33).

Anteriormente, os republicanos do final do século XIX já aspiraram concretizar o projeto de uma nova forma de educação à época. Queriam criar uma escola pública, obrigatória, gratuita, democrática e laica. No século XX ainda não tinha se realizado esse desejo, já que o sistema educacional ainda não tinha bases sólidas para uma expansão (DARIUS R.; DARIUS F., 2018, p. 35).

No contexto de 1932, um grupo de educadores, médicos, cientistas sociais e estudiosos de outras áreas de conhecimento produziram um documento nomeado “Manifesto dos Pioneiros

da Educação Nova”. Como instrumento político, o manifesto expressava a perspectiva pedagógica daqueles educadores, que se aproximaram na década de 20, e viram na Revolução de 30 uma oportunidade de pôr em prática seus anseios socioeducacionais (DARIUS R.; DARIUS F., 2018, p. 38).

A Associação Brasileira de Educação planejava reunir intelectuais de todo o país em conferências anuais sobre pedagogia. O grupo contava com diversos membros, alguns deles, já citados anteriormente, como Belisário Penna, Edgard Roquette-Pinto, Levi Carneiro, Fernando Magalhães, além dos outros membros signatários do manifesto (CARVALHO, 2018, p. 80-81).

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova foi resultado das discussões na IV Conferência de Educação, realizada em 1931 no Rio de Janeiro. O texto foi redigido por Fernando de Azevedo em março de 1932 (CARVALHO, 2018, p. 84).

Francisco Campos, então Ministro de Educação e Saúde, apesar de não estar absolutamente alinhado aos ideais do grupo, deu um cargo no Ministério, em 1932, para Lourenço Filho, um dos líderes desse grupo de educadores (CARVALHO, 2018, p. 85).

O Manifesto propunha um conjunto de reformas inspiradas nas ideias de John Dewey de tornar efetivo o direito à educação de forma gratuita, integral e laica, nos mais diversos graus de acesso (RECH, 2017, p. 80).

Eles entendiam que era um dever do Estado assumir a educação como obrigação sua, já que a educação seria essencialmente pública e coletiva, e que por isso, deveria ser promovida uma aliança entre a família e as escolas como forças sociais educacionais (AZEVEDO *et al*, 2010, p. 43).

A escola deveria ser única e comum. Nesta senda, o Estado teria o dever de organizar os meios de prover uma educação integral, criando planos gerais de educação e estruturas orgânicas para tornar a escola acessível em todos os níveis a todos os cidadãos, inclusive, os que estavam em inferioridade econômica, para que estes pudessem desenvolver o máximo de suas aptidões vitais (AZEVEDO *et al*, 2010, p. 44).

O manifesto também fincou como princípios da educação a laicidade - para garantir que o ambiente escolar estivesse acima de disputas religiosas -, a gratuidade - por uma questão de isonomia ao acesso à educação - a obrigatoriedade - para garantir que todos pudessem ter sua formação educacional integral garantida - e a coeducação (AZEVEDO *et al*, 2010, p. 45).

O documento foi assinado por vinte e seis intelectuais. Dentre eles, destacavam-se Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho.

Lourenço Filho, importante pedagogo paulista, figurou como Diretor Geral do Ensino de São Paulo entre 1930 e 1931. Durante este período, ele criou um periódico nomeado de

“Escola Nova”, onde publicava alguns artigos dos membros da Associação Brasileira de Educação e textos traduzidos de outros países para a leitura desses educadores reformadores.

Em um dos fascículos, ele apresentou diversos programas educacionais, principalmente de instituições estrangeiras, mas também o do Distrito Federal. Na apresentação do trabalho, Lourenço dissertou um pouco sobre a função da escola, requerendo que ela se tornasse homogênea no ensino das técnicas básicas:

As technicas fundamentaes da leitura, escripta e cálculo, os hábitos da hygiene ou de defesa da saúde, as normas de polidez, as noções geraes de vida domestica e social, a compreensão dos direitos e deveres cívicos (digamos, assim, o habito de pensar como brasileiro). (LOURENÇO FILHO, 1930, p. 83)

Este texto nos dá a tônica de que as escolas teriam o papel de formação do indivíduo em diversos aspectos, não só num sentido conteudista, mas na construção da juventude brasileira sob os ditames higienistas.

Ao falar sobre o programa educacional do Distrito Federal, Lourenço Filho (1930, p. 206) destacou a “Educação Física, Moral e Cívica”. Neste, é dito que a escola nova propunha uma educação integral. E para tanto, se fazia necessário preparar os alunos em outros aspectos, tais como a criação de hábitos de higiene, o despertar e desenvolver o sentido da saúde e o enrijecer suas resistências físicas, desenvolvendo a vitalidade dos jovens (LOURENÇO FILHO, 1930, p. 206).

Apontou, ainda, que na reforma seria importante dar um foco especial na higiene física dos alunos e na higiene escolar. Aqui se inseria o papel do inspetor-médico. Ele teria duas principais funções no âmbito escolar. A primeira era a função de fiscal, e em segundo lugar, a função de educador sanitário, colaborando com o professor de educação física, com a enfermaria escolar e com o professorado em geral. Também se destacava a importância do chamado pelotão de saúde, composto por alunos encarregados da divulgação dos hábitos higiênicos (LOURENÇO FILHO, 1930, p. 207).

A educação higiênica era vista como muito importante neste contexto, funcionando como um ato de patriotismo. Isso porque, a condição de saúde dos alunos era o que diferenciava um aluno ativo de um apático, o atento do desatento. Para Lourenço Filho, a saúde era o que dava a base da felicidade individual e possibilitava a contribuição que o homem poderia dar para a coletividade, pois só graças à educação o indivíduo teria maior capacidade laboral (LOURENÇO FILHO, 1930, p. 232).

Incube a escola rodear o alumno de todas as condições favoráveis ao seu

desenvolvimento; luz, ar, boa accommodation, casa limpa; dar-lhe inspecção e assistência médica, fazendo com que seja tratado, se doente; aproveitar-lhe a plasticidade dos primeiros anos para criar hábitos hygienicos; finalmente torná-lo consciente das razões das práticas de hygiene pelo conhecimento das sciencias physicas e naturaes, e das responsabilidades para com a futura prole, pela puericultura. (LOURENÇO FILHO, 1930, p. 203)

Lourenço Filho apontava também à importância da utilização dos meios de comunicação para divulgação das noções de higiene em veículos como jornais, assim como na utilização de cinema escolar para auxiliar os professores a ensinarem a educação sanitária. (LOURENÇO FILHO, 1930, p. 245).

Reiterou a importância de ensinar puericultura para os alunos do último ano, para que eles tivessem a compreensão da responsabilidade que tinham com o futuro, caso não se prevenissem e condenassem a sua prole a deficiências e deformações provenientes da má saúde dos pais (LOURENÇO FILHO, 1930, p. 235).

Defendeu também que os alunos deveriam aprender a escolher seus consortes com precaução, do ponto de vista higiênico, para evitar que os filhos tivessem uma hereditariedade mórbida, reduzindo assim a mortalidade infantil (LOURENÇO FILHO, 1930, p. 235).

Já em 1931, a Escola Nova publicou textos traduzidos do inglês sobre saúde escolar. Lourenço Filho escreveu um artigo de abertura nomeado “Primeiro, a saúde”, onde debatia a importância da educação higiênica para pátria, e como a Escola Nova pensava.

No citado artigo Filho (1931, p. 4-5), explicava que a educação se debruçava não só na formação social e moral do indivíduo, mas também da sua formação de saúde. Para ele, nenhuma sociedade civilizada se desenvolveu sem cuidar da saúde, motivo pelo qual as escolas não poderiam desprezar seu papel em defesa da vida, no combate das moléstias, da profilaxia de doenças e da implantação de hábitos de conservação da saúde.

Em nosso paíz, várias têm sido as iniciativas proveitosas para o aperfeiçoamento e disseminação da educação da saúde. Muito e muito há ainda que fazer, porém, uma terra mal conquistada à natureza, onde as endemias são um obstáculo á elevação do homem, por muitos pontos, e a propaganda de hygiene de alimentação, do vestuário e da habitação está quase por ser iniciada. Neste particular, a obra a ser feita pelo professorado brasileiro é immensa. (LOURENÇO FILHO, 1931, p. 5)

Nesta perspectiva, as escolas deveriam fomentar atividades ligadas a higiene, profilaxia de doenças e prática de educação física como forma de aprimoramento racial dos brasileiros, para que, no futuro, pudessem construir uma raça nacional saudável e forte, com maior força tanto para servir a pátria, quanto para a atividade laboral.

A educação física como forma de eugenzar a raça brasileira também foi teorizada e

pensada por outros escolanovistas. O maior expoente desse tipo de pensamento no país foi Fernando de Azevedo, o autor do Manifesto dos Pioneiros.

Azevedo era sociólogo, educador e Primeiro Secretário da Sociedade Eugênica de São Paulo. Publicou diversos trabalhos sobre eugenia, condenando a miscigenação e atrelando miséria e pobreza a uma questão racial (VECCHIA; LORENZ, 2009, p. 62-63).

Ele parecia se associar tanto a corrente mais “dura” da eugenia, como a neolamarckista, já que ao mesmo tempo que se preocupava com a questão hereditária e genética da eugenia, ele defendia que a higiene como forma de combater as “taras hereditárias” (VECCHIA; LORENZ, 2009, p. 63-64).

Para Azevedo, a eugenia também era a conquista da plenitude das forças físicas e morais, de forma a livrar o povo de uma neurastenia, utilizando a educação física como instrumento para alcançar tal plenitude (AZEVEDO, 1920, p. 21 *apud* VECCHIA; LORENZ, 2009, p. 64).

A educação física teria o poder de auxiliar o desenvolvimento fisiológico e mental dos praticantes, sendo capaz de neutralizar as “taras” dos indivíduos, tanto as hereditárias quanto as adquiridas, e evitar a degeneração física (VECCHIA; LORENZ, 2009, p. 64).

Na sua perspectiva, a raça brasileira, formada por mestiços, era degenerada, e por isso, o raquitismo e a fraqueza eram dominantes entre a população miscigenada. Porém, seria possível regenerar a nação física e moralmente, começando pelo aprimoramento do organismo, pois um corpo fraco teria propensão à fraqueza de pensamentos, fraqueza de caráter e à melancolia (VECCHIA; LORENZ, 2009, p. 65).

Azevedo achava que a chave para a regeneração da raça brasileira estava nas mulheres. Ele pensava que “mulheres fortes fazem uma raça forte”, de forma que a fraqueza feminina seria a responsável pela fraqueza da sua prole, e por isso, era necessária uma intervenção que fosse capaz de fortalecer as mulheres como chave desse plano (VECCHIA; LORENZ, 2009, p. 65-66).

Tais ideais cresceram no Brasil a partir dos anos 20. Nos anos 30, deu-se uma maior expansão da educação física nas escolas devido a Reforma de Francisco Campos, que em 1931 decretou a obrigatoriedade da prática de aulas de educação física e a prática de exercícios para todas as escolas do ensino secundárias (MARINHO, 1944, p. 69).

Como justificativa para sua inclusão estava a finalidade de “proporcionar aos alunos o desenvolvimento harmonioso do corpo e do espírito, concorrendo assim para formar o homem de ação, física e moralmente sadio, alegre e resoluto, cômico do seu valor e das suas responsabilidades” (MARINHO, 1944, p. 69).

Após o decreto, a educação física passou a ser obrigatória no Distrito Federal, Sergipe, São Paulo, Espírito Santo, Pernambuco, Bahia, entre outros estados. A expansão se consolidou após o VII Congresso Nacional de Educação, evento promovido pela Associação Brasileira de Educação, e que ocorreu no Rio de Janeiro entre 23 de junho a 7 de julho de 1935. O evento se dedicou inteiramente a debater assuntos relacionados a educação física e sua aplicação (MARINHO, 1944, p. 73).

O VII Congresso Nacional de Educação supôs um marco para a educação brasileira porque a partir das sugestões lá propostas foram criadas a Divisão de Educação Física no Departamento Nacional de Educação e a Escola Nacional de Educação Física e Desportos na Universidade do Brasil. Além disso, o congresso promoveu a aplicação das ideias escolanovistas em diversas escolas do país (MARINHO, 1944, p. 73).

O evento teve bastante repercussão. Nove anos depois do Congresso, a interpretação que se fazia do mesmo ainda estava calcada na vinculação da educação com a eugenia e a “melhora racial”:

A repercussão obtida pelo VII Congresso Nacional de Educação em todo o território brasileiro foi notável. E, pela primeira vez na nossa história, as mais elevadas autoridades administrativas e educacionais concentraram a sua atenção nesse problema de maior relevância para a formação da unidade nacional e a constituição de uma raça homogênea, sadia e forte, que só poderá surgir dentro de alguns séculos, após o caldeamento das várias raças, sub-raças e tipos intermediários que atualmente constituem o povo brasileiro” (MARINHO, 1944, p. 73).

O evento foi solenemente aberto pelo Presidente Getúlio Vargas, e foi acompanhado pelo Ministro Gustavo Capanema e Leitão da Cunha, diretor da Faculdade de medicina Universidade do Rio de Janeiro e deputado na assembleia constituinte de 1934 (REIS, 1935, p. 3-4).

As apresentações incluíram: “A Educação Física Elementar”, por Arthur Ramos; “A Escola e o Escotismo”, por Enéas Martins Filho; “A Organização dos Institutos de Educação Física”, por Cyro Moraes; “A Educação Física nas Escolas Normais”, por Arnaldo Bretas; “A Educação Física nas Escolas Secundárias”, por Mario Queiroz Rodrigues (REIS, 1935, p. 4).

Nas conclusões dos eixos “Educação Física Elementar, A Educação Física nas Escolas Secundárias, A Educação Física nas Escolas Normais e As Bases Científicas da Educação Física”, incluíam-se algumas sugestões para a aplicação da disciplina nas escolas, entre elas:

“A Orientação Médica, sempre que possível deve ser dada por profissionais especializados, conhecedores dos principais fundamentos de educação” (REIS, 1935, 8).

Além do controle médico, a conclusão ressaltava a importância de que a educação física

nas fases primária e secundária fosse lúdica, para atrair pessoas de pouca idade, e com turmas com padrões biofisiológicos semelhantes, o que seria determinado através dos exames antropométricos (REIS, 1935, 9).

Em anexo, o objetivo eugênico da educação ficava ainda mais explícito nas palavras do Chefe da Delegação do Amazonas, Athur Cesar Ferreira Reis, quem afirmou:

É um momento singular na vida brasileira esse que vivemos neste instante, reunidos os delegados de todos os Estados da Federação, para colaborar na sementeira de ideias em torno do grande plano de educação porque nós devemos orientar na formação física e mental das novas gerações. [...] Foi por obra de patriotismo sincero, não de permitir que o proclamemos nós que a realizamos sem fetichismos, sem paixões, sem credos, desviados inteiramente de personalismos, com o pensamento voltado para as horas que virão, animadas pelos tipos eugenizados e mentalidade bem formada para o instante da civilização brasileira. (REIS, 1935, p. 13-15)

Figura 3 - Cerimônia de abertura do VII Congresso Nacional de Educação em 1935



Fonte: Linhales, 2006.

No banner da abertura do evento, destacava a frase “Pátria Forte Quer Filhos Fortes”. Essa frase foi repetida no Ginásio da Bahia nos anos subsequentes a aplicação desses ditames. Como veremos no próximo capítulo, o ensino no Ginásio da Bahia manteve a tônica da ideia de aprimoramento da raça na educação secundária no estado baiano.

4 FORMANDO A JUVENTUDE NO GINÁSIO DA BAHIA

Nos capítulos anteriores, temos mostrado que os ideais eugênicos estavam presentes tanto no debate acadêmico, quanto no debate político, e que tanto educadores quanto médicos utilizavam a teoria como fundamento científico para propostas voltadas à educação da juventude brasileira.

Identificando as diretrizes médico-pedagógicas para uma educação eugênica, no presente capítulo buscamos explorar como essas ideias propostas pelos intelectuais foram postas na prática no Estado da Bahia, e mais especificamente, no Ginásio da Bahia, na capital Salvador.

Neste capítulo, investigaremos como se iniciou a prática institucional de higiene escolar no Ginásio da Bahia. Analisaremos o contexto para a construção do Código Sanitário da Bahia de 1925, que regulou o controle da higiene escolar e infantil por longo período, e que serviu de arcabouço para o controle da saúde no Colégio. Analisaremos também, como foi posto em prática o controle institucional da saúde.

Como foi visto anteriormente, a higiene foi considerada como uma ferramenta crucial para a eugeniação da raça brasileira. Analisaremos como foi ensinada a disciplina da Higiene no Ginásio Secundarista, bem como o seu conteúdo programático.

Após a Constituição de 1935, percebemos que houve um estímulo da União à implementação da educação eugênica nas escolas. O Ginásio da Bahia tinha ensino de eugenia nos cursos complementares a partir de 1936, então exploraremos a perspectiva e a grade curricular desta disciplina.

A educação física neste período foi considerada na Bahia como mecanismo de fortalecimento orgânico do indivíduo, e como instrumento para eugenizar a população. Nas páginas que seguem, veremos como se deu a implementação da disciplina no Ginásio, observando a presença do seu Diretor, Clemente Guimarães, no VII Congresso Nacional de Educação. Também analisaremos a implementação do controle médico da disciplina através do Gabinete Médico e de Antropometria Pedagógica, assim como os discursos que associavam à educação física ao aprimoramento racial.

Por fim, analisaremos a repercussão midiática que teve na Bahia a implementação do gabinete médico e antropométrico e da educação física, sob as novas bases do chamado método francês.

4.1 HIGIENE E EUGENIA NO ENSINO SECUNDÁRIO BAIANO

Assim como vimos anteriormente, as primeiras décadas do século XX constituíram um período de forte disseminação de endemias e epidemias em diversos estados do País, o que fomentou a maior intervenção estatal na saúde, na tentativa de reduzir esse quadro sanitário, principalmente após a epidemia da gripe espanhola em 1918 e a subsequente criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (BATISTA, 2023, p. 3).

No estado da Bahia, durante o governo de J. J. Seabra (1920-1924) foi firmado um acordo entre o estado e a União para realização do Serviço de Saneamento Rural. O projeto inicialmente foi liderado por Sebastião Barroso, mas após alguns conflitos, este foi substituído por Antônio de Barros Barreto, médico formado no Instituto Oswaldo Cruz. Posteriormente, como bolsista na Fundação Rockefeller, Barros Barreto estudou em Baltimore, Estados Unidos, onde se tornou doutor em saúde pública (BATISTA, 2023, p. 4; BATISTA; TARELOW, 2022, p. 231).

Barros Barreto foi responsável pela redação da lei nº 1.811/25, que organizou a Subsecretaria de Saúde e Assistência Pública, assim como pelo Decreto nº 4.144/25, que constituiu o Código Sanitário do Estado da Bahia (BATISTA; TARELOW, 2022, p. 231).

A Lei 1.811/25 criou diversos gabinetes de diretorias de saúde pública, entre eles, a Diretoria de Higiene Infantil e Escolar. O órgão tinha como objetivo a prestação de dois serviços: Os cuidados relacionados à higiene da primeira infância e da idade pré-escolar, e a atividade de inspeção e supervisão médica em ambientes escolares (BAHIA, 1925, p. 26).

O Serviço de Higiene da primeira infância estava associado à puericultura pré-natal, assistência e controle de saúde da primeira infância, assim como à profilaxia de doenças, orientações nutricionais e alimentares e, finalmente, à propaganda de preceitos de higiene voltada para as mães e as crianças (BAHIA, 1925, p. 27).

Ao serviço de inspeção médica escolar, a lei estabelecia como objetivos:

Art. 62. O serviço de inspeção médica escolar, terá como objectivos:

- a) Reduzir ou impedir a difusão das doenças contagiosas entre os escolares;
- b) Verificar nos escolares os defeitos phisicos remediáveis existentes e promover a sua correcção;
- c) Classificar os escolares com defeitos phisicos irremediaveis, afim de que recebam uma educação especial, de accordo com a natureza e o gráo da incapacidade que apresentem;
- d) Determinar o gráo de desenvolvimento mental dos escolares retardados, de modo a que seja o ensino adaptado ao nível mental verificado;

- e) Acompanhar o desenvolvimento físico e mental dos escolares, vigiando-lhes a alimentação, o asseio, os exercícios físicos e a disciplina a que estiverem sujeitos;
- f) Fazer ensino e propaganda sanitárias, inculcando nos mestres e alunos, hábitos de higiene;

No momento da sua criação, o chefe da Diretoria de Higiene Infantil e Escolar era o pediatra e puericultor Joaquim Martagão Gesteira, que contava com o médico Christovam Colombo Moreira Spinola como responsável pelo aperfeiçoamento do setor de Higiene Escolar (BATISTA, 2023, p. 4-6).

O Código Sanitário de 1925 deu diretrizes para a inspeção médica escolar no Estado da Bahia. Foi estabelecido que este controle se aplicaria em todos os estabelecimentos de ensino primário e secundário, devendo se submeter à inspeção e vigilância médica-escolar todo estabelecimento de ensino público ou privado (BAHIA, 1925, p. 262).

A regra estabelecida ditava que, a partir do momento em que fosse detectada qualquer doença contagiosa em algum estudante, o mesmo deveria ser imediatamente afastado, e o fato reportado à Diretoria de Higiene Infantil e Escolar para que fossem tomadas as devidas providências. Caso a escola não tivesse um médico ou enfermeira que pudesse dar o diagnóstico, deveria o diretor, assim que surgisse a suspeita, mandá-lo para casa e informar o fato para a Diretoria (BAHIA, 1925, p. 262).

Após o período da doença, o código estabelecia que o aluno, uma vez curado, deveria respeitar um período extra de quarentena para assim garantir que o estudante não continuasse propagando a doença contraída:

- Art. 957. A volta do alumno, depois da cura, á escola só será permittida no fim dos seguintes prazos:
- a) Diptheria – depois de dois exames bacteriológicos negativos, intervallados de dez dias, após a cura clínica da doença, de modo a affastar os portadores de germens;
 - b) Escarlatina – 50 dias depois do começo da doença;
 - c) Sarampo, rubéola e varicela – 18 dias do início da doença;
 - d) Varíola – 50 dias após manifestação dos primeiros symptomas;
 - e) Parotidite epidêmica (papeira) – 21 dias;
 - f) Coqueluche – 30 dias após a cessação das quintas;
 - g) Febres typhica e paratyphicas – 28 dias após a cura clínica, desde que as provas de laboratório demonstrem não serem portadores de germe;
 - h) Dysentaria bacillar – Idem;
 - i) Paralysis infantil ou doença de Heine-Medin – 30 dias depois do início da doença (BAHIA, 1925, p. 262-263).

Além destas regras, era também proibida a entrada dos irmãos do paciente na escola, se eles coabitassem. O Código também estabelecia regras para a admissão e matrícula de novos alunos, como o comprovante de vacinação de varíola e de ter realizado um exame com o médico ou a enfermeira da escola. Estes deveriam checar a “constituição geral da criança, as faculdades

sensoriais, dentição, couro cabeludo, enfermidades aparentes e índice de nutrição e de inteligência” (BAHIA, 1925, p. 263-264). Também se estabelecia que uma cópia desses exames antropométricos deveria ser arquivada na Diretoria de Higiene Infantil e Escolar do Estado.

Sob tais parâmetros higiênicos, no restante do capítulo analisaremos como essas diretrizes foram postas no Ginásio da Bahia.

4.2 A MATERIALIZAÇÃO DO IDEAL DE EDUCAÇÃO EUGÊNICA NO GINÁSIO DA BAHIA

O Ginásio da Bahia, localizado no bairro de Nazaré, no centro da cidade de Salvador figurou como uma das principais instituições de ensino secundarista na capital do estado da Bahia. Atualmente, a instituição se chama Colégio Central da Bahia.

Fundado em 1836, pela Lei nº 33 desse ano, recebeu inicialmente a denominação de Liceu Provincial da Bahia, passando a funcionar a partir de 07 de setembro de 1837 nas dependências do Convento dos Frades Agostianos (LIMA, 2003, p. 22).

O Liceu Provincial foi construído com o objetivo de responder aos anseios da elite soteropolitana da época, que via a necessidade de destinar uma instituição pedagógica à formação das camadas sociais intermediárias, para ocupar as funções que a urbanização crescente do período exigia, tais como, por exemplo, a burocracia do Estado (DICK, 2020, p. 311).

A principal novidade na criação do Liceu foi a organização de disciplinas que antes eram disponibilizadas de forma difusa, e que após a institucionalização do ensino secundário, foram estruturadas em treze cadeiras organizadas e sistematizadas no mesmo ambiente escolar. Inicialmente as disciplinas eram variadas, como por exemplo geometria e trigonometria, gramática filosófica, moral, latim, história, comércio e contabilidade, entre outros (DICK, 2020, p. 312).

Em 1890, depois de uma reforma educacional realizada pelo Vice-Governador Virgílio Damásio, a escola foi renomeada como Instituto Oficial de Ensino Secundário. Posteriormente, em 1895, o Governador do Estado Joaquim Manuel Rodrigues Lima reorganizou o ensino público decretando a lei 115 de 1895, alterando novamente a alcunha da escola para Ginásio da Bahia (BOCCANERA JÚNIOR, 1926, p. 293; MATTA, 1994, p. 218 *apud* LIMA, 2003, p. 23)

A reforma de 1895 foi um marco importante para a escola, pois a partir dela, o ensino

feminino público também foi incorporado ao Ginásio da Bahia, ainda que em espaços separados, obtendo as primeiras matrículas femininas em 1900 (DICK, 2020, p. 315).

A lei 115/1895 trouxe alguns aspectos importantes e característicos do ideal pedagógico do período republicano, como a preocupação com o aperfeiçoamento físico, intelectual e moral do indivíduo.

Os ideais higienistas ainda não estavam plenamente estabelecidos neste momento na legislação baiana. Não obstante, unida a um forte moralismo, a lei já explicitava uma forte preocupação quanto a higidez física e moral dos alunos que poderiam ter acesso às matrículas no Ginásio da Bahia. Entre os diversos prerequisites exigidos aos alunos para o ingresso, descritos no art. 36 da lei, se estabelecia que:

- Art. 36. Para ser inscripto, como alumno do Gymnasio, deve o pretendente provar:
- a) Que foi approved nas materias que constituem o ensino primario elementar em curso publico ou particular;
 - b) Que tem mais de nove annos de idade;
 - c) Que é vaccinado, e não soffre moléstia contagiosa

Apesar dessa legislação ter sido produzida anos antes do auge do movimento escolanovista, vemos que as exigências contidas na lei baiana corroboram com a tese posterior de Pedro Deodato de Moraes, quem, ao defender a Escola Nova, afirmava que escola devia constituir um sinónimo de saúde. Um dos aspectos levantados por Moraes sobre o tema, era que a escola tinha um importante papel de fiscalização e prevenção de doenças infectocontagiosas (MORAES, 1997, p. 615).

O Ginásio da Bahia figurou como única instituição de ensino secundarista público no estado baiano durante maior parte da Primeira República. Mesmo com a passagem de Anísio Teixeira pela Secretaria de Educação da Bahia e a aplicação de suas reformas, o Ginásio continuou sendo o único estabelecimento de ensino secundário na cidade de Salvador (DICK, 2020, p. 316; LIMA, 2003, p. 28).

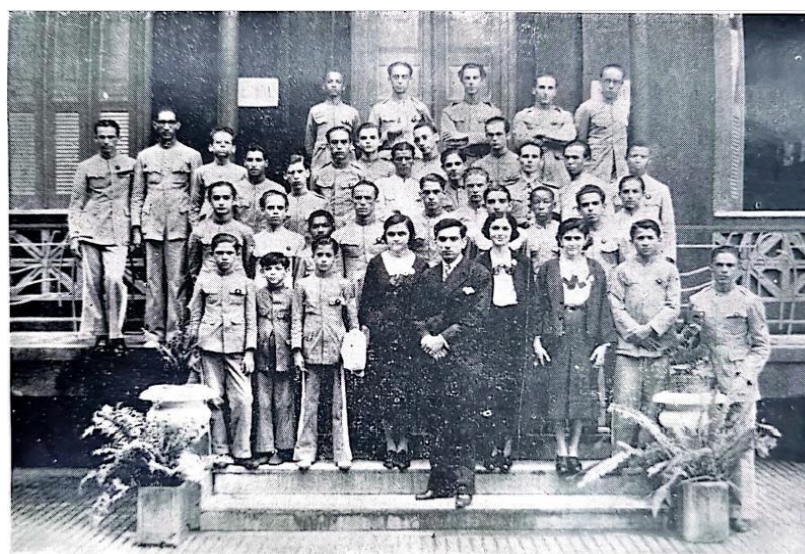
Durante os anos 20, período anterior à revolução, já se percebia uma influência do escolanovismo, e após a Revolução de 30, com a criação do MES, Francisco Campos seguiu a tendência reformadora da educação (DICK, 2020, p. 316; LIMA, 2003, p. 28).

A Reforma de Francisco Campos constituiu um marco de referência para o nosso debate, no que diz respeito à eugenia e higiene nas políticas públicas educacionais. A partir dos decretos emitidos por Campos, a educação se estruturou de forma diferente, com alterações no currículo de ensino, além de um aumento no período de ensino secundário. A reforma manteve as disciplinas propedêuticas, mas deu um maior peso à formação integral dos estudantes como

cidadãos, introduzindo disciplinas que contemplassem outros eixos, como a função educativa, moral e intelectual do jovem (DICK, 2020, p. 316).

Clemente Tanajura Guimarães, médico formado na Faculdade de Medicina da Bahia em 1926 (FORTUNA, 2014, p. 66), atuou como professor de física e diretor do Ginásio. A partir de junho de 1934, Guimarães iniciou um forte processo renovação pedagógica de claro corte eugênico, com uma decidida implantação de propostas de higiene e de eugenia na instituição.

Figura 4 - Diretor Clemente Guimarães com alunos e os Chefes de Ordem e Hygiene



O Director do Gymnasio da Bahia entre os Chefes de Ordem e Hygiene, de Actividades Desportivas e Sociaes.

Fonte: Guimarães, 1936.

Nesse mesmo intuito renovador, Clemente Guimarães se mostrou interessado em criar um gabinete médico e de antropometria pedagógica dentro do Ginásio. No dia 9 de outubro de 1935 a ideia de Guimarães foi materializada em forma de lei, por meio do Interventor Juracy Magalhães, que através do Decreto nº 9.767/1935, aprovou e regulamentou o gabinete, estabelecendo as suas regras e funções (GUIMARÃES, 1936, p. 67).

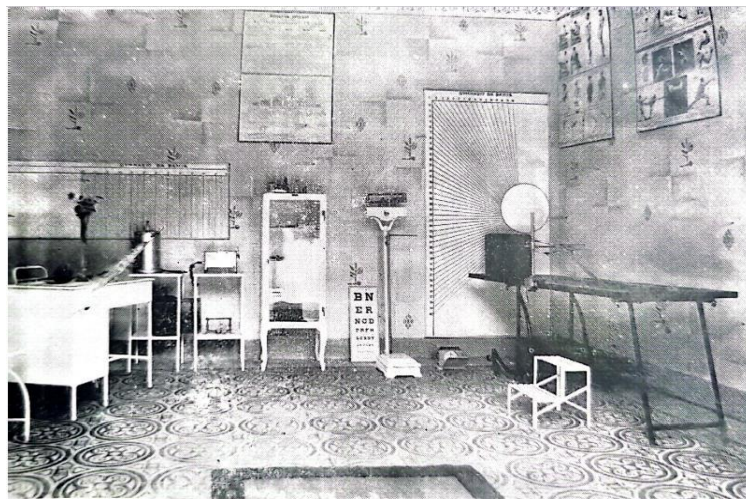
- 1) Inspeccionar, 2 vezes por anno, todos os alunos do Estabelecimento.
- 2) Promover os meios para o tratamento dos alunos doentes.
- 3) Indicar ao Director do Estabelecimento os alunos que, por motivo de doença infecto-contagiosa, devem ser afastados, temporária ou definitivamente, do mesmo.
- 4) Inspeccionar anualmente os funcionários de Estabelecimento, applicando-lhes as mesmas medidas referentes aos alumnos.
- 5) Entrar em contacto com os paes dos alumnos, afim de lhes fornecer conselhos, sugestões e indicações para o tratamento dos mesmos.
- 6) Organizar um serviço de pequenos socorros de urgência para os alumnos, quando, no Estabelecimento, necessitarem de seu auxilio.
- 7) Seleccionar e agrupar os alumnos, de acordo com as suas aptidões physicas, para os exercícios de Educação Phisica.

- 8) Promover a realização de palestras de propaganda sanitária para os alunos e suas famílias.
- 9) Exercer vigilância sanitária no Estabelecimento, sugerindo e executando, de acordo com as autoridades competentes, as medidas applicaveis ao caso.
- 10) Fiscalizar os alimentos fornecidos pela Cantina do Estabelecimento.
- 11) Examinar os candidatos a exame de admissão, do ponto de vista medico-psychologico, fornecendo-lhes attestados que os habilitam à inscrição.
- 12) Verificar se verdadeiros, os motivos allegados pelos alumnos para faltarem ás provas parciaes ou exames do Estabelecimento, nas épocas regulamentares, attestando ou não a sua veracidade.
- 13) Organizar tabellas biométricas da criança bahiana com o material colligido, quando julgar conveniente. (GUIMARÃES, 1936, p. 67-68)

Depreende-se do Decreto, que existiam três grandes funções para o gabinete médico e de antropometria pedagógica: Realizar primeiros socorros e identificar doenças transmissíveis dos estudantes baianos, indicando os meios de tratamento; identificar e catalogar os dados antropométricos dos estudantes do Ginásio da Bahia, tanto para a triagem da educação física quanto para outros fins, e promover a educação sanitária/eugênica no estado, tanto para os alunos quanto para seus pais. O Gabinete Médico realizou trezentos e trinta e quatro exames de admissão para novos alunos, criou oitocentas e treze fichas antropométricas e fez diversos curativos, aplicou injeções nas crianças e prestou primeiros socorros, além de fazer inspeções a cantina e (GUIMARÃES, 1937, p. 173).

De certa maneira, a construção do gabinete na escola baiana constituía a materialização do artigo 138 da Constituição Federal de 1935, uma vez que o Gabinete criado em Salvador preenchia a ideia, promovida na citada Constituição, do dever de promoção da educação eugênica, com medidas para fazer higiene social, impedindo a propagação das doenças transmissíveis e o incentivo à luta contra os venenos sociais.

Figura 5 - Imagem da inauguração do Gabinete Médico e de Antropometria Pedagógica do Ginásio da Bahia



Fonte: Guimarães, 1936.

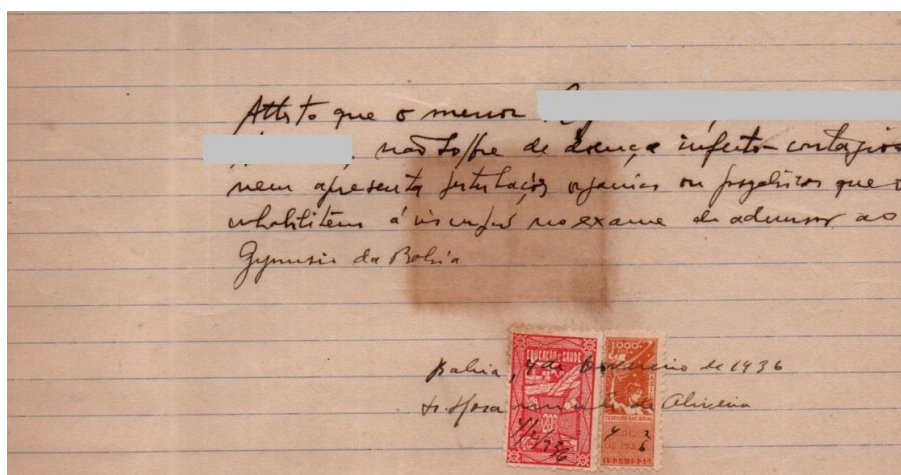
O Gabinete foi inaugurado de forma solene no dia 12 de outubro de 1935. A sua direção foi atribuída ao Doutor Hosannah de Oliveira, importante médico baiano, que se formou na Faculdade de Medicina da Bahia em 1927, e se tornou livre docente da clínica pediátrica médica e de higiene infantil em 1935 (FORTUNA, 2014, p. 113).

A atuação do Hosannah de Oliveira como diretor do novo Gabinete foi reportada no dia 12 de maio de 1936. Nessa data, o médico realizou uma palestra educativa sobre os perigos da sífilis, conferência que foi seguida da projeção de filmes curtos sobre as consequências desse flagelo. A palestra foi assistida por alunos da escola e seus familiares (GUIMARÃES, 1937, p. 172-173). Vale lembrar que, tanto na Bahia quanto no resto do país, para muitos dos médicos que, na época, advogavam pela causa eugênica, a sífilis era uma doença que “degenerava” a raça, então esse papel educativo era crucial para os objetivos da nação.

Convite: O Director do Gymnasio da Bahia, dentro da orientação que se traçou de pugnar pela educação integral dos alumnos desta casa, tenho a maior satisfação de convidar o corpo docente, discente e administrativo para assistirem à palestra do Prof. Dr. Hosannah de Oliveira, médico-chefe do Gabinete Médico, intitulado “O Médico nos Institutos de Educação”, amanhã 12, às 20 horas, neste Gymnasio. Aproveito o ensejo para comunicar que, após a palestra serão focalizados filmes educativos gentilmente offerecido pela Casa Bayer. Nota. Este convite é extensivo às famílias dos convidados. Directoria do Gymnasio da Bahia, 11 de Maio de 1936. Dr. Clemente Guimarães – Director. (GUIMARÃES, 1936, p. 39).

Como vimos, entre as funções do Gabinete Médico estava a de realizar exames médicos para a admissão de novos alunos, de forma a atestar que os estudantes do Ginásio da Bahia estavam livres de comorbidades transmissíveis e, dessa forma, eram aptos para frequentar a escola.

Figura 6 - Exame médico para admissão de estudante assinado pelo Dr. Hosannah de Oliveira



Fonte: Gymnasio da Bahia, 1936

Nesse intuito, o Gabinete Médico realizou trezentos e trinta e quatro exames de admissão para novos alunos. Além desses exames, o Gabinete realizou também outros serviços de orientação higienista, tais como inspeções a cantina e aplicação injeções nas crianças da escola (GUIMARÃES, 1937, p. 173).

O Ginásio baiano utilizava o gabinete para exercer a função de controle sanitário dos alunos e professores da instituição. Uma vez verificado que o indivíduo havia contraído alguma comorbidade contagiosa, o estudante era afastado por determinado tempo, até garantir que a doença estivesse curada e que não fosse mais possível a transmissão da moléstia, como preconizado no Código Sanitário de 1925.

Esse controle sanitário estava em compasso com as ideias escolanovistas apresentadas por Deodato de Moraes, que via como papel da escola a promoção da saúde, a fiscalização e prevenção de doenças contagiosas, resultando necessário promover o ensinamento de preceitos sanitários e a correção de defeitos físicos dos jovens (MORAES, 1997, p. 615). De acordo com essas ideias, indo além da preocupação com a higiene escolar, o Ginásio também se preocupava com o ensinamento dos princípios da higiene e da eugenia para os alunos dos cursos complementares.

A disciplina de higiene era lecionada em Salvador pelo Professor Durval Tavares da Gama, também formado em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, e catedrático da disciplina Clínica Cirúrgica Infantil e Ortopédica. (TEIXEIRA, 2001, p. 106; GUIMARÃES, 1936, p. 51).

A disciplina de higiene era ministrada para o curso jurídico dentro do Ginásio, e tinha como objetivo propagar o conhecimento das condições mesológicas em que vive o homem, isto é, a relação entre o ser humano com os outros seres vivos e com o meio ambiente, e instruir sobre como modificá-las para que se tornassem compatíveis com a saúde. Desta forma, o Ginásio tinha a responsabilidade de ensinar os hábitos, alimentos e exercícios que tornassem o homem sadio, além de instruir sobre as causas das doenças transmissíveis e ensinar a forma de evitá-las (GYMNASIO DA BAHIA, 1936, p. 22).

A matéria lecionada pelo Dr. Turval Tavares passava pelos mais diversos temas da higiene, tais como a higiene corporal, higiene de alimentos, tratamento de água e engenharia sanitária urbana, higiene rural, condições climáticas, conceito de doenças, formas de contágio e medidas de profilaxia (GYMNASIO DA BAHIA, 1936, p. 23-24).

A partir do mostrado até agora, podemos constatar que a perspectiva de educação higiênica que era ensinada no Ginásio da Bahia estava em conformidade com o ideal eugenista mais associado ao sanitarismo, exemplificado pelas teses da Liga Pró-Saneamento do Brasil e

da Liga Brasileira de Higiene Mental, principalmente no trabalho de F. Esposel, que propunha a implementação da disciplina de higiene com o objetivo de construir firmeza moral dos jovens (ESPOSEL, 1925, p. 104).

A mesma ideia aparece também nas propostas de educação higiênica de Belisário Penna, tais como foram apresentadas na Primeira Conferência Nacional de Educação. Para Penna, a miséria e a doença estavam indissolivelmente associadas à ignorância. Por isso, de acordo com Penna, era de importância crucial fomentar, desde as instituições de ensino, uma consciência coletiva sobre higiene, para o futuro do país (SANTOS, 2012, p. 57).

Pelo que diz ao ensinamento propriamente eugênico no Ginásio da Bahia, na instituição baiana a eugenia era ensinada em duas disciplinas, tanto no curso de sociologia, quanto no curso de biologia geral. O regulamento para o funcionamento do curso foi aprovado pelo Decreto nº 9.883/36 pelo governo do Estado, sob rubrica do Governador Juracy Magalhães e de Barros Barreto.

Na cadeira de sociologia, a eugenia era ensinada na Bahia no contexto da “Importância moral e social da família. A família e o Estado. O Eugenismo. Educação eugênica. Seleção eugênica.”. (GYMNASIO DA BAHIA, 1936, p. 25).

Já na disciplina de biologia geral, a eugenia era ensinada no Ginásio baiano sob um prisma um pouco mais amplo, com base nas leis da genética e com uma discussão teórica mais aprofundada:

14. Crescimento. Curva de crescimento. Factores que influem sobre o crescimento. Regeneração. A velhice e a morte.
15. A variação nos seres vivos. Fluctuações e mutações. Estudos de Galton sobre as fluctuações. Estudos de Vries sobre as mutações. Tipos de mutação.
16. A hereditariedade. Herança dos caracteres adquiridos. Regressão e herança ancestral. Leis de Mendel.
17. Explicação das leis de Mendel. Os estudos de Morgan. As leis de Mendel applicadas ao homem. Noções de Eugenia.

Ambas as disciplinas eram lecionadas para os alunos que faziam curso complementar do jurídico, médico, farmacêutico, odontológico e de engenharia, que eram os três eixos que a escola disponibilizava como cursos complementares.

Desta forma, o Ginásio da Bahia obedecia o cumprimento do artigo 138, alínea b, da Constituição Federal de 1934, que orientava aos entes federados a estimularem a educação eugênica. O Ginásio da Bahia, como instituição de ensino estadual, foi o principal polo de disseminação dessa teoria entre a juventude baiana.

A proposta de conteúdos sobre eugenia oferecida no Ginásio da Bahia se aproximava da

ideia de educação eugênica evocada por Renato Kehl e Octávio Domingues, que entendiam que a educação eugênica deveria focar nos ensinamentos dos princípios da eugenia e na popularização da hereditariedade e das leis de Mendel, botando maior peso nas leis da genética e retirando o foco da higiene entendida como forma de aprimoramento racial, tal como preconizavam os neolamarckistas. Desde esta perspectiva, a educação eugênica deveria ensinar às pessoas a se preocuparem com o casamento, para que pudessem escolher seus pares de acordo com as questões de saúde e raça, evitando assim a degeneração (ROITBERG; GOMES, 2023, p. 5; ROCHA, 2018, p. 68).

4.3 “PARA A GRANDEZA DA BAHIA”: APRIMORAMENTO DA RAÇA E EDUCAÇÃO FÍSICA NO GINÁSIO BAIANO

A prática de exercícios no Ginásio da Bahia não foi criada do nada em 1935. Na verdade, a Lei nº 115 de 1895 já preconizava a prática de ginástica, esgrima, natação e outras atividades (LIMA, 2003, p. 25). Porém, o ano 1935 supôs um ponto de inflexão na implementação da educação física no Estado da Bahia, pois nesse ano, após o Diretor Clemente Guimarães ter participado do VII Congresso Nacional de Educação, ele fez alterações no currículo do Ginásio ao seu retorno na Bahia, passando a implementar a educação física nos moldes aduzidos no congresso, com o intuito de “aprimorar a raça”.

Em seu Relatório da Inspetoria do Ensino Secundário e Profissional de 1935, em um dos textos de abertura, Guimarães reportou a sua participação no VII Congresso Nacional de Educação, sentindo-se honrado de ser o representante da Bahia no evento realizado no Rio de Janeiro. Lá, Guimarães discursou sobre o tema “Educação Physica Elementar”, ao lado de Arthur Ramos, Dionira de Campos Paiva, Dora Azevedo, entre outros (GUIMARÃES, 1936, p. 5-7).

Aqui vale fazer um destaque acerca do VII Congresso Nacional de Educação. Neste evento foram realizadas conferências acerca dos benefícios da educação física, tendo se debatido sobre como implementar a atividade nas escolas e alguns sobre as formas de aplicação racional da disciplina.

O entusiasmo que o encontro criou foi tanto, que na capa da Revista de Educação Física, em julho de 1935, foi dado destaque ao evento, incluindo o discurso do Dr. Israel Souto voltado para os cadetes militares, no qual pedia que o Presidente Vargas continuasse a amparar a nacionalização dos esportes e da cultura física para o benefício da raça e da pátria (SOUTO, 2020, p. 1).

É importante ressaltar que raça aqui não é citada como sinônimo de etnia, mas sim como o conjunto da população nacional, unido por características físicas e mentais comuns. Tal uso foi comum a partir da associação entre a eugenia e o higienismo, como já foi discutido no capítulo anterior (GOIS JUNIOR; GARCIA, 2011, p. 248).

Para os pesquisadores da época, a maior parte da população brasileira era degenerada, tanto por fatores raciais embasados na genética, quanto por fatores de saúde e higiene, tais como doenças contagiosas ou crônicas. Aqueles intelectuais e cientistas viam na educação eugênica uma forma de ensinar à população a selecionar melhor seus pares, visando melhorar a genética da população favorecendo os “genes bons” (ou os caracteres eugênicos); por sua vez, a higiene entraria como elemento que eliminaria os males externos, mantendo os corpos íntegros. Nesse marco de ideias, a educação física teria o papel de trazer harmonia para o corpo e o desenvolvimento tanto do físico, quanto dos órgãos, proporcionando uma transmissão genética mais “aprimorada” e, em consequência, o melhoramento da “raça”. (GUALTERI, 2008, p. 97-101).

Arthur Ramos, médico alagoano, que apresentou um trabalho no congresso sobre “Educação Física Elementar” -e que foi acompanhado no evento pelo diretor do Ginásio da Bahia, o dr. Guimarães-, publicou uma matéria na Revista Educação Física com o mesmo título, onde enaltecia a disciplina como forma universal de aprimoramento físico, psíquico e moral (RAMOS, 2021, p. 35).

Ramos entendia que a educação física era diferente da ginástica ou de outras formas de exercícios porque nestas, só se desenvolvia o corpo, enquanto a educação física bem aplicada, sob os métodos ideais, seria capaz de desenvolver diversas habilidades do indivíduo (RAMOS, 2021, p. 36).

Para aproveitar ao máximo a prática, seria necessário criar turmas homogêneas, nas quais os exercícios pudessem ser adaptados para grupos com características semelhantes. Por sua vez, as turmas deveriam ser divididas, com base em “tipos antropológicos”, considerando diversos fatores, tais como a curva vital, os polos de humor e o metabolismo basal (RAMOS, 2021, p. 36).

Em consequência, Ramos entendia que a educação física devia ser implementada por uma equipe multidisciplinar, sendo indispensável o auxílio de um antropólogo, um médico escolar, um psicólogo e um ortofrenista (RAMOS, 2021, p. 36).

Na mesma revista, em 1933, o Primeiro Tenente Pacífico Castelo Branco publicou o artigo chamado “Da Eugenia”, nele tratava sobre o sonho da humanidade de ter uma saúde plena e longevidade, almejando que a expectativa de vida aumentasse de 50-60 para 100-110

anos, e apontava a eugenia como o instrumento possível para alcançar esse objetivo (CASTELO BRANCO, 1933, p. 19).

Nesta publicação, o Tenente citou Francis Galton e apontou pesquisadores brasileiros como Otávio Mangabeira e Renato Kehl, citando como metas eugênicas para o país, o favorecimento da formação das heranças genéticas de qualidade e o impedimento para a aquisição de caracteres degenerativos transmissíveis hereditariamente (CASTELO BRANCO, 1933, p. 19).

Sob esse mesmo ponto de vista, Castelo Branco também enxergava a Escola de Educação Física como uma escola de eugenia, pois segundo ele, tratar da educação física, seria como cuidar da raça, ou seja, uma das facetas do ideal eugênico (CASTELO BRANCO, 1933, p. 19).

Retornando ao Ginásio da Bahia, após sua participação no VII Congresso Nacional de Educação, Guimarães redigiu um relatório de perguntas que buscava aludir ao evento. Pode-se destacar, por exemplo, entre as questões elencadas no relatório de Guimarães as seguintes: “Qual a colaboração do médico no serviço de Educação Física escolar? Exames, fichas, classificação e controle”; “Quantas escolas possuem gabinete médicos e antropométricos para o serviço de Educação Física e quais as instalações existentes para a prática dos exercícios?” e “Existem nas escolas normais do Estado as cadeiras de educação da saúde, puericultura e psicologia dos anormais?” Eram questões relevantes, porque preconizavam objetivos que a escola passaria a materializar entre 1935 e 1936 (GUIMARÃES, 1936, p. 18-20).

Como já foi apontado, após a criação do gabinete médico e antropométrico, através do Decreto nº 9.767/1935, Clemente Guimarães nomeou o médico Hosannah de Oliveira como o médico escolar. Hosannah de Oliveira era um importante médico baiano, que tinha participado como membro do comitê organizador do Congresso Regional de Medicina de 1935, realizado na Bahia (NOGUEIRA, 2019, p. 167). Num escrito dirigido ao Secretário de Educação e Saúde da Bahia, Barros Barreto Guimarães enaltecia assim a competência do dr. De Oliveira para o cargo:

Exmº Snr. Dr. Secretário de Educação, Saúde e Assistência Pública. Tendo recebido, hoje, o officio do proficiente clínico e acatado professor, Dr. Hosannah de Oliveira, em que põe a disposição deste gymnasio o seu serviço, independente de remuneração para dirigir o Gabinete Médico, creado pelo Dec. Nº 9981 de 23 de fevereiro desde anno, e regulamentado pelo Dec. Nº 9767 de 9 de outubro do corrente anno, é me profundamente grato registrar e communicar ao Governo do Estado, por intermédio de V. Exa., para os devidos fins, tal offerecimento, que importa numa continuidade de vistas que vimos mantendo, seja na confecção de fichas e selecção de materiaes, ou na inquebrantável solicitude do referido professor, em tudo que diz respeito ao ensino para a grandeza da Bahia. Aceitando o honrado Governo do Estado os serviços do

referido profissional, agora, nos termos em que são oferecidos, fará uma obra de justiça a sua capacidade de trabalho, e ao seu espírito de pesquisador da cidade científica; Apresento-vos os meus protestos de estima e elevada consideração. Dr. Clemente Guimarães.

No citado Congresso Regional de Medicina de 1935, Hosannah de Oliveira apresentou a conferência “A Necessidade do Controle Médico na Educação Física”. Em sua palestra, Oliveira apontou que a educação física não era positiva meramente ao indivíduo, mas também para seus descendentes, representando uma das maiores âncoras para a eugenia (NOGUEIRA, 2019, p. 168).

Oliveira criticou os métodos de aplicação da educação física até então vigentes no estado da Bahia, bem como a falta de orientação médica, fator responsável por produzir as crianças fracas, magras e desengonçadas que, segundo ele, desfilavam nas paradas escolares. Esses alunos eram um ultraje para a raça, segundo seu entendimento (NOGUEIRA, 2019, p. 168).

Como solução para essa situação, as crianças deveriam passar por um médico que fosse capaz de apontar seu grau de higidez, encontrando o ponto de carga de exercícios físicos máximos, sem causar danos ao corpo. Esse controle médico deveria ser realizado duas vezes durante o ano letivo, para se certificar que a prática estava sendo realizada corretamente. Caso contrário, deveria ser reajustada a carga dos exercícios (NOGUEIRA, 2019, p. 168).

Sob os parâmetros desenvolvidos na Academia de Medicina de Paris, a educação física regular seria uma das formas mais eficazes de profilaxia e de melhoramento da raça, sendo o controle médico indispensável para a prática dos exercícios em escolas. A educação física devia atuar como uma forma científica de construir harmonia dos sistemas do corpo humano, melhorando a saúde do praticante. Se fosse adotada desde a tenra idade nas escolas, segundo Oliveira, aumentaria a chance de aprimoramento coletivo, construindo um povo saudável (NOGUEIRA, 2019, p. 169).

Nesta perspectiva, o gabinete médico e a educação física no Ginásio da Bahia dotavam à escola de um grande potencial transformador para a população baiana, oferecendo a possibilidade de modelar os alunos tanto moralmente, quanto fisicamente. Essa disciplina física dos jovens baianos serviria para alcançar esse progresso tão desejado (NOGUEIRA, 2019, p. 171).

Através do mapa estatístico do movimento letivo, verifica-se que em 1935 já estava implementada em Salvador a disciplina de educação física nos três primeiros anos do secundário, onde foram ministradas 272 aulas para cada turma (GUIMARÃES, 1937, 40-46). A matéria foi lecionada pelo Professor Aristeu Brandão Costa (GUIMARÃES, 1937, p. 52),

tendo sido aprovada a disciplina em 23 de fevereiro de 1935, pelo Interventor Federal Juracy Magalhães através do Decreto nº 9.381/35 (GUIMARÃES, 1936, p. 57)

No relatório de Guimarães de 1935, ele citava o Regulamento Geral da Educação Physica, emitido pelo Departamento de Instrução Pública da Bahia, na pessoa do Diretor Geral Agrippino Barbosa. Nesse regulamento era possível encontrar alguns aspectos defendidos por Hosannah de Oliveira e que, a partir da implantação do Gabinete foram normatizados no Ginásio baiano:

Art. 1.º - A educação physica, inclusive a pratica moderada e bem orientada dos jogos desportivos e athleticos conducentes ao desenvolvimento e fortalecimento geral do organismo, considerada como complemento indispensável à educação moral e intelectual da mocidade, obedecerá no Gymnasio da Bahia ao presente regulamento.
 Art. 2.º - A educação physica do Gymnasio da Bahia obedecerá, *in totum* ou com modificações introduzidas pelo Conselho de Educação Physica, ao methodo francez, hoje adoptado em todos os departamentos de instrucção publica do Brasil, por se o mais scientifico, eclético e cuja psychologia racial mais se aproxima da nossa.
 Art. 3.º - Orientada pelos princípios da psychologia, de accordo com o methodo francez, a educação physica visa durante a infância, o desenvolvimento harmônico do corpo. Na idade adulta, a educação physica deve entreter e melhorar o funcionamento dos órgãos, aumentar o poder do coração e dos vasos sanguíneos, o valor funcional do aparelho respiratório, a precisão e a efficacia dos movimentos e, pelo conjunto desses meios, assegurar a saúde. De um modo geral, a educação physica não deve desenvolver no individuo normal, certos órgãos à custa de outros; isto é, deve ter como finalidade a harmonia das funções (GUIMARÃES, 1936, p. 97).

A ficha antropométrica aprovada pelo Estado para a coleta de dados, que foi utilizada no Ginásio em 1935, previa o registro de informações como antecedentes hereditários e conceptionais, peso, nutrição, etnia, bem como o funcionamento dos aparelhos do corpo humano e o desenvolvimento físico (GUIMARÃES, 1936, p. 110).

Posteriormente, era realizado um exame neuro-físico, que colhia informações sobre as condições neurológicas do indivíduo, principalmente relacionadas aos reflexos básicos. Se examinavam também características pessoais como interesse, memória, atenção, elaboração, caráter e evolução mental. Havia ainda perguntas sobre a filiação do aluno, avaliando a conduta familiar e a posição do examinando na família (GUIMARÃES, 1936, p. 111).

Por fim, era realizado um perfil morfofisiológico, no qual se catalogava as principais informações sobre as medidas do corpo do aluno, como envergadura, peso, altura e perímetro dos membros. Observe-se que apesar de preservar a antropometria galtoniana, o gabinete do Ginásio da Bahia não realizava medição craniométrica, já que na ficha não havia qualquer menção à medida do perímetro craniano dos alunos, o que levanta a suposição de que essa ciência -talvez pelo suporte que, em décadas anteriores, a tradição craniométrica baiana ofereceu à teorias raciais radicalmente contrárias à miscigenação (SÁ OLIVEIRA, 1895), tinha

perdido relevância (GUIMARÃES, 1936, p. 113).

A maior parte dos dados colhidos no Gabinete do Ginásio baiano estavam relacionados com as informações ligadas ao índice de robustez, capacidade de exercer força, de tensionamento, de alongamento, capacidade respiratória e da circulação sanguínea. Ressalte-se que eram também catalogadas as deficiências físicas das crianças (GUIMARÃES, 1936, p. 113).

Figura 7 - Fichas de antropometria pedagógica utilizada no Ginásio da Bahia para a prática da educação física

EXAME NEURO-PSYCHICO	
Systema nervoso: a)	Sensibilidade geral
b)	Mobilidade geral
c)	Reflexos
Posição do examinando na família	
Conducta familiar e social	
Interesse	
Memoria	
Atenção	
Elaboração	
Capacidade de adaptação	
Affectividade	
Temperamento	
Caracter	
Evolução mental	
Conclusões	
.....	
O MEDICO	

FICHA N.	
Secretaria de Estado da Educação, Saúde e Assistência Pública	
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
Ficha para o exame medico-psychologico dos candidatos a exame de admissão ao Gymnasio da Bahia, de acordo com o decreto n. 9767, de 9 de Outubro de 1935.	
EXAME PHYSICO	
Nome	Edade
	Côr
	Residência
	Naturalidade
	Ordem de filiação
ANTECEDENTES HEREDO-CONCEPCIONAES	
.....	
Historia actual	
Peso	Talhe
	Nutrição
	Apparelho circulatorio
Apparelho respiratorio	
Apparelho digestivo	
Apparelho loco motor	
Apparelho uro-genital	
Orgãos dos sentidos	
Systema glandular	
Constituição	
Desenvolvimento physico	
Exames complementares	
Conclusões	

Fonte: Guimarães, 1936.

As fichas antropométricas eram preenchidas por Hosanah de Oliveira durante os exames morfofisiológicos. A escola convocava os alunos através de editais periódicos, que chamavam aos estudantes de diversas séries para serem avaliados, e posteriormente, liberados para a prática de exercícios (BRITTO, 1936, p. 27-28).

Entre os convocados para o exame também estavam as mulheres, posto que a educação física não era uma exclusividade masculina. Inclusive, existia um estímulo ao público feminino. Nesse sentido, como já vimos anteriormente, para os higienistas do período a fraqueza não era considerada como uma debilidade apenas orgânica. Estava também ligada à indolência moral e outros comportamentos lidos como degenerados. A prática de educação física foi vista na época como instrumento modelador do corpo humano, e sua prática sistemática, aumentaria o capital-saúde da população. O desenvolvimento virtuoso da raça seria transmitido geneticamente para a prole e o cuidado com o corpo feminino, através do seu fortalecimento, favoreceria a maternidade, tendo papel central na proposta de regeneração da raça (GOELLNER, 2008, p. 12-14).

A aplicação da educação física no Ginásio baiano estava pautada na ideia de educação integral, no prisma da formação moral, mental e intelectual. A escola, em compasso com ideais da higiene e da eugenia, utilizou parâmetros científicos para auxiliar o plano de construção de uma nação forte. O gabinete tinha como objetivo a captação de dados para avaliar o êxito desse projeto (DANAIOLOF, 2005, p. 33).

Após um ano de trabalho do gabinete, o Diretor do Ginásio, Clemente Guimarães escreveu o relatório de 1936, reportando as atividades da escola e as consequências da aplicação das novas políticas públicas implementadas. Na época, o Ginásio contava com 962 alunos (GUIMARÃES, 1937, p. 31). Neste novo relatório, ficava clara a empolgação que a educação física tinha no liceu soteropolitano, principalmente na ideia de aprimoramento de raça.

Guimarães (1937, p. 93) fez um aviso formal para os professores, pedindo que antes das aulas das disciplinas, recitassem o seguinte juramento: “Juramos pelo Brasil, pelo seu passado glorioso, pelo seu presente de lutas, pelo seu futuro de esperanças, que, na paz ou na guerra, seremos os servidores da sua grandeza e da sua glória, na formação da sua raça, pela vida no Estádio”.

Deste aviso, é possível captar o traço patriótico e nacionalista da eugenia na Bahia, posto que a possibilidade de melhorar a raça, passava a ser um dever cívico dos estudantes baianos para com a nação brasileira.

Clemente comemorou efusivamente a parada atlética ocorrida no Ginásio em 11 de junho de 1936. No dia seguinte, ele parabenizou os professores responsáveis pela organização

do evento, dizendo:

[...] aproveita o ensejo para testemunhar o mais vivo aplauso aos Professores Aristeu Costa e Ovidio Teixeira, que se têm mostrado de uma dedicação digna de nota, vendo assim quase realizado seus anhelos de brasileiros patriotas, pugnando pela virilização da raça, através da educação physica, racional e sistemática. Assim, o Gymnasio da Bahia, mostrando o seu esforço pela conquista de um galardão com que muito se honra (...) (GUIMARÃES, 1937, p. 95).

No contexto de modernização e busca pelo “aprimoramento racial”, na Bahia dos anos 30 do passado século, os homens e as mulheres jovens foram vistos como corpos reprodutores a serem controlados, com o objetivo de que estes fossem capazes de construir uma “raça melhorada”. Para tal fim, a sexualidade deveria seguir um padrão “saudável e perfeito” (SILVA, 2010, p. 83).

No discurso eugênico da época, o adjetivo viril era usado para denotar um valor que media o grau de civilização que uma nação tinha. Ser viril significava viver na plenitude das capacidades físicas do corpo, com pleno desenvolvimento psicológico, com base nos preceitos das ciências. Buscar a “virilização da raça” era um dever cívico que seria a mola propulsora para um Brasil “civilizado” (SILVA, 2010, p. 83).

O Diretor do Ginásio baiano, entretanto, fez ressalvas de que não havia ainda atingido a finalidade almejada, por falta de recursos práticos. Ainda pretendia instaurar na escola um campo próprio para treinamento e exposições, de forma que o curso, ainda que obrigatório, se tornasse mais atrativo para os alunos (SILVA, 2010, p. 171).

Nesta senda, o Brasil precisava de maior virilidade. Mário Pinto Serva, escritor do livro “Virilização da Raça”, publicado em 1923, sustentava que, para que o Brasil saísse da fase de dominado, deveria iniciar uma fase viril, positiva e construtiva. Segundo sua tese, o tipo físico viril seria aquele que incorporasse a cultura do vigor, capaz de regenerar a raça (SERVA, 1923, p. 8 *apud* SILVA, 2010, p. 83-84).

Para Serva, o papel dos intelectuais e dos educadores brasileiros era despertar na população a necessidade de trazer vigor à raça nacional:

Ao intellectualismo brasileiro cabe neste momento histórico, crítico e decisivo, sacudir vigorosamente o torpor mental em que jaz a nossa raça, acordar-a em cada um dos seus membros para a vida intensa, despertar em cada brasileiro a consciência de seus direitos e de seus deveres, para afinal iniciarmos uma era de vida nacional intensa, pelo apelo às energias de todos os cidadãos, pelo revigoramento cívico, pondo um termo à inércia, à frouxidão, à desídia e ao relaxamento colectivo, que tem sido melhor factor da política aventureira, fazendo-se assim de cada cidadão um factor activo e consciente na vida nacional, em lugar de se o que é hoje uma cellula morta num organismo em dissolução. [...] Só uma compreensão clara, positiva e integral

da evolução nacional, uma actuação harmônica e reciproca de todos os espíritos, uma ampliação intensa da cultura moral e scientifica, uma cooperação vivaz de idéas e sentimentos, uma concepção de novos ideaes a nortear o nosso estudo e o nosso trabalho mental, integrando a pátria numa harmonia de intelligencias, de vontades, de consciências e de actos – só esses factores nos farão resurgir como uma nacionalidade consciente, digna e viril, caminhando audaz e forte para a realização dos seus magníficos destinos. (SERVA, 1916, p. 04 *apud* SIMÃO, 2020, p. 102).

Esta perspectiva que entrelaçava nacionalismo, raça e virilidade aparece repetidamente nos textos e nos discursos dos intelectuais e dos entusiastas da educação física como forma de eugenzar a população brasileira.

Clemente Guimarães apontava em seu relatório que apesar das dificuldades financeiras, havia articulado com a Câmara Municipal e com a Prefeitura de Salvador, a construção de uma praça no terreno próximo à escola, o que resultou na publicação da Lei nº 14/1936. Guimarães afirmou que tal lei era a concretização do sonho do ginásio, representando as aspirações dos estudantes baianos e um importante passo para a melhoria da raça do povo (GUIMARÃES, 1937, p. 171).

Os esforços para a implementação do gabinete médico antropométrico e a disciplina de educação física não ficaram restritos ao âmbito institucional da administração pública da Bahia. Alguns periódicos também reconheceram o afinco do Ginásio nas novas políticas implementadas e os objetivos de aperfeiçoamento humano.

O jornal *A Tarde* anunciou em 21 de outubro de 1935, a inauguração do Gabinete Médico e de Antropometria Pedagógica. O jornal destaca que este foi o primeiro do gênero a ser instalado na Capital (A TARDE, 1935a, n.p.).

O periódico enalteceu o escritório por ser bem equipado para as suas funções de controle dos exercícios físicos, cujo intuito era dosar e orientar a carga de exercícios para os alunos, bem como ressaltou o valor da educação física, com o controle científico para o aprimoramento da raça. (A TARDE, 1935a, n.p.).

A Tarde destacava o papel do Ginásio da Bahia de pioneirismo no estado e do controle médico na educação física, clamando para que as outras casas de ensino seguissem o exemplo deste liceu pelo objetivo do aprimoramento da raça (A TARDE, 1935a, n.p.).

A comemoração do dia da Proclamação da República também chamou a atenção do jornal. Eles reportaram que neste dia, o Ginásio realizou uma série de eventos demonstrativos de educação física, seguidos de discursos, como o proferido pelo Professor de Educação Física, Gelásio de Farias, intitulado “Valor da Educação Physica na formação do Character” (A TARDE, 1935b, n.p.).

O jornal ressaltou que durante o desfile cívico ocorrido na abertura do evento, havia

pendurado na arquibancada da escola a frase “A Pátria Forte Quer Filhos Fortes” (A TARDE, 1935b, n.p.). Este lema foi visto anteriormente no VII Congresso Nacional de Educação, no qual o Diretor Clemente Guimarães tinha participado e que serviu de inspiração teórica para a aplicação da educação física no Ginásio da Bahia.

Outro jornal soteropolitano que cobriu o ato festivo foi “O Imparcial”, cuja manchete foi “Para Melhor Aperfeiçoamento da Raça”. Também deu-se destaque à frase “A Pátria Forte quer Filhos Forte”, porém, os redatores de “O Imparcial” complexificaram o debate acerca da educação integral e da harmonia entre o corpo e a mente, afirmando que a sanidade do corpo era meio indispensável para que as qualidades do espírito pudessem se manifestar em sua plenitude e com mais intensidade, se o indivíduo tivesse mais robustez e vigor (O IMPARCIAL, 1935, p. 3).

Figura 9 - Fotos da reportagem sobre a apresentação esportiva no Ginásio da Bahia



Fonte: O Imparcial, 1935.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, busquei explorar a interface entre a eugenia, higiene e a educação na Bahia. Após contextualizar o caso baiano no marco dos movimentos eugênicos e higienistas da época no Brasil, optei por demonstrar como essas propostas vindas de debates acadêmicos foram postas em prática no Ginásio da Bahia, na cidade de Salvador, na década dos anos 30 do século passado.

No primeiro capítulo, quis estabelecer em quais condições sanitárias e sociais estava o Brasil no início do Século XX, que tornaram o país um terreno fértil para a recepção das teorias eugênicas. Vimos que as condições sanitárias eram graves, com repetidas ocorrências de doenças endêmicas por todo o território nacional.

Vimos que além disso, o país passava por dilemas raciais, por se tratar de uma população heterogênea, composta majoritariamente de mestiços e negros, o que criou na mentalidade elitista da época a ideia de que a nação não teria a possibilidade de dar certo, pensamento esse reiterado por teorias raciais europeias que afirmavam a suposta degeneração do povo brasileiro, entanto que essencialmente miscigenado.

As teorias do higienismo e da eugenia foram adotadas no Brasil como tentativa de regenerar a raça brasileira, tornando-a capaz de alcançar o progresso e a civilidade.

O movimento eugênico, nesta perspectiva, se concentrou nos métodos mais associados à corrente “leve”, por assim dizer, vinculada ao higienismo. Tais métodos focavam prioritariamente na eliminação dos chamados “venenos raciais”, como a profilaxia de doenças e na boa reprodução.

A juventude foi vista por esses intelectuais como um importante grupo para ser moldado sob os parâmetros eugênicos, já que os jovens ainda não estavam formados e poderiam ser ajustados de uma forma “melhor”, ou seja, seriam agentes do aprimoramento da raça tão evocado. A formação de uma juventude hígida, forte e viril se tornou o objetivo de parte desses estudiosos.

No segundo capítulo, vimos que a conjuntura política que proporcionou a ascensão de Getúlio Vargas desejava uma maior intervenção do Estado na vida das pessoas, e por isso, uma série de reformas, tanto na educação quanto na saúde, tiveram um estímulo institucional, motivo pelo qual vários desses pensadores e pedagogos de cunho eugenista iriam ocupar cargos no Estado.

Durante a Assembleia Constituinte de 1934, podemos perceber que o debate eugênico já estava muito bem estabelecido no país, inclusive, permeando parte dos debates

contemporâneos vinculados à saúde e educação, que culminaram no artigo 138 da CF/35, que obrigava todos os entes federativos ao cuidado e no amparo à saúde pública, bem como ao estímulo da educação eugênica.

Analizamos que a ideia de “educação eugênica” não tinha uma definição institucional precisa, sendo um termo polissêmico com diversas interpretações, que iam do ensino e controle higiênico em ambientes escolares, até o ensino dos princípios da eugenia, das leis de Mendel e do mecanismo da hereditariedade.

A partir da educação eugênica, percebemos que a eugenia não ficou apenas nos estudos médicos e antropológicos, mas influenciou também os debates pedagógicos do país. Nesta senda, o Ministério da Educação e Saúde se tornou um polo de aplicação das propostas com este teor, inclusive com a participação de membros do movimento Escola Nova, como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho

Aprofundando nas propostas desses reformadores, identificamos que uma das bases do movimento estava na educação integral dos alunos, sob o prisma da formação intelectual, moral e física. Para alcançar esses objetivos, as ideias de aprimoramento racial e de higiene foram incorporadas ao pensamento desses intelectuais.

Esses educadores faziam parte da Associação Brasileira de Educação, que organizou diversos congressos nacionais pelo país, sendo o principal deles para o nosso assunto o VII Congresso Nacional de Educação, onde se debateu a implementação da educação física com maior metodologia e controle médico.

A educação física, à época, foi vista como mais um instrumento para eugenzar a juventude, isso porque a prática de exercícios físicos dosada e adaptada de acordo com as condições físicas do estudante e sob o controle médico da disciplina, teria como resultado o fortalecimento do indivíduo, tanto em sua forma física quanto no organismo, e que essas pessoas enrijecidas e híidas teriam uma herança genética mais aprimorada, criando filhos mais fortes.

Essa teoria teve entre seus maiores divulgadores Fernando de Azevedo. Socialmente já era reconhecido o potencial eugenizador da educação física, e por isso, foi incorporado nas propostas reformadoras da Escola Nova.

O VII Congresso Nacional de Educação serviu de propagador dessas ideias nos ambientes escolares, e no caso da Bahia, vemos muito claramente a influência do evento na prática escolar que foi implementada a partir de 1935 no Ginásio secundarista do estado da Bahia, na cidade de Salvador.

No terceiro capítulo, nós identificamos que no Estado da Bahia já haviam ecos

higienistas nas escolas desde 1925, com a aprovação do Código Sanitário e da estruturação da Subsecretaria de Saúde, os quais estabeleceram diretrizes para a higiene escolar.

Essa legislação orientava os padrões de higiene que as escolas baianas deveriam cumprir, além de regras quanto ao controle sanitário dos alunos, estabelecendo o afastamento dos estudantes diagnosticados com alguma comorbidade transmissível, com os prazos dos quais eles não poderiam frequentar a escola de acordo com cada uma das doenças.

No Ginásio da Bahia havia como disciplina ensinada a Higiene, que era lecionada por um médico e observava os diversos pontos da ciência, desde sanitarismo urbano, higiene corporal até estudo das doenças e profilaxia.

A eugenia também foi lecionada nas disciplinas de sociologia e de biologia geral, nas quais se ensinavam os princípios básicos da eugenia, a importância do casamento eugênico, as leis de Mendel e o funcionamento da hereditariedade.

O Liceu também se preocupava com a propagação de informações sobre a sífilis, projetando filmes e realizando palestras sobre os males da doença.

A educação física também foi utilizada no Ginásio da Bahia como forma de aprimoramento da raça. O Diretor Clemente Guimarães, empolgado com o VII Congresso Nacional de Educação, retornou do Rio de Janeiro e iniciou a implementação da educação física com os padrões franceses e um claro teor eugenista.

Guimarães construiu no Ginásio um Gabinete Médico e de Antropometria Pedagógica, estabelecendo como médico-inspetor Hosannah de Oliveira, formado na Faculdade de Medicina da Bahia, e especializado nos estudos de pediatria.

O Gabinete ficou responsável por coletar os dados antropométricos dos alunos baianos e sistematizar os escolares em turmas homogêneas para a prática da educação física. Esses dados eram levantados em exames morfofisiológicos através de editais de convocações periódicas.

Em seus relatórios, Guimarães deixou clara a importância da prática no Ginásio para o melhoramento da raça na Bahia, encarando esses esforços quase como um dever patriótico do ginásio de “virilizar” a população baiana em prol de aprimorar a raça brasileira.

Esses esforços culminaram no evento da parada atlética organizada pelo Ginásio da Bahia, por ocasião das comemorações da Proclamação da República, onde foram realizadas diversas marchas e exibições de prática esportiva.

Os jornais baianos repercutiram esses fatos, reconhecendo a importância das novas políticas públicas para o “aprimoramento da raça brasileira”, enfatizando a importância do evento para os objetivos nacionais, com foco no lema “Pátria Forte Quer Filhos Fortes”.

Pude demonstrar como os ideais da educação eugênica, tão debatidas nos ambientes acadêmicos, se materializou no Ginásio da Bahia com o propósito de formar uma juventude eugênica, robusta e viril, seguindo a proposta estabelecida na Constituição de 1935 e na ideologia do governo varguista.

FONTES DOCUMENTAIS

A TARDE. Sem autor. O Gabinete de Anthropometria Pedagogica do Gymnasio da Bahia. Anno 24. Bahia, 21 de out. de 1935a.

A TARDE. Sem autor. As Commemorações de Hontem no Gymnasio da Bahia. Anno 24. Bahia, 16 de nov. de 1935b

ARCHIVOS BRASILEIROS DE HYGIENE MENTAL. Trabalhos de anti-alcoolismo. Archivos Brasileiros de Hygiene Mental. p. 309. Ano VII, nº 4, Out-Dez de 1934.

ARQUIVO GUSTAVO CAPANEMA. Política da Família. Quais as medidas a serem adotadas pelo Estado para a conservação, fortalecimento e florescimento das famílias? 1935. Arquivo Gustavo Capanema. CPDOC, GC h Capanema, G. 1935.06.22 (2).

ASSEMBLÉA NACIONAL CONSTITUINTE. Organizados pela redacção dos annaes e documentos parlamentares. Volume IV. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935.

ASSEMBLÉA NACIONAL CONSTITUINTE. Organizados pela redacção dos annaes e documentos parlamentares. Volume IX. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936.

BRAGA, Erasmo. Trabalhos Originaes. A Escola na Cruzada Anti-alcoolica. Archivos Brasileiros de Hygiene Mental. Ano 3, nº 8, 1930. Disponível em: <https://cch.uem.br/grupos-de-pesquisas/gephe/documentos/arquivos-brasileiros-de-higiene-mental-abhm/ano-3-numero-8-agosto-1930.pdf>

BRITTO, Raymundo. Edital, Dia 06/04/1936. Registro de portarias, editais e avisos. L 04. Arquivo Colégio Central. Salvador. 1936.

CAPANEMA, Gustavo. Programa e planos de ação do Ministério. 1935. Arquivo Gustavo Capanema. CPDOC, GC pi Capanema, G. 1935.00.00.

CAPANEMA, Gustavo. O Ministério da Educação e Saúde no quinquênio 1937-1942. Revista Cultura Política. Ano II. Num. 21. Nov. 1942

CARVALHO, Bulhões de. Estatística dos Tarados no Brazil (Cegos, surdos-mudos, débeis mentaes e atrasados, epiléticos toxicômanos, alienados, vagabundos). Atas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia , Rio de Janeiro, v. 1, 1929.

ESPOSEL, F. Idéas Geraes. Archivos Brasileiros de Hygiene Mental. Ano 1, nº 1, 1925. Disponível em: <http://www.cch.uem.br/grupos-depesquisas/gephe/documentos/arquivos-brasileiros-de-higiene-mental-abhm/ano-1-numero-1-1925.pdf>

EUGENICS EDUCATION SOCIETY (GREAT BRITAIN). Problems in Eugenics: Papers Communicated to the First International Eugenics Congress Held at the University of London, July 24th to 30th, 1912. Eugenics Education Society, 1912.

GUIMARÃES, Clemente. Convite, dia 11/05/1936. Registro de Correspondência Sahida (1932-1937). K 20. Arquivo Colégio Central. Salvador. 1936.

GUIMARÃES, Clemente. Correspondência para o Secretário de Educação, Saúde e Assistência Social. Nº 208, 15-10-35, K20, Arquivo Colégio Central.

GUIMARÃES, Clemente. Convite, dia 11/05/1936. Registro de Correspondência Sahida (1932-1937). K 20. Arquivo Colégio Central. Salvador. 1936.

GUIMARÃES, Clemente. Relatórios apresentados ao Director Geral do Departamento de Educação pelo Dr. Clemente Guimarães. Inspectoria de Ensino Secundário e Profissional e Director do Gymnásio da Bahia. Anno de 1935. Bahia: Libro - Typographia Almeida, 1936.

GUIMARÃES, Clemente. Relatórios apresentados ao Director Geral do Departamento de Educação pelo Dr. Clemente Guimarães. Inspectoria de Ensino Secundário e Profissional e Director do Gymnásio da Bahia. Anno de 1936. Bahia: Imprensa Official do Estado, 1937.

GYMNASIO DA BAHIA, Programma do Curso Complementar. Imprensa Official do Estado, Praça Municipal. Bahia. 1936.

GYMNASIO DA BAHIA. Exame médico para admissão de estudante assinado pelo Dr. Hosanah de Oliveira. 1936.

KEHL, Renato. Pelo aperfeiçoamento da nacionalidade. A 1.^a Brasileira Eugenizada. Boletim de Eugenia. Vol. I, Num. 5, p. 1, mai, 1929.

KEHL, Renato. Concurso de Belleza. Senhorita Brazil. Boletim de Eugenia. Vol. I, Num. 5, p. 4, mai, 1929.

MARINHO, Inezil Pena. Evolução da Educação Física no Brasil. Brasil República – 2^a fase: 1930-1937. Revista Cultura Política. Ano IV, nº 40, mai/1944.

MORAES, Jorge de. Da Educação Physica como Factor Eugenico. Atas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, Rio de Janeiro, v. 1, 1929.

MORAES, Deodato. Educação e Estado Novo. *Cultura Política*, Ano I, Num. 9, Nov. de 1941.

O IMPARCIAL. Sem autor. Para o Aperfeiçoamento da Raça. Anno XIII, nº 1514, 16 de nov. de 1935.

PIRES, Waldemiro. Parecer. 1938. Arquivo Gustavo Capanema. CPDOC, GC h 1934.08.03 (4).

RAMOS, Arthur. A Educação Physica Elementar. Archivos Brasileiros de Hygiene Mental. Ano 8, nº 1, 2 e 3, 1935. Disponível em: <http://www.cch.uem.br/grupos-depesquisas/gephe/documentos/arquivos-brasileiros-de-higiene-mental-abhm/ano-8-numero-1-2-e-3-janeiro-setembro-1935.pdf>

REIS, Arthur Cesar Ferreira. Relatório apresentado pelo Sr. Dr. Arthur Cesar Ferreira Reis, Chefe da Delegação do Amazonas ao VII Congresso Brasileiro de Educação. Manaus/AM. Imprensa Pública, 1935.

REZENDE, Motta. Factores de degeneração observados nas praças da Polícia Militar. Atas e

trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, Rio de Janeiro, v. 1, 1929.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. Nota sobre os tipos antropológicos do Brasil. Atas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, Rio de Janeiro, v. 1, 1929.

SÁ OLIVEIRA, J.B. de, Craneometria comparada das espécies humanas na Bahia, Bahia, Litho-Typographia de J.G. Tourinho. 1895.

SOUTO, I. . Em Benefício da Raça. Revista de Educação Física / Journal of Physical Education, [S. l.], v. 4, n. 6_1, p. 1, 2020. Disponível em:
<https://revistadeeducacaofisica.emnuvens.com.br/revista/article/view/1227>.

VIEIRA, Oldegar. A Organização da Juventude Nacional. Revista Cultura Política. Ano 1, num. 2. Abr. 1941.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

ALVES, A.; PIZOLATI, A. R. da C. Eugenia, educação e saber médico: o discurso eugênico na I Conferência Nacional de Educação (1927). **História & Ensino**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 427–451, 2019. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/33680>.

AUAD, D. Os direitos sociais na Constituição de Weimar como paradigma do modelo de proteção social da atual Constituição Federal Brasileira. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, [S. l.], v. 103, p. 337-355, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67809>.

AZEVEDO, F. de. **Antinous** – Um Estudo de Cultura Atlética. São Paulo: Wiszflog, 1920.

AZEVEDO, F. **Novos caminhos e novos fins**. 3ª. ed. São Paulo: Melhoramentos, v. 1, 1958.

AZEVEDO, F. **Da Educação Física**: o que ela é, o que tem sido e o que deveria ser. 3. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, v. 1, 1960.

AZEVEDO, F. *et al.* **Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2010. (Coleção Educadores).

BAHIA. **Lei nº 117 de 24 de agosto de 1895**. Organização do ensino, 1895.

BAHIA. **Lei n. 1811 de 29 de Julho de 1925**. Organiza a Sub-Secretaria de Saúde e Assistencia Publica.

BAHIA. **Decreto n. 4.144, de 20 de Novembro de 1925**, Approva o Codigo Sanitario do Estado.

BATISTA, R. dos S.. Higiene Escolar e Saúde Pública em Salvador (1925-1930) . **Educar em Revista**, v. 39, p. e87450, 2023.

BATISTA, R. DOS S.; TARELOW, G. Q. “Um consultório gratuito nas páginas do jornal”: Antônio de Barros Barreto, mediação cultural e educação sanitária em Salvador-BA, 1940-1942. In: ECAR, Ariadne Lopes; BATISTA, Ricardo dos Santos; MOTA, André. (org.). **Educação sanitária**: fontes, ambientes escolares, ações estatais e intelectuais mediadores. 1ed.São Paulo: Hucitec, 2022, v. 11, p. 225-245.

BOCCANERA JÚNIOR, S. **Bahia cívica e religiosa**: subsídios para a história. Salvador: A Nova Graphica, 1926.

BOK, H.. "Baron de Montesquieu, Charles-Louis de Secondat." *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. 2010 Disponível em: <http://plato.stanford.edu/entries/montesquieu>. 78

BONFIM, P. R. **Educar, higienizar e regenerar**: uma história da eugenia no Brasil. Jundiaí-Sp: Paco Editorial, 2017.

BOWLER, P. **The Eclipse of Darwinism**. Johns Hopkins University Press eBooks, 1 jan. 1983.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Brasília: Presidência da República, 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm

BRASIL. **Decreto nº 19.402, de 14 de Novembro de 1930**. Cria uma Secretária de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Brasília: Presidência da República, 1930. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19402-14-novembro-1930-515729-norma-pe.html#:~:text=EMENTA%3A%20Cria%20uma%20Secret%C3%A1ria%20de,da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Saude%20Publica.&text=Vide%20Norma\(s\)%3A,Executivo\)%20%2D%20\(Revoga%C3%A7%C3%A3o\).](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19402-14-novembro-1930-515729-norma-pe.html#:~:text=EMENTA%3A%20Cria%20uma%20Secret%C3%A1ria%20de,da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Saude%20Publica.&text=Vide%20Norma(s)%3A,Executivo)%20%2D%20(Revoga%C3%A7%C3%A3o).)

BRASIL. **Decreto Nº 19.890, de 18 de abril de 1931**. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Brasília: Presidência da República, 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 2.072, de 8 de março de 1940**. Dispõe sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude, fixa as suas bases, e para ministrá-la organiza uma instituição nacional denominada Juventude Brasileira. Brasília: Presidência da República, 1940. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEL&numero=2072&ano=1940&ato=3ff0TTE1keJRkT122>.

CAMBI, F. **História da pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

CARRARA, S. Estratégias anticoloniais: sífilis, raça e identidade nacional no Brasil do entre-guerras. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego. **Cuidar, controlar, curar**: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2012. p.427-453

CARVALHO, L. D. de. Sanear é eugenizar: a eugenia “preventiva” de Belisário Penna a serviço do saneamento do Brasil, 1920-1930. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. 29, p. 645–660, 5 set. 2022.

CARVALHO, T. R. D. de. **Ciência, Educação e Saúde**: Edgard Roquette-Pinto nas Redes de Intelectuais Organizadas para a Construção da Nação (1916-1932). 2018. 244 f. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Educação). – CEFET/RJ, Rio de Janeiro, 2018.

CASTELO BRANCO, P. Da Eugenia. **Revista de Educação Física** / Journal of Physical Education, [S. l.], v. 2, n. 9, p. 1, 1933. Disponível em: <https://revistadeeducacaofisica.emnuvens.com.br/revista/article/view/2037>.

COSTA, L. H. da.; SANTOS, M. de S.; GÓIS JUNIOR, E.. O discurso médico e a Educação Física nas escolas (Brasil, século XIX). **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 28, n. 2, p. 273–282, abr. 2014.

DALLABRIDA, N. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, [S. l.], v. 32, n. 2, 2009. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/5520>. Acesso em: 1 nov. 2023.

DANAIOLOF, K. Imagens da Infância: A Educação e o Corpo em 1930 e 1940 no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Curitiba, v. 26, n. 3, p. 25-40, maio 2005.

DARIUS, R. P. P.; DARIUS, F. A. A educação pública no Brasil no século XX: considerações à luz da formação dos grupos escolares e do manifesto dos pioneiros da educação nova. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 20, n. 1, p. 32–41, 2018. DOI: 10.30715/rbpe.v20.n1.2018.11248. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/11248>. Acesso em: 16 maio. 2024.

DARWIN, C. **A origem das espécies**. Leça da Palmeira, Portugal: Planeta Vivo, 2009.

D'ÁVILA, J. **Diploma de brancura**: política social e racial no Brasil 1917-1945. São Paulo: Editora da UNESP, 2006. 400p.

DEGLER, C. N. **In Search of Human Nature**: Decline and Revival of Darwinism in American Social Thought. [s.l.] Oxf. U.P. N.Y, 1993.

DEL CONTI, V. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. **Scientiae Studia**, v. 6, n. 2, p. 201-218, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-31662008000200004>. Acesso em: 10 mar. 2022.

DICK, S. M. A expansão do Ensino Secundário na Bahia (1942-1961). **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 29, n. 59, p. 310-327, jul. 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-70432020000300310&lng=pt&nrm=iso.

FARIA, F. O neolamarckismo de Edward Drinker Cope e a ideia de progresso biológico no processo evolutivo. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. 24, n. 4, p. 1009–1029, out. 2017.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: edUSP, 2006

FORTUNA, C. M. M. **Memórias históricas da Faculdade de Medicina da Bahia**: relativas aos anos de 1916 a 1923 e 1925 a 1941. Universidade Federal da Bahia, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/24837>

FRANCO, O. **História da febre-amarela no Brasil**. Rio de Janeiro: Divisão de Cooperação e Divulgação, Departamento Nacional de Endemias Rurais, Ministério da Saúde. 1969.

GALTON, F. Hereditary Genius. **Journal of Anthropology**, v. 1, n. 1, p. 56, jul. 1870.

GALTON, F. Regression towards mediocrity in hereditary stature. **Journal of the Anthropological Institute Britain and Ireland**, 15, p. 246-63, 1886.

GARCIA, T. R.. Eugenia!: in hoc signo vinces - um aspecto do discurso sanitário da enfermagem, 1932 a 1938. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 46, n. 3-4, p. 189–198, jul. 1993.

GARCÍA GONZÁLEZ, A. El desarrollo de la eugenesia en Cuba. **Asclepio**, [S. l.], v. 51, n. 2, p. 85–100, 1999. doi: 10.3989/asclepio.1999.v51.i2.311. Disponível em: <https://asclepio.revistas.csic.es/index.php/asclepio/article/view/311>. Acesso em: 7 jul. 2023.

GERBI, A. **La disputa del nuevo mundo**. [s.l.] Fondo de Cultura Economica, 1960.

GOELLNER, S. V. “As Mulheres Fortes São Aquelas que Fazem uma Raça Forte”: ESPORTE, Eugenia e Nacionalismo no Brasil no Início do Século XX. **Recorde: Revista de História do Esporte**, v. 1, n. 1, 20 jun. 2008.

GÓIS JUNIOR, E. Higienismo e positivismo no Brasil: unidos e separados nas campanhas sanitárias (1900 - 1930). **Dialogia**, [S. l.], v. 2, p. 21–32, 2008. DOI: 10.5585/dialogia.v2i0.839. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/839>.

GÓIS JUNIOR, E. A institucionalização da educação física na imprensa: a construção da escola superior de educação física de S. Paulo na década de 1930. **Movimento**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 701–714, 2017. doi: 10.22456/1982- 8918.69223. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/69223>.

GÓIS JUNIOR, E. LOVISOLO, H. R. A Educação Física e concepções higienistas sobre raça: uma reinterpretação histórica da Educação Física brasileira dos anos de 1930. **Revista Portuguesa de Ciência e Desporto**, Porto, v. 5, n. 3, p. 322-328, set. 2005.

GÓIS JUNIOR, E.; GARCIA, A. B. The Eugenics in Brazilian journals of physical education (30's and 40's). **Journal of Physical Education**, v. 22, n. 2, p. 247-254, 14 Jul. 2011. doi: 10.4025/reveducfis.v22i2.9908

GOMES, R. N. A construção de uma historiografia autoritária pelo Estado Novo de Getúlio Vargas: o caso da revista Cultura Política (1941-1945). **Intellèctus**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 27–43, 2017. doi: 10.12957/intellectus.2017.27378. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/intellectus/article/view/27378>.

GONÇALVES, A. da S.; MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. Entre o laboratório de antropometria e a escola: a antropologia física de José Bastos de Ávila nas décadas de 1920 e 1930. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 7, n. 3, p. 671–686, set. 2012.

GUALTIERI, R. C. E. Educar para regenerar e selecionar. Convergências entre os ideários eugênico e educacional no Brasil. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 13, n. 25, 2008. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/1147>.

HARRIS, R. G. Eugenics in South America. **Eugenical News**, 7 fls, 17–42, 1922.

HOBSBAWM, E. J. **Era dos impérios: 1875-1914**. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2005

HOCHMAN, G. Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945). **Educar em Revista**, n. 25, p. 127–141, jan. 2005.

HORTA, M. R.. A primeira teoria evolucionista de Wallace. **Scientiae Studia**, v. 1, n. 4, p. 519–530, dez. 2003.

JOTA, F. D. de O. **Esculpindo a nação: ideologias e utopias no "Boletim de Eugenia" (1929-1933)**. 2023. 302 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. doi:10.11606/D.8.2022.tde-23022023-160923.

KEHL, R. **A Cura da Fealdade**. Eugenia e Medicina Social. São Paulo: Editora Monteiro Lobato. & Co-Editores, 1923.

KERN, G. da S. A educação eugênica nos Annaes de Eugenia. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 21, n. 45, p. 301–321, 2020. DOI: 10.5965/1984723821452020301. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723821452020301>.

LACERDA, J. B. de. The metis, or helf-breeds, of Brazil. In: SPILLER, Gustav (org.). **Papers on inter-racial problems communicated to the First Universal Races Congress** (p. 377-383). Londres: P. S. King & Son; Boston: The World's Peace Foundation, 1911.

LIMA, N. T.; HOCHMAN, G. Condenado pela raça, absolvido pela Medicina: o Brasil descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República. In: CHOR, Marcos; SANTOS, Ricardo Ventura. **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro, Ed. FIOCRUZ/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

LIMA, N. T.; HOCHMAN, G. Pouca Saúde e Muita Saúva: sanitarismo, interpretações do país e ciências sociais. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego. **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2012.

LIMA, D. K. de. **"O Banquete Espiritual da Instrução": O Ginásio da Bahia, Salvador: 1895-1942**. Orientador: Lígia Bellini. 2003. 174 f. Dissertação (Mestrado em História) - PPGH – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

LINHALES, M. A. **A escola, o esporte e a energização do caráter: projetos culturais em circulação na Associação Brasileira de Educação (1925-1935)**. 2006. 267 f. Tese (Doutorado em Educação). – Universidade Federal de Minas Gerais, Curitiba, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FAEC-85RNZH>.

LOURENÇO FILHO, M. B. A Questão dos Programmas. **Revista Escola Nova**, São Paulo, v. 1, n. 2 e 3. Nov-Dez/1930.

LOURENÇO FILHO, M. B. Programmas das Escolas do Districto Federal. **Revista Escola Nova**, São Paulo, v. 1, n. 2 e 3. Nov-Dez/1930.

LOURENÇO FILHO, M. B. Primeiro, a saúde. **Revista Escola Nova**, São Paulo, v. II, n. 1 e 2, Jan-Fev/1931.

MACHADO, G. C. de A. A difusão do pensamento higienista na cidade do Rio de Janeiro e suas consequências espaciais. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo, julho, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308340710_ARQUIVO_GiseleCardoso deAlmeidaMachado-ANPUH.pdf.

MAI, L. D.; ANGERAMI, E. L. S. Eugenia negativa e positiva: significados e contradições. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 14, n. 2, p. 251–258, abr. 2006.

MAIA, S.; ABÁDIA, M. Educação e Sanitarismo no Brasil, um projeto eugenista realizado. **Revista Latino Americana de História**, v. 5, n. 15, p. 110–131, 24 ago. 2016.

MARTINS, L. A.-C. P. August Weismann e evolução: os diferentes níveis de seleção. **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência** [série 2] 1: 53-74, 2003.

MARTINS, A. C. P. O Início da Luta Contra Tuberculose. **Gazeta Médica da Bahia**, Salvador, p. 255-258, Jul.-Dez. 2007.

MATTA, R. O Conselho de Ensino e as " reformas " republicanas. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 91, p. 215-129, 1994.

MOLINARI, V. “The Eugenic Vote” eugenics and suffrage rhetoric in the Edwardian period. Hal.science, 2016.

MOTA, A. M. A Fonte da Juventude Brasileira: Eugenia e Saúde nos Primórdios do Século XX. **Dialogos**, v. 9, n. 2, p. 175 - 189, 22 jan. 2005.

MORAES, D. A Escola Nova. In: COSTA, Maria José Ferreira franco; SHENA, Denílson Roberto; SHIMIDT, Maria Auxiliadora. **I Conferência nacional de educação (1927)**. Brasília: MEC: IPARDES, 1997.

NAPOLITANO, M. **História do Brasil República**: Da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto. 2016.

NOGUEIRA, L. C. N. **Para o bem da raça**: análise da eugenia na Bahia 1915-1935. 2019. 204 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) - Universidade Federal da Bahia Salvador, 2019.

PATTO, M. H. S.. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. **Estudos Avançados**, v. 13, n. 35, p. 167–198, jan. 1999.

PENNA, B. Por que se impõe a primazia da educação higiênica escolar. In: COSTA, Maria José Ferreira franco; SHENA, Denílson Roberto; SHIMIDT, Maria Auxiliadora. **I Conferência nacional de educação (1927)** (p. 29-33) Brasília: MEC: IPARDES, 1997.

PIMENTEL, J. ¿Qué es la historia cultural de la ciencia?. **Arbor**, [S. l.], v. 186, n. 743, p. 417– 424, 2010. doi: 10.3989/arbor.2010.743n1206. Disponível em:

<https://arbor.revistas.csic.es/index.php/arbor/article/view/809>.

PLATÃO. **República**. Tradução de Enrico Corvisieri. Rio de Janeiro: Editora Best Seller, 2002.

RECH, R. **(Bio)Políticas educacionais e eugenia nos tempos do ministro Gustavo Capanema**. 2017. 115 f. Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2017. Disponível em:
<https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/1646>

RAMOS, A. “A Educação Física Elementar - Sob O Ponto De Vista Da Caracterologia”. **Revista De Educação Física / Journal of Physical Education**, v. 5, n. 4, maio de 2021, <https://revistadeeducacaofisica.emnuvens.com.br/revista/article/view/727>.

RISI JÚNIOR, J. B.; NOGUEIRA, R. P. As Condições de saúde no Brasil. In: FINKELMAN, J. **Caminhos da saúde pública no Brasil**. Rio De Janeiro: Ed. Fiocruz, 2002.

ROCHA, S. **Eugenia no Brasil: análise do discurso "científico" no Boletim de Eugenia: 1929-1933**. Orientador: Lilian Al-Chueyr Pereira Martins. 2010. 112 f. Tese (Doutorado em História da Ciência) - PUC, São Paulo, 2010.

ROCHA, S. A educação como projeto de melhoramento racial: uma análise do art. 138 da Constituição de 1934 (Education as a racial enhancement project: an analysis of art. 138 of the 1934 Brazilian Constitution). **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 61–73, 2018. DOI:10.14244/198271992116. Disponível em:
<https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/2116>.

RODRIGUES, R. N. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em:
<https://static.scielo.org/scielobooks/h53wj/pdf/rodrigues-9788579820755.pdf>.

ROITBERG, G. P. **A educação eugenia latino-americana: correspondências entre os intelectuais brasileiros e argentinos nas décadas de 1920-1930**. Diálogos Latinoamericanos, n. 29, p. 101-116, 2021. Disponível em:
<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/16732/Artigo%205%20-%20Cartas%20da%20eugenia%20latino-americana%20PT%202021%20-%20Aarhus.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

ROITBERG, G. P. Consciousness and enlightenment in the Boletim de Eugenia (1929-1933): Rethinking the concept of eugenic education in Brazil. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 36, n. 2, p. 1, 2023.

ROITBERG, G. P.; GOMES, L. R.. Educação, hereditariedade e eugenia: o projeto educacional de Octavio Domingues (1926-1932). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 23, p. e249, 2023.

ROQUETTE-PINTO, E. **Seixos Rolados**. Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro, 1927.

ROSA, A. M.; NUNES, E. D. Revisitando a controvérsia sobre raça, eugenia e Educação Física na obra de Fernando de Azevedo: uma nova visão sobre miscigenação e seu papel na construção

de uma nação. **Cadernos de História da Educação**, [S. l.], v. 21, n. Contínua, p. e122, 2022.

SÁNCHEZ ARTEAGA, Juan Manuel. La racionalidad delirante: el racismo científico en la segunda mitad del siglo XIX. **Rev. Asoc. Esp. Neuropsiq.** v. 27, n. 2, p.111-126, 2007. ISSN 2340-2733.

SÁNCHEZ ARTEAGA, J. M. La biología humana como ideología: el racismo biológico y las estructuras simbólicas de dominación racial a fines del siglo XIX. **Theoria: an international journal for theory, history and foundations of science**, v. 23, n. 61, p. 107–124, 2008.

SÁNCHEZ ARTEAGA, J. Las ciencias y las razas en Brasil hacia 1900. **Asclepio: Revista de historia de la medicina y de la ciencia**, v. 61, n. 2, p. 67–100, 2009.

SANTOS, R. A. O. dos. Plano de Educação Higiênica de Belisário Penna: 1900-1930. **Dynamis**, Granada, v. 32, n. 1, p. 45-68, 2012. Disponível em: http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0211-95362012000100003&lng=es&nrm=iso.

SANTOS, R. A. dos. Ilusões Biográficas: O Sanitarista Belisário Penna (1868- 1939). In: **16º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia**, 2018, Campina Grande, Paraíba: UFCG / UEPB, 15 a 18, out. de 2018, p. 01- 14.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. M. **Brasil: uma biografia**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SERVA, M. P. **A virilização da raça**. São Paulo: Melhoramentos, 1923.

SILVA, C. B. Gênero e nação: a Série Fontes e a virilização da raça. **História da Educação**, v. 14, n. 32, p. 77-107, 2010.

SILVA, R. A. A Criação do Ministério da Educação e Saúde Pública no Brasil. **Trilhas Pedagógicas**, v. 7, n. 7, Ago. 2017, p. 291-304.

SILVA, M. L. da. Biopolítica, educação e eugenia no Brasil (1911-1945). **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 8, n. 4, p. 900–922, 2014. DOI: 10.21723/riaee.v8i4.5070. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/5070>.

SILVA, J. C. S.; CORREIA, T. das G. Entre posicionamentos firmados e sujeições vivenciadas: Pedro Deodato de Moraes e a arena educacional carioca nos anos 1920. **Cadernos de Pesquisa em Educação PPGE.UFES**, v. 22, p. 56-74, 2020.

SIMÃO, A. M. P. S. **O Intelectual e as Fronteiras do Campo Educacional**. (1915 – 1928). Marília: Oficina Universitária São Paulo. Cultura Acadêmica, 2020.

SIQUEIRA, D. P.; CURTI, L. M. EUGENIA, NEOGENIA E BIOÉTICA: Aproximações e Distanciamentos sob uma Perspectiva Jurídica de Reconhecimento de Direitos. **Revista**

Direito em Debate, [S. l.], v. 27, n. 49, p. 248–276, 2018. DOI: 10.21527/2176-6622.2018.49.248-276. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/7871>.

SKIDMORE, T. **Preto no branco**: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Companhia das Letras, 2012.

SKIDMORE, T. Uma História do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SNUSTAD, P., SIMMONS, M. J. **Fundamentos de Genética**. 7. ed. São Paulo: Editora Guanabara, 2017. 604 p.

SOLDÁN, C. E. P. Eugenização da América. **Saúde**, v. 4, p. 95–6, 1919.

SOUZA, C. M. C. de: A gripe espanhola em Salvador, 1918: cidade de becos e cortiços. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. 12, n. 1, p. 71-99, jan.-abr. 2005.

SOUZA, V. S. de. **Em nome da raça**: a propaganda eugênica e as idéias de Renato Kehl nos anos 1910 e 1920. **Revista de História Regional**, [S. l.], v. 11, n. 2, 2007. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2230>.

SOUZA, V. S. de. Por uma nação eugênica. **Revista Brasileira de História da Ciência**, v. 1, n. 2, p. 146–166, 6 dez. 2008.

SOUZA, V. S. DE .; SANTOS, R. V. O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, v. 7, n. 3, p. 745–760, set. 2012.

SOUZA, C. de .; PAIVA, I. L. de .. Faces da juventude brasileira: entre o ideal e o real. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 17, n. 3, p. 353–360, set. 2012.

STEPAN, N. L. **The hour of eugenics**: race, gender, and nation in Latin América. Ithaca/London: Cornell University Press, 1991.

STEPAN, N. L. **A hora da eugenia**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2005.

STEPAN, N. L. Eugenia no Brasil – 1917 a 1940. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (orgs). **Cuidar, controlar, curar**: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

SUSSMAN, R. W. **The myth of race**: The troubling persistence of an unscientific idea. Harvard University Press, 2014.

TAMANO, L. T. O.. O primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (1929): as discussões em torno da eugenia no Brasil. **Tempo**, v. 28, n. 3, p. 31–55, set. 2022.

TEIXEIRA, I. M.; SILVA, E. P. História da eugenia e ensino de genética. **História da Ciência e Ensino: construindo interfaces**, v. 15, p. 63-80, 2017.

TEIXEIRA, R. **Memória Histórica da Faculdade de Medicina do Terreiro de Jesus (1943-**

1995). 3. ed. Salvador: EDUFBA, 2001.

TORRES, Ambrosio. Metodologia do ensino da educação física. *In*: COSTA, Maria José Ferreira franco; SHENA, Denílson Roberto; SHIMIDT, Maria Auxiliadora. **I Conferência nacional de educação (1927)**. Brasília: MEC: IPARDES, 1997. p. 178-188.

TURDA, M.; GILLETTE, A. **Latin eugenics in comparative perspective**. London: Bloomsburry. 2014.

VALDIVIA, Marcia Barros. **O império da toalete**: A beleza e a feiura na belle époque. Curitiba: Editora CRV, 2023.

VECHIA, A.; LORENZ, K. M. Fernando de Azevedo e a questão da "raça brasileira": sua regeneração pela educação física. **Cadernos de História da Educação**, [S.l.], v. 8, n. 1, 2009. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/2275>.